

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

(Senado Federal e Congresso Nacional)

Brasília

2015



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

(Senado Federal e Congresso Nacional)

Presidência: Senador Renan Calheiros

Referente aos trabalhos da

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

(Período de 02/02/2015 a 22/12/2015 - art. 57, §1º da Constituição Federal)

Brasília

2015

Publicado desde 1830

SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Brasília – DF

CEP: 70165-900

www.senado.leg.br

Telefone: 0800 61 22 11

Brasil. Congresso Nacional. Presidência.

Relatório da Presidência : Senado Federal e Congresso Nacional / Presidência: Senador Renan Calheiros.

-- Brasília : Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2016.

184 p.

Referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (Período de 02/02/2015 a 22/12/2015 - art.57, § 1º da Constituição Federal).

1. Brasil. Congresso Nacional. Presidência, relatório. 2. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Presidência, relatório. I. Título.

CDDir 341.2533

Ronaldo Gallo Moraes

(Núcleo de Modernização Legislativa)

Projeto gráfico e capa

Impresso na Secretaria de Editoração e Publicações, Senado Federal

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Jorge Viana (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º SUPLENTE

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º SUPLENTE

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º SUPLENTE

Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º SUPLENTE

Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Secretário-Geral da Mesa

Luiz Fernando Bandeira de Mello

Diretora-Geral

Ilana Trombka

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretário-Geral da Mesa

Luiz Fernando Bandeira de Mello (**Supervisão Geral**)

Secretários-Gerais da Mesa Adjuntos

João Pedro de Souza Lobo Caetano

José Roberto Leite de Matos (**Revisão**)

José Tadeu Fanis Júnior

Diretor da Secretaria de Informação Legislativa

Fábio Liberal

Diretora da Secretaria Legislativa do Senado Federal

Sônia Maria da Trindade

Diretor da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

André Augusto Sak

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Comissões

Dirceu Vieira Machado Filho

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Quésia de Farias Cunha

Diretor da Secretaria de Expediente

Celso Dias dos Santos

Diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Silvania Alves de Azevedo

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS E RELATÓRIOS LEGISLATIVOS

Coordenador

João Marcos Murce Meneses

Chefe do Serviço do Relatório da Presidência

Rogério Viana Bernardes

Chefe do Serviço de Resenhas e Estatísticas Legislativas

Daniel Wilson Cabral de Lemos

Eduardo Gomes Moreira

Iranildo Batista de Melo

Jaqueline da Cunha Albernaz

Jorge Henrique Oliveira da Silva

Jorge Peil Marques Vaz

Lindolfo de Oliveira

Wendell Barros Carvalho

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO

Tenho a satisfação de apresentar esta nova edição do Relatório da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional referente à Primeira Sessão Legislativa desta 55ª Legislatura.

2015 não foi um ano fácil. Começou difícil e, ao final, parecia não querer terminar. No entanto, ao longo de seus meses, o Senado Federal cumpriu seu importante papel de Casa Legislativa, não só revisora como também iniciadora do processo legislativo. Mais que isso, o Senado funcionou como um elemento de equilíbrio, um porto de preponderante serenidade, ante as dificuldades econômicas e políticas que vivenciamos no País.

Este Relatório não se propõe a ser um documento político; antes, é um registro institucional das atividades dos Senadores tanto no Plenário quanto nas Comissões. Ele nos traz os números de nosso trabalho e mostra o que e quanto se discutiu e se deliberou.

Em 2015 foram realizadas 228 sessões, em que foram deliberadas 680 matérias, sendo 573 aprovadas. As diversas Comissões do Senado Federal, por sua vez, realizaram 825 reuniões, o que indica a relevância do trabalho desses colegiados na discussão e instrução das matérias previamente à sua chegada ao Plenário.

A despeito disso, nunca canso de destacar que um Legislativo forte e atuante não é aquele

que aprova muitas leis. Isso é uma medida simplista da dimensão de um Poder. Leis feitas de forma atabalhoada ou para simplesmente comemorar datas ou personalidades não fariam do Senado a instituição que é.

Nossa missão é desenvolver uma produção legislativa de qualidade. Debater. Refletir. Ouvir especialistas em audiências públicas. Receber contribuições de comissões de juristas. Acompanhar e avaliar as políticas públicas. Nesse sentido, esse Relatório mostrará o quanto se fez e o quanto o Senado contribuiu para a evolução do País.

Peço um pouco de paciência para uma breve enumeração de algumas matérias de relevo apreciadas pela Casa neste ano de 2015: a modernização do Código do Consumidor; a reforma da Lei da Arbitragem e a nova Lei da Mediação; a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e o fim do famigerado fator previdenciário; a aprovação de várias medidas para ajudar as combalidas finanças dos estados e municípios, como a convalidação dos benefícios fiscais que já haviam sido concedidos, a alteração do indexador das suas dívidas junto à União, a possibilidade de utilização de parte dos depósitos judiciais de créditos tributários e a proibição de transferência de encargo sem a correspondente transferência de recursos; fez-se uma revisão pontual do novo Código de Processo Civil que em alguns meses entrará em vigor; aprovou-se a Lei da Biodiversidade, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Programa Nacional de Doenças Raras, a Lei Antiterrorismo, a participação dos advogados no inquérito policial, a inclusão do feminicídio no Código Penal, o programa de combate ao bullying, a igualdade de condições para a mulher registrar o filho em cartório e uma ampla revisão da legislação nacional sobre Ciência e Tecnologia e também do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tivemos ainda diversas comissões temporárias funcionando, tanto as parlamentares de inquérito como as de juristas (tais como a Comissão para elaboração da Lei Geral do Desporto, a da Desburocratização e a de revisão do Código Brasileiro da Aeronáutica) e as especiais (como a Comissão da Reforma Política, a do Desenvolvimento Nacional e a do Pacto Federativo, entre outras).

Este Relatório, portanto, mostra um Senado Federal funcionando em plena normalidade

democrática, a despeito das crises e dificuldades que assombram o País. É nosso papel conduzir com sabedoria essa missão.

Nada disso seria possível, claro, sem o trabalho árduo (e frequentemente não reconhecido nem divulgado) dos Senadores, Líderes, Presidentes de Comissões e de Conselhos e membros da Mesa. A todos, meus mais sinceros agradecimentos por terem a coragem e a lucidez de saber o quanto avançar e o ritmo em que se deve avançar.

Cabe ainda um derradeiro agradecimento aos servidores que garantiram as condições para que o Senado tivesse toda essa produtividade. Servidores que demonstraram grande capacidade técnica e grande abnegação para acompanhar-nos ao longo de horas a fio em que, ora o Senado, ora o Congresso Nacional, reuniram-se em busca da formação de consensos ou, quando ele é impossível, da decisão da maioria. A todos eles, meu reconhecimento e gratidão.

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

Nota Introdutória à presente edição

Desde 1830, quando ainda se chamava “Synopsis do Estado dos Trabalhos do Senado”, impressa na Typographia Imperial e Nacional, o Senado Federal faz publicar ao final de cada sessão legislativa um balanço de seus trabalhos. A partir de 1896 adota a nomenclatura Relatório da Presidência (ou “do Presidente” em alguns anos) e já se apresenta com a estrutura e a forma que foi mantida até os dias de hoje: relação dos senadores e das comissões, com seus respectivos integrantes, relação das matérias recebidas da Câmara dos Deputados, relação de matérias enviadas à Câmara dos Deputados, relação de matérias enviadas à sanção, proposições apresentadas, pareceres das comissões, requerimentos, indicações, autoridades sujeitas ao exame do Senado...

Nos últimos anos, o aumento da atividade dos Senadores, com a multiplicação de matérias, pronunciamentos e sessões, frequentemente apresentou à Secretaria-Geral da Mesa do Senado, responsável pela elaboração do relatório, um dilema crescente: pecar pela omissão ao não incluir determinada informação no relatório ou buscar à exaustão incluir todos os dados possíveis que houvessem sido compilados ao longo da sessão legislativa, correndo o risco de um produto final enfadonho.

A opção adotada foi sempre a segunda, incluindo-se a cada ano mais e mais conteúdo no Relatório da Presidência, o que o levou em outras edições a superar as 1.100 páginas. O aspecto da obra impressa, suas dimensões agigantadas, que dificultavam a consulta, e a incômoda sensação

de desperdício de material, levou-nos neste ano de 2015 a uma marcha acelerada em busca de uma via alternativa: sim, era possível oferecer mais conteúdo, porém inovando nos meios.

Com o advento da tecnologia, em especial o desenvolvimento da informação em rede eletrônica, a grande tendência é que a versão em papel, de texto linear e pesquisável por meio de um índice, torne-se menos relevante a cada dia. A informação deve ser acessada por meio de links, em ordem aleatória, e a pesquisa deve ser possível por palavra-chave ou por filtros. A versão mais confiável, mais completa, será sempre aquela on-line, até porque permite a correção de erros verificados após o lançamento, por exemplo.

Dessa forma, a edição impressa do Relatório da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional de 2015 é uma mera representação, uma seleção possível dentre outras tantas, do verdadeiro relatório, que está disponível no sítio eletrônico do Senado. Nosso foco foi produzir um documento mais visual, mais palatável, mais fácil e agradável de manusear e, por que não dizer, mais econômico, com uma redução de mais de 80% no dispêndio de papel.

Na edição impressa, que é, por assim dizer, um “guia” para navegação da edição eletrônica, estão os dados que mais interessam para retratar o trabalho do Senado como um todo. A partir dela, na versão eletrônica, um mundo de possibilidades se abre. Se na edição impressa pode-se ver que o Senador X apresentou n projetos de lei, a edição eletrônica permite que eu clique sobre esse dado e tenha uma lista com tais projetos. Se na edição impressa pode-se ver que o Senador Y presidiu a sessão plenária uma dezena de vezes, um clique sobre essa informação me mostra quais foram esses dias. Se na edição impressa eu vejo que foram proferidos uns tantos pronunciamentos pelos senadores que representam o meu estado natal, clicando sobre seus nomes na edição eletrônica eu tenho detalhes desses pronunciamentos. E não se assuste o internauta se, de repente, começar a ouvir a voz do Senador proferindo um desses discursos: terá sido o próximo passo na nossa evolução, que o papel já não pode acompanhar.

Ao longo dessa jornada, devo muito aos colegas da Secretaria de Informação Legislativa, caçula das Secretarias do Senado, fruto da determinação do Presidente Renan Calheiros no sentido de que órgãos fossem fundidos e que eventuais sobreposições de competências fossem suprimidas. Com um arranjo inteligente de atribuições e talentos, a SINFLEG demonstrou capacidade para dar esse salto conceitual, sob a batuta de Fábio Liberal, seu diretor, e de João Murce Meneses, responsável pela Coordenação de Estatísticas e Relatórios Legislativos. Mas não posso deixar de citar os demais servidores que atuaram nesse projeto, em especial Rogério Viana Bernardes, Chefe do Serviço do Relatório da Presidência, Daniel Wilson Cabral de Lemos, Chefe do Serviço de Resenhas e Estatísticas Legislativas, Eduardo Gomes Moreira, Iranildo Batista de Melo, Jaqueline da Cunha Albernaz, Jorge Henrique Oliveira da Silva, Jorge Peil Marques Vaz, Lindolfo Oliveira, Wendell Barros Carvalho e Ronaldo Gallo Morais, responsável pelo brilhante trabalho gráfico que deu “a cara” dessa nova fase do Relatório da Presidência. Supervisionando todo esse grupo, o sempre leal José Roberto Leite de Matos, Secretário-Geral da Mesa Adjunta, cuja ajuda mostra-se essencial em qualquer projeto de fôlego que se deseje empreender na área legislativa do Senado Federal.

Este é o primeiro trabalho publicado no ano do 190º aniversário do Senado Federal. Parece-me que, pelo ar de modernidade gráfica e conceitual, já aponta o rumo para o terceiro século de existência da Casa.

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO

Secretário-Geral da Mesa

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

SESSÃO LEGISLATIVA EM 2015

PARTE I - SENADO FEDERAL

INSTALAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA (PERÍODO DE 02/02/2015 A 22/12/2015 - art. 57, § 1º da Constituição Federal)	21
A - REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	29
A.1 - Representações dos Estados e do Distrito Federal ao início e ao final da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, e alterações	30
A.2 - Histórico das alterações na representação dos Estados e do Distrito Federal	34
B - BLOCOS PARLAMENTARES, PARTIDOS POLÍTICOS E LIDERANÇAS	41
B.1 - Blocos Parlamentares	42
B.2 - Partidos Políticos	46
B.3 - Liderança do Governo e alterações	51
C - DIREÇÃO DOS TRABALHOS DO SENADO FEDERAL	53
C.1 - Mesa do Senado Federal	54
C.2 - Agenda do Presidente do Senado Federal	55
D - SESSÕES E REUNIÕES PLENÁRIAS	65
D.1 - Sessões e Reuniões Plenárias por tipo	67
D.2 - Sessões Plenárias por finalidade	68
D.3 - Sobrestamento de pauta por Medida Provisória (MPV) e Projeto de Lei em Regime de Urgência Constitucional	69
E - PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES	71
E.1 - Presidência das Sessões e Reuniões Plenárias, proposições apresentadas e uso da palavra	73
E.2 - Questões de Ordem, decisões e esclarecimentos	82

F – COMISSÕES	89
F.1 - Comissões Permanentes	90
F.2 - Comissões Temporárias	95
G – ÓRGÃOS	105
G.1 – Órgãos de Premiação	106
G.2 - Órgãos Técnicos	110
G.3 - Órgão de Caráter Consultivo	112
H – MATÉRIAS LEGISLATIVAS	117
H.1 – Propostas de Emenda à Constituição, Projetos e Medidas Provisórias	118
H.2. – Demais Matérias Legislativas	127
I – NORMAS PROMULGADAS NA 55ª LEGISLATURA	137
 PARTE II - CONGRESSO NACIONAL	
A - SESSÕES PLENÁRIAS	141
A.1 – Sessões Plenárias por tipo	141
A.2 – Sessões Solenes por finalidade	142
B - PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS	145
B.1 – Senadores	146
B.2 – Deputados	149
C – COMISSÕES MISTAS	157
C.1 - Comissões Mistas Permanentes	158
C.2 - Comissões Mistas Temporárias	160
D – ÓRGÃOS	165
D.1 - Órgãos de Caráter Representativo	166
D.2 - Órgãos de Caráter Consultivo	166
D.3 - Órgãos de Premiações	167
E - MATÉRIAS LEGISLATIVAS	169
E.1 – Projetos e Medidas Provisórias	171
E.2 – Vetos e demais Matérias Legislativas	174

NOTAS

Observações relativas às Matérias Legislativas	177
Siglas utilizadas neste Relatório	179
Considerações sobre este Relatório da Presidência	181

Relatório para download e arquivos digitais:

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-anual-da-presidencia/2015>

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL



INSTALAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA (PERÍODO DE 02/02/2015 A 22/12/2015)

Às 15 horas e 29 minutos do dia 2 de fevereiro de 2015, reuniu-se o Congresso Nacional em Sessão Solene destinada a, nos termos do art. 57 da Constituição Federal, inaugurar a Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Compuseram a Mesa, além do Exmo. Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros: o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, o Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, o Exmo. Sr. 1º Secretário do Congresso Nacional, Deputado Beto Mansur, e a Exma. Sra. 3ª Secretária do Congresso Nacional, Deputada Mara Gabrilli.

Aberta a sessão e instalados os trabalhos, foi executado o Hino Nacional pela Banda de Fuzileiros Navais. A seguir, o Exmo. Sr. Presidente Senador Renan Calheiros convidou o Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, para fazer a entrega da Mensagem do Poder Executivo, a qual foi lida pelo Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Beto Mansur.

Em seguida, o Exmo Sr. Ministro Ricardo Lewandowski fez uso da palavra em nome do Supremo Tribunal Federal e entregou o Relatório de Atividades de 2014 do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, bem como as Metas desses órgãos para o ano de 2015.

A seguir, usou da palavra o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha.

Fez uso da palavra, por fim, o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros:

“Exmo. Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, dois cumprimentos: o primeiro, pela brilhante vitória, e, em seguida, cumprimentando-o, quero cumprimentar todos os Deputados, todos os membros desta Câmara Federal, de todos os partidos; Exmo. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski; Exmo. Sr. Ministro Aloizio Mercadante; Sras Senadoras, Srs. Senadores, Congressistas; as eleições internas pertencem ao passado. Agora, como todos sabem, é hora de trabalhar.

A reabertura do Congresso Nacional é importante para o Parlamento, para o País e, sobretudo, para o fortalecimento da certeza de que vivemos plenamente em uma democracia.

É, portanto, momento de júbilo, mas também de reflexão. O sentimento é o da esperança. E a determinação mais firme é a de realizar um novo período de trabalho que intensifique as reflexões sobre o nosso País, aprimore as nossas decisões legislativas e traga efetivamente melhorias para a vida nacional. Diversos foram os avanços, mas ainda há muito que fazer.

No âmbito do Legislativo, todos acompanharam, as conquistas foram expressivas. Leis importantes foram aprovadas. Para reafirmar nossas prerrogativas, venceu a tese de que não é possível controle preventivo de projetos em tramitação e também de que o tamanho das Bancadas só pode ser fixado por lei complementar – portanto, uma competência do Congresso Nacional. De outro lado, criamos regras inovadoras para análise das medidas provisórias e criamos um novo critério para apreciação de vetos presidenciais. Devolvemos aos Parlamentares a última palavra sobre o processo legislativo.

Vamos trabalhar incessantemente para aprovarmos o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei de Licitações. E ainda vamos atualizar o Código do Consumidor. Temos que

aprofundar a regulamentação do orçamento impositivo, incluindo, em vez de apenas as emendas parlamentares, as emendas coletivas e as emendas de comissão. Temos de implementar a cédula eletrônica, Presidente Eduardo Cunha, na votação dos vetos presidenciais e regulamentar o art. 52 da Constituição Federal, que irá permitir a esta Casa a fiscalização do sistema tributário.

É também nossa intenção trabalhar uma agenda integrada do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a fim de otimizar resultados e conquistas. Uma das metas com esse propósito será projetar – e me permitam pela primeira vez colocar isto aqui – a biblioteca do Congresso Nacional nos moldes da que existe nos Estados Unidos, para integrar os acervos das duas Casas.

No plano constitucional, é necessário reformas. Um dos maiores desafios e um dos assuntos mais prementes, como todos sabem, como aqui foi colocado, é a reforma política. Necessitamos de critérios claros e definitivos para o financiamento de campanha. Como disse ontem ao Senado Federal, é preciso melhorar a política para que a política ajude a melhorar o Brasil. Uma das nossas propostas é, sem dúvida alguma, a reforma política, que se arrasta neste Parlamento há 12 anos. Urge que sejam feitas as mudanças profundas no nosso sistema político para torná-lo moderno, funcional, eficiente, transparente. Pagaremos um alto preço se não formos capazes de enfrentar esse desafio. Por sua complexidade e por se tratar de uma prerrogativa do Legislativo, é recomendável que o Congresso Nacional trace as linhas mestras da reforma e as submeta a um referendo popular.

Estou convicto de que as consultas populares não debilitam a democracia representativa, mas a complementam. Se há uma lição que podemos tirar das manifestações ocorridas em 2013 e das eleições gerais de 2014, é a de que a sociedade está atenta, madura e exige ser ouvida com mais assiduidade.

A sociedade, Presidente Eduardo Cunha, exige mudanças. Aqui estamos todos nós – ouso mais uma vez falar isto em nome do Senado Federal e V. Ex^a, da Câmara dos Deputados – para protagonizá-las.

Quero aproveitar novamente a menção ao Deputado Eduardo Cunha para mais uma vez, em nome de todos os Senadores, parabenizá-lo pela brilhante vitória (Palmas.) e para anunciar, desde logo, que é meu desejo trabalharmos juntos, efetivamente juntos, em busca de um Brasil melhor.

É imprescindível colocar na agenda dos nossos trabalhos a reforma tributária, avançar no Pacto Federativo e discutir novas formas de cooperação entre a União e os demais entes federativos, sobretudo na segurança pública, que tem dizimado a nossa juventude.

Em todos esses anos, aprendi que é necessário saber conviver com as visões divergentes. A crítica é a primeira manifestação de quem deseja ajudar, de quem tem posições e quer defendê-las. As divergências, entretanto, não devem transbordar para retrocessos e para transgressões.

A missão de todos nós é trabalhar para atenuar os efeitos de qualquer crise que se anuncie. Haveremos de encontrar caminhos e soluções para realizar os nossos propósitos democráticos. É isso que a Nação brasileira exige de todos nós e foi para isso que a sociedade brasileira nos colocou aqui.

A mensagem que a Excelentíssima Senhora Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional na abertura desta Legislatura, como ela mesma afirma, marca a transição do seu primeiro para o segundo mandato. E, ao mesmo tempo em que se mostra consciente das dificuldades que o País atravessa e atravessará neste ano, demonstra que existe uma série de medidas focadas no aumento da produtividade, da eficiência, do estímulo às micro e pequenas empresas e também das exportações. A Presidente mostra possuir um planejamento de como atuará o País nas diversas áreas em que há atuação do Estado, desde saúde e educação até o estímulo ao agronegócio e os investimentos em infraestrutura. E disse, destacando, que a prioridade das prioridades, como falou a Presidente, é mais recursos, mais investimentos.

E eu me permitiria, em nome do Congresso Nacional, neste ambiente de convergência democrática que esta sessão de abertura possibilita, eu ousaria acrescentar nessa frase da Presidente mais algumas palavras e dizer que a prioridade é mais recursos, com segurança jurídica, com estabilidade, com a manutenção das conquistas do nosso povo e mais investimentos.

O Congresso Nacional, consciente das dificuldades apontadas por Sua Excelência, estará à altura do desafio para colaborar com o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

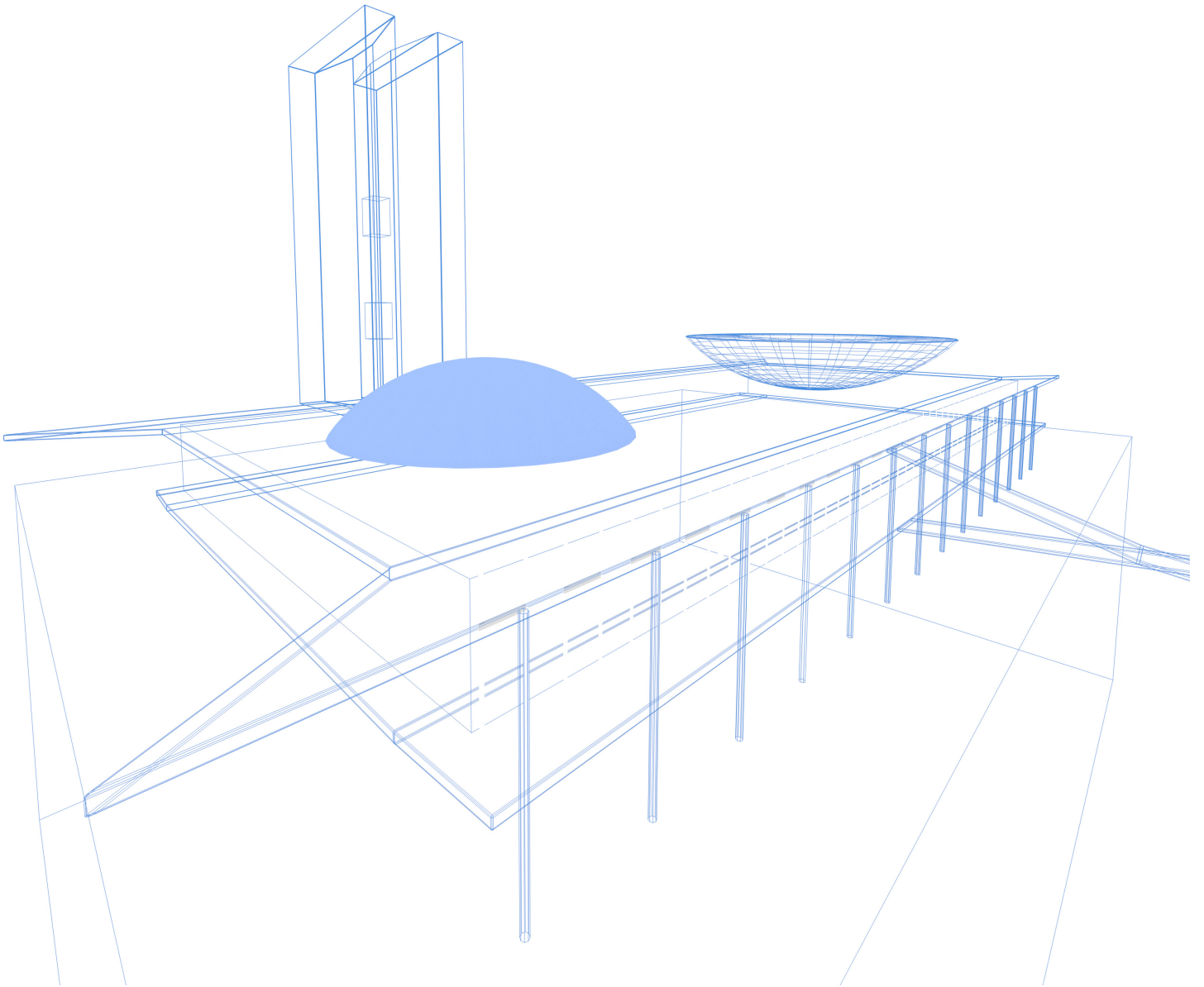
Ministro Aloizio Mercadante, mais uma vez, é uma honra muito grande tê-lo aqui no Congresso Nacional. Aproveito a oportunidade e peço que V. Ex^a transmita à Presidente

Dilma Rousseff que o Congresso Nacional, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, fará sua parte. E o Brasil pode continuar a contar conosco.

Muito obrigado a todos.

Antes de encerrar a sessão, agradeço às autoridades e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.”

Encerrou-se a sessão às 17 horas e 16 minutos.





SENADO FEDERAL

PARTE I

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

A - REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL



Introdução








A Constituição Federal, em seu artigo 46, *caput* e §1º, disciplina a composição do Senado Federal: os 26 Estados e o Distrito Federal serão representados, cada um, por 3 senadores eleitos pelo sistema majoritário, com mandatos de 8 anos (duas legislaturas). No Senado Federal há paridade de representação entre as unidades da Federação, independentemente do tamanho da população.

A cada quatro anos, por ocasião das eleições gerais, há uma renovação parcial da Casa, alternadamente por 1/3 e 2/3 de sua composição (CF, art. 46, §2º). Os senadores eleitos contam com dois suplentes, que eventualmente assumem o exercício do mandato (CF, art. 46, §3º). Em três hipóteses regimentais são convocados os suplentes: vaga, afastamento e licença por prazo superior a 120 dias (RISF, art. 45).

Ocorre a **vaga** nos casos de falecimento, renúncia e perda de mandato (RISF, art. 28). Nessas três hipóteses, a sucessão pelo suplente é definitiva. A norma constitucional autoriza o **afastamento** do Senador para que ele assuma certos cargos do Poder Executivo: Ministro de Estado; Governador de Território; Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Prefeitura de Capital; ou chefe de missão diplomática temporária (CF, art. 56, I c/c RISF, art. 39, II). O afastamento não possui prazo fixo: ao encerrar esse vínculo com o Poder Executivo, o Senador automaticamente retoma o exercício do mandato. Finalmente, a **licença** pode ser motivada por doença ou para tratar de interesses particulares (RISF, art. 43). Apenas as licenças superiores a 120 dias ensejam a convocação de suplente. Quando o prazo da licença se encerra, automaticamente o senador deve retornar ao exercício do mandato.

O suplente chamado a substituir o titular, em sua primeira convocação, deverá prestar o compromisso de posse e apresentar a documentação requerida (RISF, art. 5º). Os casos de afastamento e licença podem transcender a duração da sessão legislativa.

A.1 - Representações dos Estados e do Distrito Federal ao início e ao final da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, e alterações

	EM 02/02/2015	ALTERAÇÕES	EM 22/12/2015	MANDATO
 ACRE	Jorge Viana	-	Jorge Viana	2011 - 2019
	Sérgio Petecão	-	Sérgio Petecão	2011 - 2019
	Gladson Cameli	-	Gladson Cameli	2015 - 2023
 AMAPÁ	João Capiberibe	-	João Capiberibe	2011 - 2019
	Randolfe Rodrigues	-	Randolfe Rodrigues	2011 - 2019
	Davi Alcolumbre	-	Davi Alcolumbre	2015 - 2023
 AMAZONAS	Sandra Braga (S)	-	Sandra Braga (S)	2011 - 2019
	Vanessa Grazziotin	-	Vanessa Grazziotin	2011 - 2019
	Omar Aziz	-	Omar Aziz	2015 - 2023
 PARÁ	Flexa Ribeiro	-	Flexa Ribeiro	2011 - 2019
	Fernando Ribeiro (S)	(3)	Jader Barbalho	2011 - 2019
	Paulo Rocha	-	Paulo Rocha	2015 - 2023
 RONDÔNIA	Ivo Cassol	-	Ivo Cassol	2011 - 2019
	Valdir Raupp	-	Valdir Raupp	2011 - 2019
	Acir Gurgacz	-	Acir Gurgacz	2015 - 2023
 RORAIMA	Angela Portela	-	Angela Portela	2011 - 2019
	Romero Jucá	-	Romero Jucá	2011 - 2019
	Telmário Mota	-	Telmário Mota	2015 - 2023
 TOCANTINS	Ataídes Oliveira (S)	-	Ataídes Oliveira (S)	2011 - 2019
	Vicentinho Alves	-	Vicentinho Alves	2011 - 2019
	Kátia Abreu	(1),(2)	Donizeti Nogueira (S)	2015 - 2023

NORDESTE



ALAGOAS

EM 02/02/2015	ALTERAÇÕES	EM 22/12/2015	MANDATO
Benedito de Lira	-	Benedito de Lira	2011 - 2019
Renan Calheiros	-	Renan Calheiros	2011 - 2019
Fernando Collor	-	Fernando Collor	2015 - 2023



BAHIA

Lídice da Mata	-	Lídice da Mata	2011 - 2019
Walter Pinheiro	-	Walter Pinheiro	2011 - 2019
Otto Alencar	-	Otto Alencar	2015 - 2023



CEARÁ

Eunício Oliveira	-	Eunício Oliveira	2011 - 2019
José Pimentel	-	José Pimentel	2011 - 2019
Tasso Jereissati	-	Tasso Jereissati	2015 - 2023



MARANHÃO

Edison Lobão	-	Edison Lobão	2011 - 2019
João Alberto Souza	-	João Alberto Souza	2011 - 2019
Roberto Rocha	-	Roberto Rocha	2015 - 2023



PARAÍBA

Cássio Cunha Lima	-	Cássio Cunha Lima	2011 - 2019
Raimundo Lira (S)	-	Raimundo Lira (S)	2011 - 2019
José Maranhão	-	José Maranhão	2015 - 2023











PERNAMBUCO

Douglas Cintra (S)	-	Douglas Cintra (S)	2011 - 2019
Humberto Costa	-	Humberto Costa	2011 - 2019
Fernando Bezerra Coelho	-	Fernando Bezerra Coelho	2015 - 2023



PIAUI

Ciro Nogueira	-	Ciro Nogueira	2011 - 2019
Regina Sousa (S)	-	Regina Sousa (S)	2011 - 2019
Elmano Férrer	-	Elmano Férrer	2015 - 2023

		EM 02/02/2015	ALTERAÇÕES	EM 22/12/2015	MANDATO
NORDESTE	 RIO GRANDE DO NORTE	Garibaldi Alves Filho	-	Garibaldi Alves Filho	2011 - 2019
		José Agripino	-	José Agripino	2011 - 2019
		Fátima Bezerra	-	Fátima Bezerra	2015 - 2023
	 SERGIPE	Antonio Carlos Valadares	-	Antonio Carlos Valadares	2011 - 2019
		Eduardo Amorim	-	Eduardo Amorim	2011 - 2019
		Maria do Carmo Alves	(6),(7)	Ricardo Franco (S)	2015 - 2023
CENTRO-OESTE	 DISTRITO FEDERAL	Cristovam Buarque	-	Cristovam Buarque	2011 - 2019
		Hélio José (S)	-	Hélio José (S)	2011 - 2019
		Reguffe	-	Reguffe	2015 - 2023
	 GOIÁS	Lúcia Vânia	-	Lúcia Vânia	2011 - 2019
		Wilder Moraes (S)	-	Wilder Moraes (S)	2011 - 2019
		Ronaldo Caiado	-	Ronaldo Caiado	2015 - 2023
	 MATO GROSSO	Blairo Maggi	-	Blairo Maggi	2011 - 2019
		José Medeiros (S)	-	José Medeiros (S)	2011 - 2019
		Wellington Fagundes	-	Wellington Fagundes	2015 - 2023
	 MATO GROSSO DO SUL	Delcídio do Amaral	-	Delcídio do Amaral	2011 - 2019
		Waldemir Moka	-	Waldemir Moka	2011 - 2019
		Simone Tebet	-	Simone Tebet	2015 - 2023
SUDESTE	 ESPÍRITO SANTO	Magno Malta	-	Magno Malta	2011 - 2019
		Ricardo Ferraço	-	Ricardo Ferraço	2011 - 2019
		Rose de Freitas	-	Rose de Freitas	2015 - 2023
	 MINAS GERAIS	Aécio Neves	-	Aécio Neves	2011 - 2019
		Zeze Perrella (S)	-	Zeze Perrella (S)	2011 - 2019
		Antonio Anastasia	-	Antonio Anastasia	2015 - 2023

SUDESTE



RIO DE JANEIRO

EM 02/02/2015	ALTERAÇÕES	EM 22/12/2015	MANDATO
Lindbergh Farias	-	Lindbergh Farias	2011 - 2019
Marcelo Crivella	-	Marcelo Crivella	2011 - 2019
Romário	-	Romário	2015 - 2023



SÃO PAULO

Aloysio Nunes Ferreira	-	Aloysio Nunes Ferreira	2011 - 2019
Marta Suplicy	-	Marta Suplicy	2011 - 2019
José Serra	-	José Serra	2015 - 2023

SUL



PARANÁ

Gleisi Hoffmann	-	Gleisi Hoffmann	2011 - 2019
Roberto Requião	-	Roberto Requião	2011 - 2019
Alvaro Dias	-	Alvaro Dias	2015 - 2023



RIO GRANDE DO SUL

Ana Amélia	-	Ana Amélia	2011 - 2019
Paulo Paim	-	Paulo Paim	2011 - 2019
Lasier Martins	-	Lasier Martins	2015 - 2023



SANTA CATARINA

Luiz Henrique	(4),(5)	Dalirio Beber (S)	2011 - 2019
Paulo Bauer	-	Paulo Bauer	2011 - 2019
Dário Berger	-	Dário Berger	2015 - 2023

A.2 - Histórico das alterações na representação dos Estados e do Distrito Federal

Alterações ocorridas no período anterior à 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura:

Em 30/12/2014: o Senador **Wellington Dias** (PT-PI) renuncia ao mandato para assumir, em 1º de janeiro de 2015, o cargo de Governador do Estado do Piauí (DSF de 02/01/2015, p. 5).

Em 01/01/2015: o Senador **Edison Lobão** (PMDB-MA) reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º Suplente, Senador Lobão Filho (PMDB-MA), deixa o exercício do mandato (DSF de 02/01/2015, p. 10).

Em 01/01/2015: o Senador **Armando Monteiro** (PTB-PE) afasta-se do exercício do mandato para assumir, em 1º de janeiro de 2015, o cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (DSF de 02/01/2015, p. 8).

Em 01/01/2015: o Senador **Douglas Cintra** (PTB-PE), 1º Suplente do Senador Armando Monteiro (PTB-PE), reassume o exercício do mandato (DSF de 02/01/2015, p. 8).

Em 01/01/2015: o Senador **Garibaldi Alves Filho** (PMDB-RN) reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º Suplente, Senador Paulo Davim (PV-RN), deixa o exercício do mandato (DSF de 02/01/2015, p. 9).

Em 01/01/2015: o Senador **Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF) renuncia ao mandato para assumir, em 1º de janeiro de 2015, o cargo de Governador do Distrito Federal (DSF de 02/01/2015, p. 6).

Em 01/01/2015: o Senhor Hélio José da Silva Lima, 1º Suplente do Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presta o compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Hélio José**, e comunica que representará o Distrito Federal como integrante da bancada do PSD (DSF de 02/01/2015, p. 14).

Em 01/01/2015: o Senador **Eduardo Braga** (PMDB-AM) afasta-se do exercício do mandato para assumir, em 1º de janeiro de 2015, o cargo de Ministro das Minas e Energia (DSF de 02/01/2015, p.7).

Em 01/01/2015: o Senhora Sandra Backsmann Braga, 1ª Suplente do Senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presta o compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Sandra Braga**, e comunica que representará o Estado do Amazonas como integrante da bancada do PMDB (DSF de 02/01/2015, p. 13).

Em 01/01/2015: o Senhor José Antônio Medeiros, 1º Suplente do Senador **Pedro Taques** (PDT-MT), presta o compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **José Medeiros**, e comunica que representará o Estado de Mato Grosso como integrante da bancada do PPS (DSF de 02/01/2015, p. 15).

Em 01/01/2015: a Senhora Maria Regina Sousa, 1ª Suplente do Senador Wellington Dias (PT-PI), presta o compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Regina Sousa**, e comunica que representará o Estado do Piauí como integrante da bancada do PT (DSF de 02/01/2015, p. 12).

Em 30/01/2015: o Senador **Jader Barbalho** (PMDB-PA) deixa o exercício do mandato em virtude de licença-saúde até o dia 1º de junho de 2015 (DSF de 31/01/2015, p. 9).

Em 30/01/2015: o Senhor Fernando de Castro Ribeiro, 1º Suplente do Senador Jader Barbalho (PMDB-PA), presta o compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Fernando Ribeiro**, e comunica que representará o Estado do Pará como integrante da bancada do PMDB (DSF de 31/01/2015, p. 9).

Alterações ocorridas na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (Entre 02/02/2015 e 22/12/2015):

1. **Em 03/02/2015:** a Senadora **Katia Abreu** (PMDB-TO) afasta-se do exercício do mandato para assumir o cargo de Ministra da Agricultura (DSF de 04/02/2015, p. 40).
2. **Em 03/02/2015:** o Senhor Divino Donizeti Borges Nogueira, 1º Suplente da Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), presta o compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Donizeti Nogueira**, e comunica que representará o Estado do Tocantins como integrante da bancada do PT (DSF de 04/02/2015, p. 644).
3. **Em 07/04/2015:** o Senador **Jader Barbalho** (PMDB-PA) reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º Suplente, Senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA), deixa o exercício do mandato (DSF de 08/04/2015, p.368).
4. **Em 10/05/2015:** o Senador **Luiz Henrique**(PMDB-SC), representante do Estado de Santa Catarina, falece.
5. **Em 19/05/2015:** o Senhor Dalírio José Beber, 1º Suplente do Senador Luiz Henrique (PMDB-SC), presta o compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Dalirio Beber**, e comunica que representará o Estado de Santa Catarina como integrante da bancada do PSDB (DSF de 20/05/2015, p. 196).
6. **Em 11/11/2015:** a Senadora **Maria do Carmo Alves** (DEM-SE) afasta-se do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social do Município de Aracaju (DSF de 12/11/2015, p. 284).
7. **Em 11/11/2015:** o Senhor Ricardo Barreto Franco, 1º Suplente da Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), presta o compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Ricardo Franco**, e comunica que representará o Estado de Sergipe como integrante da bancada do DEM (DSF de 12/11/2015, p. 321).

Quadro Sintético

JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ

NORTE		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Acre		Jorge Viana											
		Sérgio Petecão											
		Gladson Cameli											
Amapá		João Capiberibe											
		Randolfe Rodrigues											
		Davi Alcolumbre											
Amazonas		Sandra Braga											
		Vanessa Grazziotin											
		Omar Aziz											
Pará		Flexa Ribeiro											
		L Fernando Ribeiro					R Jader Barbalho						
		Paulo Rocha											
Rondônia		Ivo Cassol											
		Valdir Raupp											
		Acir Gurgacz											
Roraima		Angela Portela											
		Romero Jucá											
		Telmário Mota											
Tocantins		Atáides Oliveira (S)											
		Vicentinho Alves											
		Kátia Abreu					A Donizeti Nogueira						
Alagoas		Benedito de Lira											
		Renan Calheiros											
		Fernando Collor											
Bahia		Lídice da Mata											
		Walter Pinheiro											
		Otto Alencar											
Ceará		Eunício Oliveira											
		José Pimentel											
		Tasso Jereissati											
Maranhão		João Alberto Souza											
		Edison Lobão											
		Roberto Rocha											
Paraíba		Cássio Cunha Lima											
		Raimundo Lira (S)											
		José Maranhão											

Exercício da titularidade do mandato
Suplência em virtude de vaga
Suplência em virtude de licença
Suplência em virtude de afastamento
L Licença
 V Vaga
 A Afastamento
 R Retorno ao exercício

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
NORDESTE	Pernambuco											
	Douglas Cintra (S)											
	Humberto Costa											
	Fernando Bezerra Coelho											
	Piauí											
	Ciro Nogueira											
	V Regina Sousa (S)											
	Elmano Férrer											
	Rio Grande do Norte											
José Agripino												
Garibaldi Alves Filho												
Fátima Bezerra												
Sergipe												
Antonio Carlos Valadares												
Eduardo Amorim												
Maria do Carmo Alves												
A Ricardo Franco (S)												
CENTRO-OESTE	Distrito Federal											
	Cristovam Buarque											
	V Hélio José (S)											
	Reguffe											
	Goiás											
	Lúcia Vânia											
	Wilder Moraes (S)											
	Ronaldo Caiado											
	Mato Grosso											
Blairo Maggi												
V José Medeiros (S)												
Wellington Fagundes												
Mato Grosso do Sul												
Delcídio do Amaral												
L RISF, art. 44												
Waldemir Moka												
Simone Tebet												
SUDESTE	Espírito Santo											
	Magno Malta											
	Ricardo Ferraço											
	Rose de Freitas											
	Minas Gerais											
	Aécio Neves											
	Zeze Perrella (S)											
	Antonio Anastasia											
	Rio de Janeiro											
	Marcelo Crivella											
	Lindbergh Farias											
	Romário											
São Paulo												
Aloysio Nunes Ferreira												
Marta Suplicy												
José Serra												

Exercício da titularidade do mandato

Suplência em virtude de vaga

Suplência em virtude de licença

Suplência em virtude de afastamento

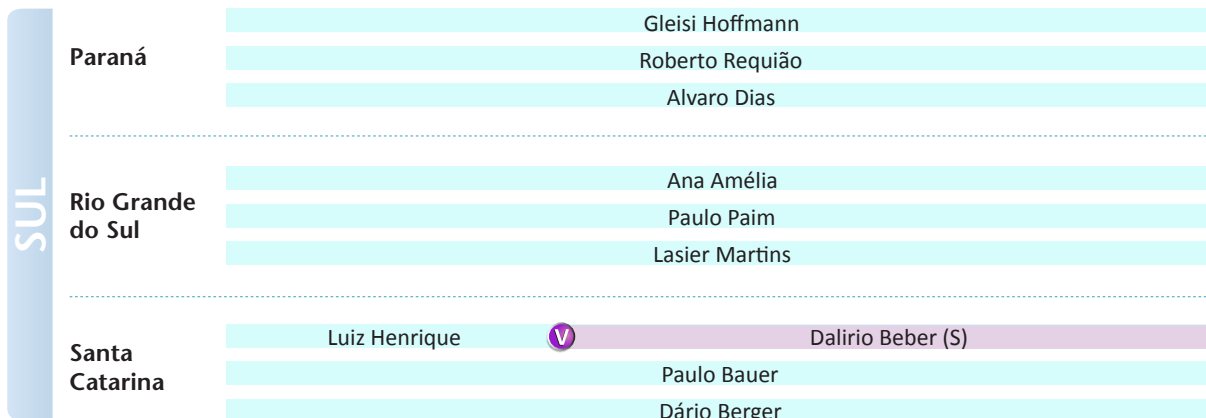
L Licença

A Afastamento

V Vaga

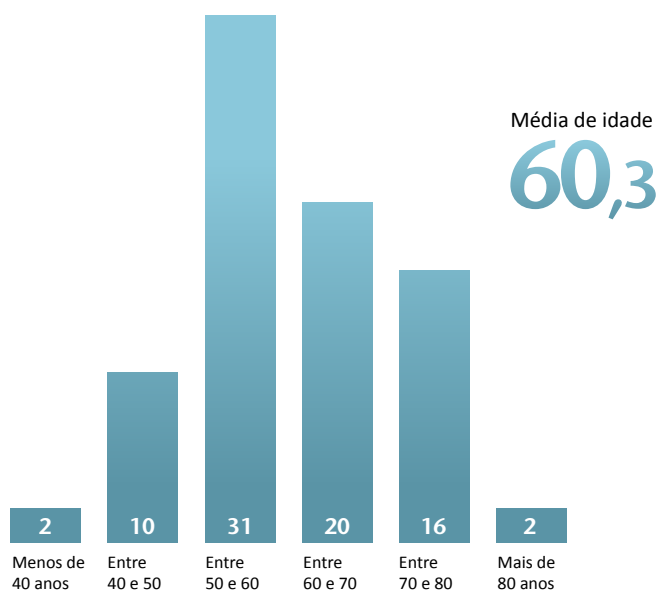
R Retorno ao exercício

JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ



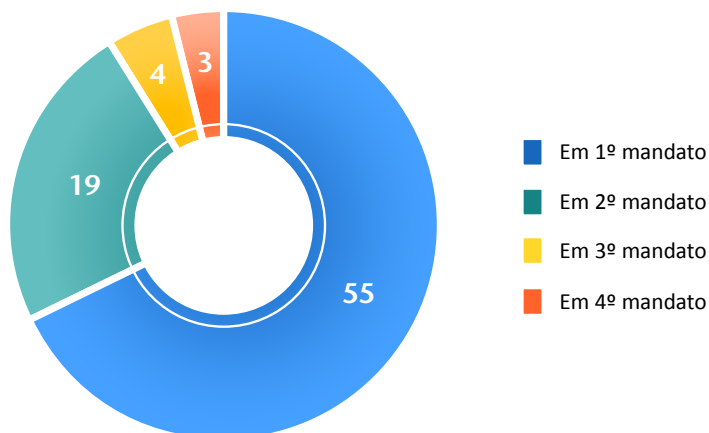
Estatísticas*

Representação por faixa etária

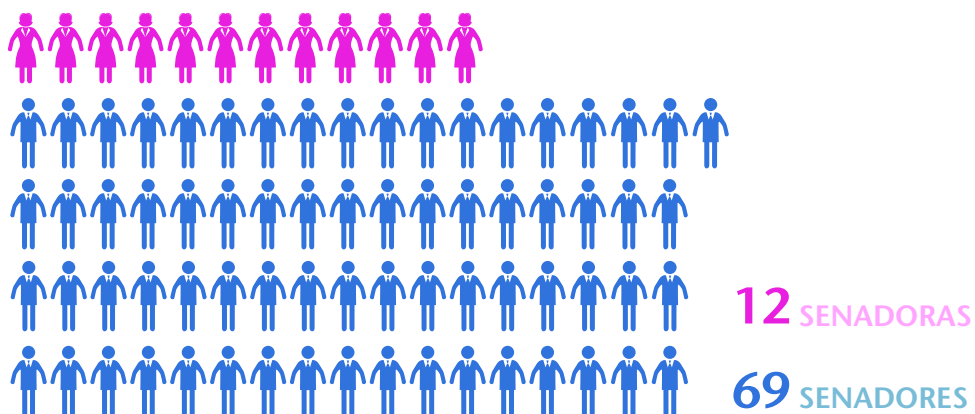


*Situação em 22/12/2015

Mandatos exercidos no Senado Federal



Relação dos senadores, por gênero



Renovação de um terço do Senado Federal

(Relativo aos 27 senadores eleitos em 2014)

Média de idade dos Senadores eleitos:
59,4

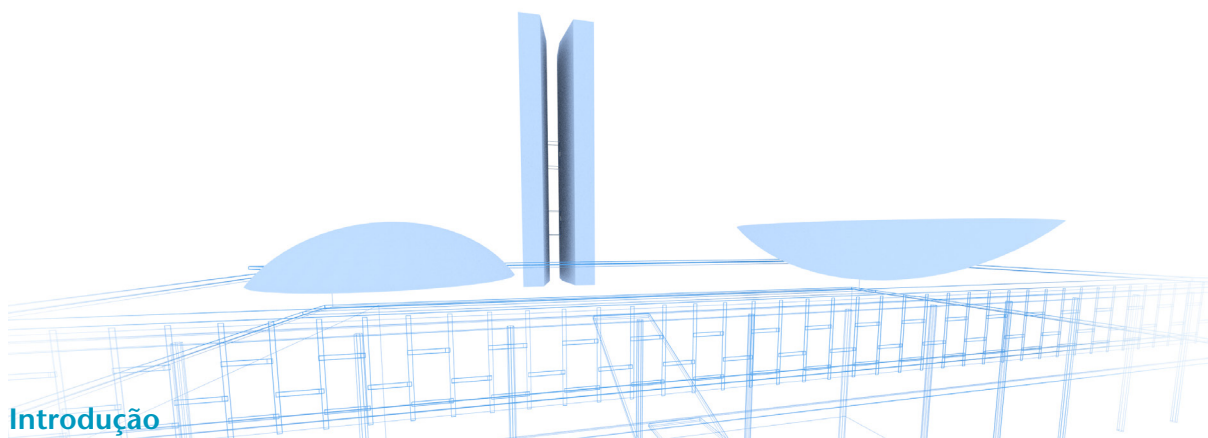
Senadores reeleitos:
5

Percentual de Senadores em primeiro mandato:
74,1%

Percentual de Senadoras eleitas:
11,1%

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

B – BLOCOS PARLAMENTARES, PARTIDOS POLÍTICOS E LIDERANÇAS



Os partidos políticos, na definição dada pela Lei nº 9.096 de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), são pessoas jurídicas de direito privado que “destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.” No Senado Federal, cada um dos 81 representantes eleitos ingressa filiado a um partido político, uma vez que nosso ordenamento jurídico atual não admite a candidatura avulsa (CF, art. 14, § 3º, V).

Para fins de organização e composição política, os partidos políticos podem se coligar em blocos parlamentares. Para serem criados novos blocos é requisito que representem no mínimo um décimo da composição do Senado Federal. Dois blocos têm previsão explícita no Regimento Interno do Senado Federal (RISF): a Maioria é definida como o bloco ou representação partidária que agrega a maioria absoluta da Casa, e, não sendo alcançado tal número, simplesmente o maior bloco parlamentar da Casa (RISF, art. 65, §§ 1º e 5º); a Minoria, por sua vez, é o maior bloco ou representação partidária que fizer oposição à Maioria (RISF, art. 65, §2º). A coligação é opcional, ou seja, um partido pode, a qualquer hora, escolher-se retirar do bloco e tornar-se independente.

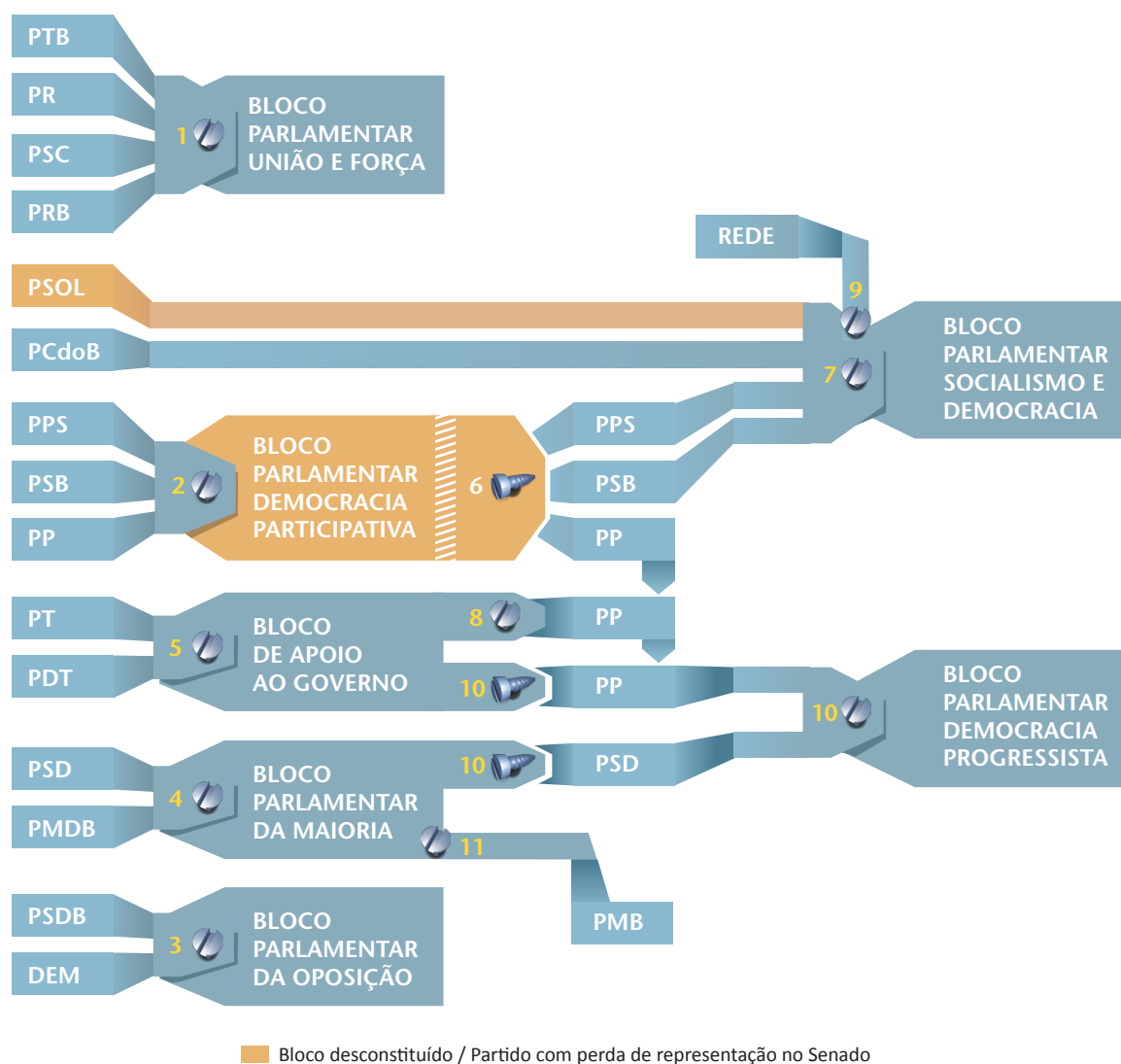
Cada partido ou bloco parlamentar possui líder e seus substitutos eventuais, os vice-líderes. Os líderes são indicados no início da primeira e terceira sessões legislativas e suas indicações devem ser comunicadas à Mesa. Eles podem ser substituídos a qualquer momento pela maioria do bloco ou representação partidária (RISF, art. 65, §6º). Os líderes ainda indicam, em ordem, os

vice-líderes, que no caso de blocos, preferencialmente são escolhidos entre os líderes dos partidos coligados. Entre as atribuições regimentais dos líderes, destacam-se: indicar e substituir, entre seus membros, os integrantes de comissões (RISF, art. 66 c/c art. 81, caput); representar os seus liderados nas votações simbólicas (RISF, art. 293, II); fazer uso da palavra para comunicação urgente de interesse partidário (RISF, art. 14, II).

Por fim, o Presidente da República poderá indicar um senador para exercer a função de líder do governo; este, por sua vez, poderá indicar vice-líderes dentre os representantes dos partidos que apoiem o governo (RISF, art. 66-A).

B.1 – Blocos Parlamentares

B.1.1 – Estrutura e alterações



1. **Em 01/02/2015.** As lideranças do PTB, PR, PSC e PRB informam a constituição do Bloco Parlamentar União e Força (Ofício nº 1/2015, DSF de 02/02/2015, p. 85).
2. **Em 03/02/2015.** As Lideranças do PP, PSB e PPS no Senado Federal, informam a constituição do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Expediente s/nº/2015, DSF de 04/02/2015, p. 66).
3. **Em 04/02/2015.** O PSDB e o DEM passam a integrar Bloco Parlamentar da Oposição (Ofício nº 11/2015, DSF de 05/02/2015, p. 94).
4. **Em 10/02/2015.** O PMDB e o PSD no Senado Federal informam a constituição do Bloco Parlamentar da Maioria (Ofício nº 8/2015, DSF de 11/02/2015, p. 90).
5. **Em 24/02/2015.** O PT e o PDT informam a constituição do Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 2/2015, DSF de 25/02/2015, p. 502).
6. **Em 24/02/2015.** As lideranças do PSB e do PPS no Senado Federal, informam a desconstituição do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Expediente s/nº/2015, DSF de 25/02/2015, p. 507).
7. **Em 24/02/2015.** As lideranças do PSB, PPS, PSOL e PCdoB no Senado Federal comunicam a formação do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Ofício nº 1/2015, DSF de 25/02/2015, p. 508).
8. **Em 04/03/2015:** O Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Ofício 19/2015-GLDBAG, DSF de 05/03/2015, p.60).
9. **Em 29/09/2015:** O Partido Rede Sustentabilidade passa a integrar o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memorando nº67/2015, DSF de 30/09/2015, p.174).
10. **Em 15/10/2015:** As lideranças do PSD e do PP informam a constituição do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Ofício GLPP S/N, DSF de 16/10/2015, p. 157).
11. **Em 16/12/2015:** O PMB passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria (Ofício 290/2015, DSF de 17/12/2015, p. 101).

B.1.2 – Lideranças dos Blocos Parlamentares e alterações

Bloco Parlamentar	Indicação das Lideranças de Blocos Parlamentares			Designações/ Alterações	Liderança no final da Sessão Legislativa
	Data	Função	Senador(a)		Senador(a)
Bloco Parlamentar União e Força	01/02/2015	Líder	Fernando Collor	(1)	Fernando Collor
	01/02/2015	1º Vice-Líder	Blairo Maggi	(1)	Blairo Maggi
	01/02/2015	2º Vice-Líder	Eduardo Amorim	(1)	Eduardo Amorim
	01/02/2015	3º Vice-Líder	Marcelo Crivella	(1)	Marcelo Crivella
Bloco Parlamentar Democracia Participativa	03/02/2015	Líder	Lídice da Mata	(2),(6)	-
	03/02/2015	1º Vice-Líder	Benedito de Lira	(2),(6)	-
	03/02/2015	2º Vice-Líder	José Medeiros	(2),(6)	-
	03/02/2015	3º Vice-Líder	João Capiberibe	(2),(6)	-
Bloco Parlamentar da Oposição	04/02/2015	Líder	Alvaro Dias	(3)	Alvaro Dias
	03/03/2015	1º Vice-Líder	Ataídes Oliveira	(8)	Ataídes Oliveira
	07/04/2015	2º Vice-Líder	Wilder Morais	(10),(11)	-
	07/04/2015	3º Vice-Líder	Antonio Anastasia	(10)	Antonio Anastasia
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	24/02/2015	Líder	Lídice da Mata	(4)	Lídice da Mata
	24/02/2015	1º Vice-Líder	José Medeiros	(4)	José Medeiros
	24/02/2015	2º Vice-Líder	Vanessa Grazziotin	(4)	Vanessa Grazziotin
	24/02/2015	3º Vice-Líder	Randolfe Rodrigues	(4),(12)	-
Bloco Parlamentar de apoio ao Governo	24/02/2015	Líder	Humberto Costa	(5)	Humberto Costa
	03/03/2015	1º Vice-Líder	Acir Gurgacz	(7),(9)	Acir Gurgacz
	03/03/2015	2º Vice-Líder	Walter Pinheiro	(7),(9),(13)	-
	03/03/2015	3º Vice-Líder	Telmário Mota	(7),(9)	Walter Pinheiro
	03/03/2015	4º Vice-Líder	José Pimentel	(7),(9)	Telmário Mota
	17/03/2015	5º Vice-Líder	Regina Sousa	(9)	Regina Sousa
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	03/11/2015	Líder	Omar Aziz	(14)	Omar Aziz
	24/11/2015	1º Vice-Líder	Benedito de Lira	(15)	Benedito de Lira
	16/12/2015	2º Vice-Líder	Otto Alencar	(17)	Otto Alencar
Bloco Parlamentar da Maioria	16/12/2015	Líder	Eunício Oliveira	(16)	Eunício Oliveira

1. **Em 01/02/2015:** o Senador **Fernando Collor** foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força e os Senadores **Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Marcelo Crivella**, nesta ordem, vice-líderes (Of. 1/2015-BLUFOR, DSF de 02/02/2015, p.85).
2. **Em 03/02/2015:** a Senadora **Lídice da Mata** foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa e os Senadores **Benedito de Lira, José Medeiros e João Capiberibe**, nesta ordem, vice-líderes (Exp. s/nº/2015, DSF de 04/02/2015, p. 66).
3. **Em 04/02/2015:** o Senador **Alvaro Dias** foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Exp. s/nº/2015, DSF de 05/02/2015, p. 95).
4. **Em 24/02/2015:** a Senadora **Lídice da Mata** foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e os Senadores **José Medeiros, Vanessa Grazziotin e Randolfe Rodrigues**, nesta ordem, vice-líderes do referido Bloco (Of. nº 1/2015, DSF de 25/02/2015, p. 508).
5. **Em 24/02/2015:** o Senador **Humberto Costa** é designado líder do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG, DSF de 25/02/2015, p. 502).
6. **Em 24/02/2015:** as lideranças do PSB e do PPS no Senado Federal, informam a desconstituição do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Expediente s/nº/2015, DSF de 25/02/2015, p. 507).
7. **Em 03/03/2015:** os Senadores **Acir Gurgacz, Walter Pinheiro, Telmário Mota e José Pimentel** foram designados, nesta ordem, vice-líderes do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG, DSF de 04/03/2015, p. 224).
8. **Em 03/03/2015:** o Senador **Ataídes Oliveira** foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/nº, DSF de 04/03/2015, p. 225).
9. **Em 17/03/2015:** os Senadores **Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Regina Souza** foram designados, nesta ordem, vice-líderes do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG, DSF de 18/03/2015, p.67).
10. **Em 07/04/2015:** os Senadores **Wilder Morais e Antonio Anastasia** foram designados, respectivamente, 2º e 3º vice-líderes do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/nº/2015, DSF de 08/04/2015, p.109).
11. **Em 15/09/2015:** o Senador **Wilder Morais** deixa a vice-liderança do Bloco Parlamentar de Oposição em virtude de sua desfiliação do DEM e filiação ao PP (Memo. nº65/2015-GSWMOR, DSF de 16/09/2015, p.92, retif.).
12. **Em 29/09/2015:** o Senador **Randolfe Rodrigues** deixa a vice-liderança do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia em virtude de sua desfiliação do PSOL e sua filiação ao Partido Rede Sustentabilidade (REDE) (Mem.nº 67/2015, DSF de 30/09/2015, p. 174).
13. **Em 15/10/2015:** o Senador **Benedito de Lira** deixa a vice-liderança do Bloco de Apoio ao Governo em virtude da formação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista, integrado pelo PP e PSD (Of. GLPP s/nº, DSF de 16/10/2015, p. 157).
14. **Em 03/11/2015:** o Senador **Omar Aziz** foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015, DSF de 04/11/2015, p. 21).
15. **Em 24/11/2015:** o Senador **Benedito de Lira** é designado vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP, DSF de 25/11/2015, p. 343).
16. **Em 16/12/2015:** o Senador **Eunício Oliveira** é designado líder do Bloco da Maioria (Of. GLPMDB 290/2015, DSF de 17/12/2015, p. 101).
17. **Em 16/12/2015:** o Senador **Otto Alencar** é designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Ofício 3/2015, DSF de 17/12/2015, p. 102).

B.2 – Partidos Políticos

B.2.1 – Composição e alterações

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PMDB	19 integrantes			18 integrantes
	Dário Berger	-	-	Dário Berger
	Edison Lobão	-	-	Edison Lobão
	Eunício Oliveira	-	-	Eunício Oliveira
	Fernando Ribeiro	-	(3)	Jader Barbalho
	Garibaldi Alves Filho	-	-	Garibaldi Alves Filho
	João Alberto Souza	-	-	João Alberto Souza
	José Maranhão	-	-	José Maranhão
	Kátia Abreu	-	(1),(2)	-
	-	(6)	-	Marta Suplicy
	Luiz Henrique	-	(4),(5)	-
	Raimundo Lira	-	-	Raimundo Lira
	Renan Calheiros	-	-	Renan Calheiros
	Ricardo Ferraço	-	-	Ricardo Ferraço
	Roberto Requião	-	-	Roberto Requião
	Romero Jucá	-	-	Romero Jucá
	Rose de Freitas	-	-	Rose de Freitas
	Sandra Braga	-	-	Sandra Braga
	Simone Tebet	-	-	Simone Tebet
	Valdir Raupp	-	-	Valdir Raupp
Waldemir Moka	-	-	Waldemir Moka	
PT	13 integrantes			13 integrantes
	Angela Portela	-	-	Angela Portela
	Delcídio do Amaral	-	-	Delcídio do Amaral
	-	-	(1),(2)	Donizeti Nogueira
	Fátima Bezerra	-	-	Fátima Bezerra
	Gleisi Hoffmann	-	-	Gleisi Hoffmann
	Humberto Costa	-	-	Humberto Costa
	Jorge Viana	-	-	Jorge Viana
	José Pimentel	-	-	José Pimentel
	Lindbergh Farias	-	-	Lindbergh Farias
	Marta Suplicy	(1)	-	-
	Paulo Paim	-	-	Paulo Paim
	Paulo Rocha	-	-	Paulo Rocha
	Regina Sousa	-	-	Regina Sousa
	Walter Pinheiro	-	-	Walter Pinheiro

* Observações relativas ao mandato constam do item A.2 (pág. 34)



Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PSDB	11 integrantes			11 integrantes
	Aécio Neves	-	-	Aécio Neves
	Aloysio Nunes Ferreira	-	-	Aloysio Nunes Ferreira
	Alvaro Dias	-	-	Alvaro Dias
	Antonio Anastasia	-	-	Antonio Anastasia
	Ataídes Oliveira	-	-	Ataídes Oliveira
	Cássio Cunha Lima	-	-	Cássio Cunha Lima
	-	-	(4),(5)	Dalírio Beber
	Flexa Ribeiro	-	-	Flexa Ribeiro
	José Serra	-	-	José Serra
	Lúcia Vânia	(4)	-	-
	Paulo Bauer	-	-	Paulo Bauer
Tasso Jereissati	-	-	Tasso Jereissati	
PTB	3 integrantes			3 integrantes
	Douglas Cintra	-	-	Douglas Cintra
	Elmano Férrer	-	-	Elmano Férrer
	Fernando Collor	-	-	Fernando Collor
PP	5 integrantes			6 integrantes
	Ana Amélia	-	-	Ana Amélia
	Benedito de Lira	-	-	Benedito de Lira
	Ciro Nogueira	-	-	Ciro Nogueira
	Gladson Cameli	-	-	Gladson Cameli
	Ivo Cassol	-	-	Ivo Cassol
-	(2)	-	Wilder Morais	
PDT	6 integrantes			6 integrantes
	Acir Gurgacz	-	-	Acir Gurgacz
	Cristovam Buarque	-	-	Cristovam Buarque
	Lasier Martins	-	-	Lasier Martins
	Reguffe	-	-	Reguffe
	Telmário Mota	-	-	Telmário Mota
	Zeze Perrella	-	-	Zeze Perrella
PR	4 integrantes			4 integrantes
	Blairo Maggi	-	-	Blairo Maggi
	Magno Malta	-	-	Magno Malta
	Vicentinho Alves	-	-	Vicentinho Alves
	Wellington Fagundes	-	-	Wellington Fagundes
DEM	5 integrantes			4 integrantes
	Davi Alcolumbre	-	-	Davi Alcolumbre
	José Agripino	-	-	José Agripino
	Maria do Carmo Alves	-	(6),(7)	Ricardo Franco
	Ronaldo Caiado	-	-	Ronaldo Caiado
	Wilder Morais	(2)	-	-

* Observações relativas ao mandato constam do item A.2 (pág. 34)

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PSB	6 integrantes			7 integrantes
	Antonio Carlos Valadares	-	-	Antonio Carlos Valadares
	Fernando Bezerra Coelho	-	-	Fernando Bezerra Coelho
	João Capiberibe	-	-	João Capiberibe
	Lídice da Mata	-	-	Lídice da Mata
	-	(5)	-	Lúcia Vânia
	Roberto Rocha	-	-	Roberto Rocha
	Romário	-	-	Romário
PCdoB	1 integrante			1 integrante
	Vanessa Grazziotin	-	-	Vanessa Grazziotin
PSC	1 integrante			1 integrante
	Eduardo Amorim	-	-	Eduardo Amorim
PRB	1 integrante			1 integrante
	Marcelo Crivella	-	-	Marcelo Crivella
PSD	4 integrantes			3 integrantes
	Hélio José	(7)	-	-
	Omar Aziz	-	-	Omar Aziz
	Otto Alencar	-	-	Otto Alencar
	Sérgio Petecão	-	-	Sérgio Petecão
PSOL	1 integrante			0 integrante
	Randolfe Rodrigues	(3)	-	-
PPS	1 integrante			1 integrante
	José Medeiros	-	-	José Medeiros
REDE	0 integrante			1 integrante
	-	(3)	-	Randolfe Rodrigues
PMB	0 integrante			1 integrante
	-	(7)	-	Hélio José

- Em 06/05/2015:** a Senadora **Marta Suplicy** comunica sua desfiliação do PT (Of. nº4/2015, DSF de 07/05/2015, p. 34).
- Em 15/09/2015:** o Senador **Wilder Moraes** comunica sua desfiliação do Democratas (DEM) desde o dia 14/09/2015 e sua filiação ao Partido Progressista (PP) (Mem. nº 65/2015, DSF de 16/09/2015, p. 92).
- Em 29/09/2015:** o Senador **Randolfe Rodrigues** comunica sua desfiliação do PSOL desde o dia 14/09/2015 e sua filiação ao Partido Rede Sustentabilidade (REDE) (Mem. nº 67/2015, DSF de 30/09/2015, p. 174).
- Em 23/06/2015:** a Senadora **Lúcia Vânia** informa desfiliação do PSDB (Of. nº40/2015, DSF de 24/06/2015, p. 363).
- Em 03/09/2015:** a Senadora **Lúcia Vânia** comunica sua filiação partidária ao PSB (Mem. nº 94/2015, DSF de 04/09/2015, p. 29).
- Em 28/09/2015:** a Senadora **Marta Suplicy** comunica sua filiação partidária ao PMDB (Mem. nº 84/2015, DSF de 29/09/2015, p. 187).
- Em 10/12/2015:** o Senador **Hélio José** comunica desfiliação do PSD e sua filiação ao PMB (Mem. nº12-193/2015, DSF de 11/12/2015, p.168).

* Observações relativas ao mandato constam do item A.2 (pág. 34)

B.2.2 – Lideranças dos Partidos Políticos e alterações

Partido	Indicação de Liderança dos Partidos Políticos			Designações/ Alterações	Liderança ao final da Sessão Legislativa
	Data	Função	Senador(a)		Senador(a)
PMDB	-	Líder	Eunício Oliveira	-	Eunício Oliveira
PT	04/02/2015	Líder	Humberto Costa	(12)	Humberto Costa
	03/03/2015	1º Vice-Líder	Paulo Rocha	(15)	Paulo Rocha
	03/03/2015	2º Vice-Líder	Walter Pinheiro	(15)	Walter Pinheiro
	03/03/2015	3º Vice-Líder	Lindbergh Farias	(15)	Lindbergh Farias
	03/03/2015	4º Vice-Líder	Fátima Bezerra	(15)	Fátima Bezerra
PSDB	03/02/2015	Líder	Cássio Cunha Lima	(8)	Cássio Cunha Lima
	10/02/2015	1º Vice-Líder	Paulo Bauer	(14)	Paulo Bauer
	06/03/2015	2º Vice-Líder	Aloysio Nunes Ferreira	(17)	Aloysio Nunes Ferreira
PTB	01/02/2015	Líder	Fernando Collor	(6)	Fernando Collor
PP	03/02/2015	Líder	Benedito de Lira	(10)	Benedito de Lira
PDT	01/02/2015	Líder	Acir Gurgacz	(7)	Acir Gurgacz
	01/02/2015	Vice-Líder	Telmário Mota	(7)	Telmário Mota
PR	01/02/2015	Líder	Blairo Maggi	(4),(20)	Wellington Fagundes
	19/11/2015	Vice-Líder	Vicentinho Alves	(21)	Vicentinho Alves
DEM	01/02/2015	Líder	Ronaldo Caiado	(3)	Ronaldo Caiado
	04/03/2015	Vice-Líder	José Agripino	(16)	José Agripino
PSB	01/02/2015	Líder	João Capiberibe	(1)	João Capiberibe
	25/03/2015	Vice-Líder	Roberto Rocha	(18)	Roberto Rocha
PCdoB	04/02/2015	Líder	Vanessa Grazziotin	(13)	Vanessa Grazziotin
PSC	01/02/2015	Líder	Eduardo Amorim	(5)	Eduardo Amorim
PRB	01/02/2015	Líder	Marcelo Crivella	(2)	Marcelo Crivella
PSD	03/02/2015	Líder	Omar Aziz	(11)	Omar Aziz
	03/02/2015	Vice-Líder	Sérgio Petecão	(11)	Sérgio Petecão
PSOL	29/09/2015	Líder	Randolfe Rodrigues	(19)	-
PPS	03/02/2015	Líder	José Medeiros	(9)	José Medeiros
REDE	29/09/2015	Líder	Randolfe Rodrigues	(19)	Randolfe Rodrigues
PMB	10/12/2015	Líder	Hélio José	(22)	Hélio José

- Em 01/02/2015:** o Senador **João Capiberibe** foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB, DSF de 02/02/2015, p.86).
- Em 01/02/2015:** o Senador **Marcelo Crivella** foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR, DSF de 02/02/2015, p.85).
- Em 01/02/2015:** o Senador **Ronaldo Caiado** foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM, DSF de 02/02/2015, p.85).

4. **Em 01/02/2015:** o Senador **Blairo Maggi** foi designado líder do PR (Of. nº 2-BLUFOR/2015, DSF de 02/02/2015, p. 85).
5. **Em 01/02/2015:** o Senador **Eduardo Amorim** foi designado líder do PSC (Of. nº 2-BLUFOR/2015, DSF de 02/02/2015, p. 85).
6. **Em 01/02/2015:** o Senador **Fernando Collor** foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB, DSF de 02/02/2015, p. 84).
7. **Em 01/02/2015:** os Senadores **Acir Gurgaz** e **Telmário Mota** foram designados, respectivamente, líder e vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT, DSF de 02/02/2015, p. 84).
8. **Em 03/02/2015:** o Senador **Cássio Cunha Lima** foi designado líder do PSDB (Exp. s/nº/2015, DSF de 04/02/2015, p. 67).
9. **Em 03/02/2015:** o Senador **José Medeiros** foi designado líder do PPS (Of. GSJMEDEI nº 18/2015, DSF de 04/02/2015, p. 67).
10. **Em 03/02/2015:** o Senador **Benedito de Lira** foi designado líder do PP (Of. s/nº/2015, DSF de 04/02/2015, p. 67).
11. **Em 03/02/2015:** os Senadores **Omar Aziz** e **Sérgio Petecão** foram designados, respectivamente, líder e vice-líder do PSD (Of. nº 2/2015-GLPSD, DSF de 04/02/2015, p. 67).
12. **Em 04/02/2015:** o Senador **Humberto Costa** foi designado líder do PT (Of. GLDPT nº 2/2015, DSF de 05/02/2015, p. 7).
13. **Em 04/02/2015:** a Senadora **Vanessa Grazziotin** foi designada líder do PCdoB (Of. GLPCdoB nº 1/2015, DSF de 05/02/2015, p. 8).
14. **Em 10/02/2015:** o Senador **Paulo Bauer** foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15-GLPSDB, DSF de 11/02/2015, p. 90).
15. **Em 03/03/2015:** os Senadores **Paulo Rocha**, **Walter Pinheiro**, **Lindbergh Farias** e **Fátima Bezerra** foram designados, nesta ordem, vice-líderes do PT (Of. 3/2015-GLDPT, DSF de 04/03/2015, p. 224).
16. **Em 04/03/2015:** o Senador **José Agripino** foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM, DSF de 05/03/2015, p. 60).
17. **Em 06/03/2015:** o Senador **Aloysio Nunes Ferreira** foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB, DSF de 07/03/2015, p. 6).
18. **Em 25/03/2015:** o Senador **Roberto Rocha** foi designado vice-líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB, DSF de 26/03/2015, p. 58).
19. **Em 29/09/2015,** o Senador **Randolfe Rodrigues** foi designado líder da REDE (Memo. 67/2015/GSRROD, DSF de 30/09/2015, p. 175).
20. **Em 19/11/2015:** o Senador **Wellington Fagundes** foi designado líder do PR (Of. S/N-GABLIDPR, DSF de 20/11/2015, p. 46).
21. **Em 19/11/2015:** o Senador **Vicentinho Alves** foi designado vice-líder do PR (Of. S/N-GABLIDPR, DSF de 20/11/2015, p. 372).
22. **Em 10/12/2015:** o Senador **Hélio José** foi designado líder do PMB (Mem 12-193/2015-GLSHJOSE, DSF de 11/12/2015, p. 168).

B.3 – Liderança do Governo e alterações

Indicação da Liderança do Governo			Designações/ Alterações	Liderança ao final da Sessão Legislativa
Indicação	Função	Senador(a)		Senador(a)
28/04/2015	Líder	Delcídio do Amaral	(1) (4)	-
25/08/2015	1º Vice-Líder	Hélio José	(2)	Hélio José
25/08/2015	2º Vice-Líder	Paulo Rocha	(2)	Paulo Rocha
25/08/2015	3º Vice-Líder	Wellington Fagundes	(2)	Wellington Fagundes
09/09/2015	4º Vice-Líder	Telmário Mota	(3)	Telmário Mota

1. **Em 28/04/2015**, o Senador **Delcídio do Amaral** foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015, DSF de 29/04/2015, p.531).
2. **Em 25/08/2015**, os Senadores **Hélio José**, **Paulo Rocha** e **Wellington Fagundes** foram designados, respectivamente, 1º, 2º e 3º vice-líderes do Governo (Memo. 42/2015-GLDGOV, DSF de 26/08/2015, p.24).
3. **Em 09/09/2015**, o Senador **Telmário Mota** foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo. 46/2015-GLDGOV, DSF de 10/09/2015, p.113).
4. **Em 25/11/2015**, o Senador **Delcídio do Amaral** entra automaticamente em licença (RISF, art. 44).

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

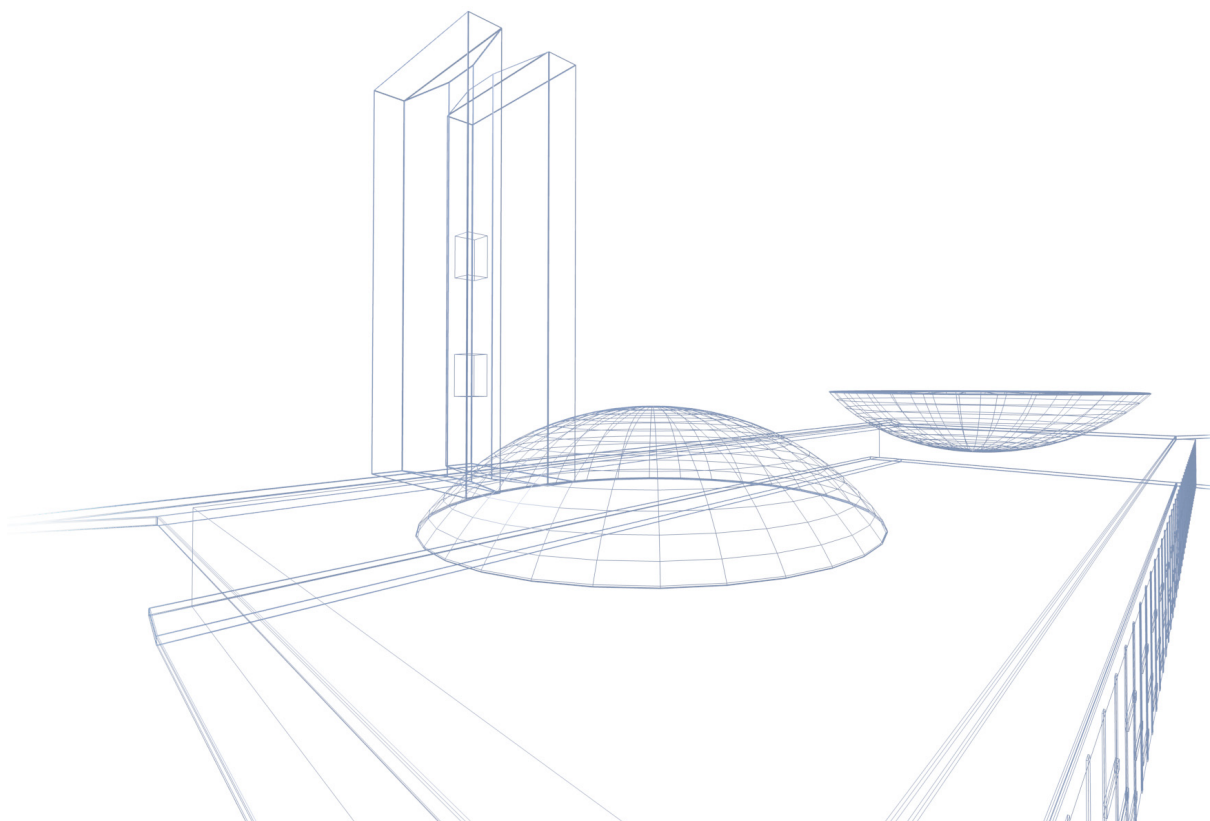
c - DIREÇÃO DOS TRABALHOS DO SENADO FEDERAL

Introdução

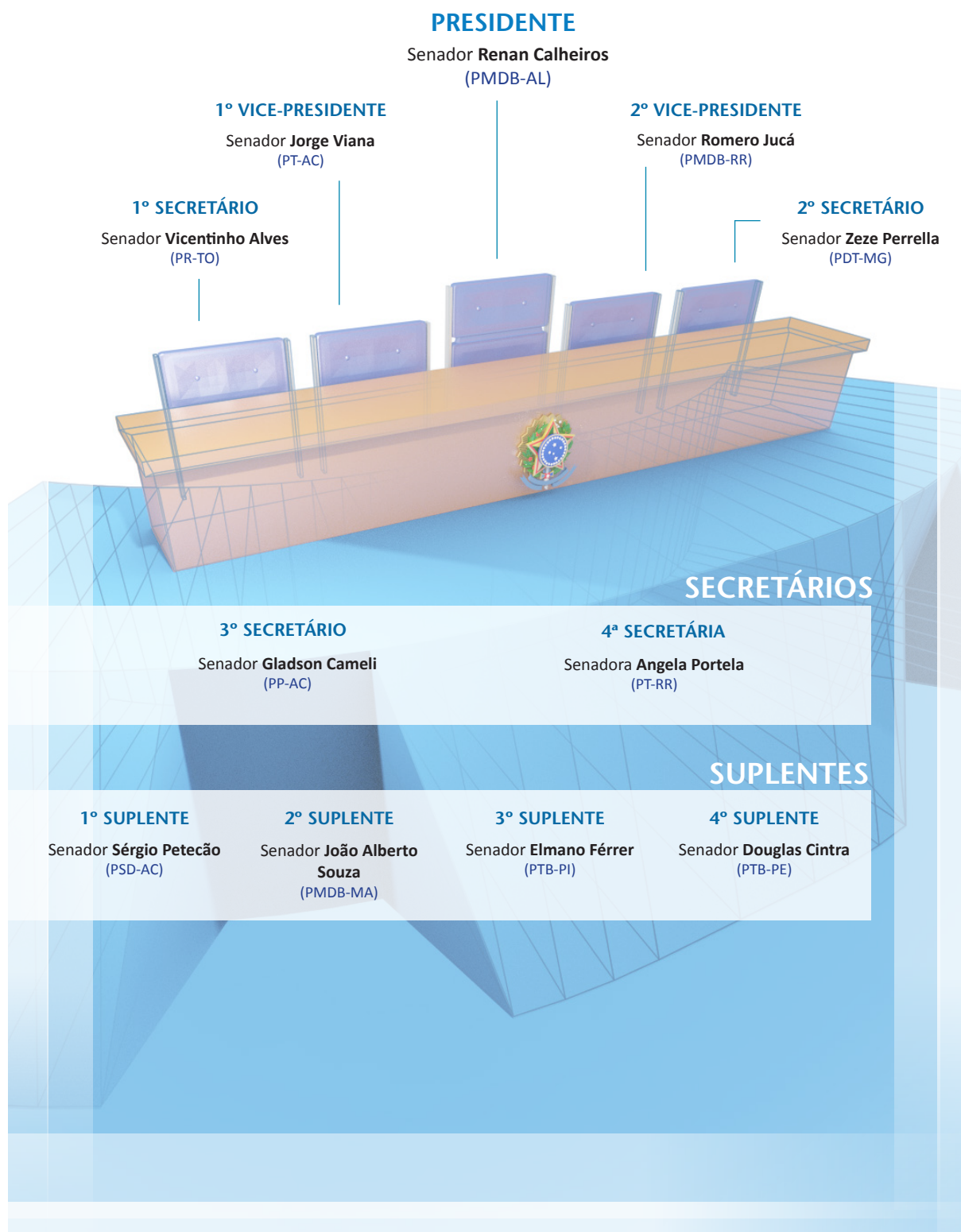
O Senado Federal é dirigido pela Mesa, que é composta pelo Presidente, Primeiro e Segundo Vice-Presidentes e quatro Secretários. A substituição entre os Secretários se dá conforme a numeração ordinal e, na falta dos Vice-Presidentes, estes, nesta ordem, substituem o Presidente. São indicados também quatro suplentes de Secretários para substituir os titulares em caso de impedimento (RISF, art. 46 caput e §§ 1º e 2º).

Os Senadores se reúnem, em reuniões preparatórias, para eleger os componentes da Mesa. A votação é secreta, por maioria de votos, presente a maioria dos senadores e assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação na Casa.

A duração do mandato da Mesa é de dois anos (CF, arts. 57, § 4º e 58, § 1º c/c RISF, arts. 3º, 59 e 60).



c.1 - Mesa do Senado Federal



c.2 - Agenda do Presidente do Senado Federal

DATA	HORA	COMPROMISSO
01/01	15:00	Sessão Solene de posse da Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff e do Excelentíssimo Senhor Michel Temer nos cargos de Presidente da República e Vice-Presidente.
	16:30	Pronunciamento e cerimônia de nomeação de Ministros de Estado pela Presidente Dilma Rousseff.
	20:00	Cerimônia de posse dos Senadores Sandra Backsmann Braga, Maria Regina Sousa, Hélio da Silva Lima e José Antonio Medeiros.
	18:30	Recepção oferecida pela Presidente Dilma Rousseff.
30/01	17:00	Reunião da Bancada do PMDB.
03/02	16:00	3ª Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura, destinada à eleição dos demais membros da Mesa para o Biênio 2015/2016.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
04/02	11:00	Recebe o Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União.
	11:30	Recebe o Deputado Osmar Terra, acompanhado das Rainhas da 13ª Festa da Vindima.
	12:00	Recebe os Presidentes José Carlos Lyra, da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA, e Robson Braga de Andrade, da Confederação Nacional da Indústria – CNI.
	14:30	Reunião da Bancada do PMDB com o Ministro Eduardo Braga, de Minas e Energia.
	15:45	Recebe o Deputado Paulo Pereira da Silva, acompanhado dos Presidentes de Centrais Sindicais: Ubiraci Dantas de Oliveira, da CGTB, Vagner Freitas, da CUT, Miguel Torres, da Força Sindical, José Calixto, da NCST, e Ricardo Patah, da UGT.
16:00	Ordem do Dia – Plenário.	
10/02	10:30	Reunião da Mesa Diretora.
	11:00	Sessão Extraordinária – Plenário.
	15:00	Recebe o Senhor José Ronaldo Marques da Silva, Presidente do Sindicato dos Cegonheiros do Brasil, acompanhado de representantes.
	15:30	Recebe André Puccinelli, ex-governador de Mato Grosso do Sul.
	16:00	Cerimônia de assinatura das portarias de designação da Diretora-Geral do Senado Federal, Senhora Ilana Trombka, e da Diretora de Comunicação Social do Senado Federal, Senhora Virgínia Malheiros Galvez.
11/02	10:00	Sessão de Debates Temáticos destinada a discutir a Reforma Política.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
24/02	11:00	Reunião de Líderes.
	12:00	Recebe a Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente.
	12:30	Recebe o Senador Omar Aziz, o Vereador Wilker Barreto, Presidente da Câmara Municipal de Manaus, e o Vereador Luis
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.

DATA	HORA	COMPROMISSO
25/02	11:00	Sessão do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 85, de 2015, que “altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação”.
	15:00	Recebe o Ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, Orçamento e Gestão.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
26/02	13:00	Almoço com a Bancada Feminina.
	15:00	Reunião de Líderes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
04/03	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
05/03	11:00	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
10/03	11:00	Recebe o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.
	15:00	Recebe o Vice-Presidente da República, Michel Temer.
	15:00	Reunião de Líderes.
	15:00	Abertura dos trabalhos da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário
12/03	11:00	Recebe o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz
	16:00	Ordem do Dia – Plenário
18/03	15:00	Reunião de Líderes
	16:00	Ordem do Dia – Plenário
24/03	10:00	Recebe o Senador Vicentinho acompanhado do Cmt. Milton Arantes, Presidente da Associação Brasileira de Táxi Aéreo e Oficinas de Manutenção, do Cmt. Enio Paes, Diretor-Geral e Cmt Adriano Castanho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.
	10:30	Recebe o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luís Felipe Salomão, e Marcelo Nobre, membro da Comissão de Juristas.
	12:30	Solenidade de lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2015.
	15:00	Recebe o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.
	15:30	Recebe o Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha.
	15:30	Recebe o Presidente do Conselho de Regulamentação e Ética da Associação Brasileira de Telesserviços, Hélio Costa, acompanhado do Presidente da ABT, Carlos Zanvettor, do Vice-Presidente, Cássio Azevedo, do Diretor de Relações Institucionais, Wanderley Mariz.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
25/03	11:00	Recebe o Prefeito de Maceió, Rui Palmeira.
	11:30	Recebe o Senador Garibaldi Alves e advogada Lúcia Jales, a qual compõe a Lista tríplice para o TRF da 5ª Região.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
30/03	17:00	Recebe o Ministro da Fazenda Joaquim Levy.
07/04	16:00	Ordem do Dia – Plenário.



DATA	HORA	COMPROMISSO
08/04	11:00	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
14/04	11:30	Recebe Paulo Ziulkoski, Presidente da CNM, 2º Secretário Marcelo Beltrão, Presidente da AMA, acompanhados de presidentes das entidades estaduais de representação dos Municípios, integrantes do Conselho Político da CNM.
	12:00	Recebe o Secretário da Fazenda de Alagoas, George André Palermo.
	12:30	Recebe o Senador Davi Alcolumbre, acompanhado pelos integrantes do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz.
	14:00	Recebe o Senador Elmano Férrer, Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, o Deputado Themistocles Sampaio e o ex-Governador Guilherme Melo.
	15:00	Reunião da Bancada do PMDB.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
15/04	11:30	Recebe o Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, e o Secretário Executivo, Luiz Cláudio Costa.
	12:00	Recebe Governadores do Nordeste.
	16:00	Recebe o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	17:00	Recebe o jurista Luiz Edson Fachin, indicado ao Supremo Tribunal Federal.
16/04	11:00	Recebe o Dr. Rosinha, Alto Representante-Geral do Mercosul.
	11:00	Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 87 de 2015.
	11:30	Sessão Deliberativa Extraordinária.
28/04	11:00	Recebe o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.
	11:30	Recebe o Presidente da AJUFE, Antonio Cesar Bochenek, o Vice-Presidente, André Granja, e representantes de Associações Regionais.
	12:00	Recebe o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Marco Polo Del Nero.
	15:00	Recebe o Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.
	15:30	Recebe o Presidente Nacional do Partido Democrático Trabalhista – PDT, Carlos Lupi.
	16:00	Recebe os Presidentes Nacionais das Centrais Sindicais, Vagner Freitas, da CUT, Adilson Araújo, da CTB, José Calixto Ramos, da NCST, e Ricardo Patah, da UGT.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
29/04	11:00	Sessão Deliberativa Extraordinária.
	12:00	Recebe os Senadores Lindbergh Farias e João Capiberibe, acompanhados por um grupo de Senadores que integram a Frente Progressista Suprapartidária.
05/05	11:00	Recebe os Presidentes das Comissões do Senado Federal.
	15:30	Reunião de Líderes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
06/05	09:30	Solenidade de inauguração da nova Galeria de Ex-Presidentes da CCIJ e do Painel Eletrônico do Plenário 3 das Comissões.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.

DATA	HORA	COMPROMISSO
12/05	15:00	Recebe o Senador Jorge Viana, acompanhado da Senhora Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, de e representantes dos Ministérios Públicos Estaduais.
	15:30	Recebe Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM.
	16:00	Encontro com o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.
	16:30	Ordem do Dia – Plenário.
	17:00	Sessão Deliberativa Extraordinária destinada à apreciação do PLS nº 236, de 2012 (Código Penal), em virtude da aprovação do Requerimento nº 476, de 2015, de urgência para a matéria.
13/05	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	17:00	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
14/05	09:00	Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para debater sobre “A Lei Áurea, a terceirização e o combate ao trabalho escravo”.
	11:30	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
19/05	11:00	Sessão de Debates Temáticos destinada a discutir a Terceirização.
	16:00	Recebe o Senador Garibaldi Alves, acompanhado de médicos da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCC).
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	16:30	Recepção do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang.
20/05	11:00	Encontro de Governadores e autoridades do Poder Legislativo para discutir o Pacto Federativo e o Desenvolvimento Regional.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
26/05	11:00	Recebe os Juízes do TRT/GO Luciano Santana Crispim, Cléber Martins Sales, Maria das Graças Gonçalves Oliveira e o Diretor-Geral do Tribunal Ricardo Lucena, acompanhados de membros da Comissão de Aprovados no Concurso TRT/GO.
	11:00	Sessão de Premiações e Condecorações destinada à Entrega do Diploma José Ermírio de Moraes aos agraciados, em sua 6ª Premiação.
	12:00	Recebe o Presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho, e advogados da instituição.
	13:00	Recebe o Pedro Robério, Presidente do Sindaçúcar-AL acompanhado de produtores de cana de Alagoas.
	15:00	Reunião de Líderes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	17:00	Solenidade de posse do Desembargador Federal Reynaldo Soares da Fonseca, no cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
28/05	10:00	Ordem do Dia – Plenário.
	11:30	Recebe o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luis Felipe Salomão, acompanhado de Flavio Croce Caetano, Secretário de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça.
	19:00	Sessão solene em comemoração aos 70 anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral.
10/06	16:00	Ordem do Dia – Plenário.

DATA	HORA	COMPROMISSO
11/06	10:30	Sessão Especial destinada a Homenagear o Senhor Luiz Henrique da Silveira, Senador da República, falecido no dia 10 de maio de 2015.
	14:00	Ordem do Dia – Plenário.
	15:00	Recebe o senador Aloysio Nunes acompanhado do presidente do TSE, ministro Dias Toffoli, do secretário-geral do Instituto para a Democracia e a Assistência Eleitoral – IDEIA, Yves Leterme e do diretor-geral do IDEIA para a América Central e Caribe, Daniel Zovatto.
16/06	11:00	Solenidade de instalação da Comissão de Especialistas destinada a elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
	11:45	Reunião de Líderes.
	15:30	Deputado Paulinho da Força acompanhado de representantes de Centrais Sindicais.
	16:00	Sessão Solene de Posse do professor Luiz Fachin no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	16:00	Sessão Conjunta do Congresso Nacional destinada à leitura de expedientes e apreciação dos Vetos Presidenciais nºs 5 a 10, de 2015.
17/06	11:00	Encontro de Prefeitos e autoridades do Poder Legislativo sobre pacto federativo e desenvolvimento regional.
	15:00	Recebe o governador do Piauí, Wellington Dias.
	15:30	Recebe o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Andrade, e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas, deputado Adalclever Lopes.
	16:00	Ordem do dia – Plenário.
	18:00	Recebe os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, da Previdencial Social, Carlos Gabas e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto.
18/06	12:00	Missa de corpo presente do ex-deputado Antonio Paes de Andrade.
	15:30	Reunião da Mesa Diretora.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	16:15	Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Aroldo Cedraz e ministro Augusto Nardes
23/06	15:30	Receber o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Luiz Moan, acompanhado de representantes da instituição.
	16:00	Senador Walter Pinheiro, presidente da Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo acompanhado dos Membros da Comissão.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	17:00	Reunião da Comissão de Reforma Política.
24/06	10:30	Recebe o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro.
	11:00	Recebe o senador Flexa Ribeiro e o embaixador da China, Li Jinzhang.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	17:00	Visita ao presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, acompanhado dos senadores Romero Jucá e Jorge Viana.

DATA	HORA	COMPROMISSO
30/06	11:00	Sessão de Debates Temáticos destinada a discutir a participação da Petrobrás na exploração do pré-sal.
	15:30	Recebe os representantes das Centrais Sindicais.
	15:30	Reunião de Líderes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
13/07	15:00	Recebe os presidente de Clubes de Futebol.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
14/07	10:00	Audiência com a presidente da República, Dilma Rousseff.
	12:00	Reunião de Líderes.
	15:00	Audiência com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	18:30	Audiência com os governadores da Região Sudeste.
15/07	10:30	Posse dos membros do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.
	11:00	Fundação Ulysses Guimarães – Apresentação das mídias digitais do PMDB.
	11:00	Sessão Conjunta CN destinada à apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº3, de 2015, dos Vetos Presidenciais nºs 5 a 16, de 2015, e dos PLN nºs 2 e 4, de 2015.
	12:00	Senador Romário e o deputado estadual Bebeto.
	15:30	Prefeito de Maceió, Rui Palmeira.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário
04/08	13:00	Ministro Eliseu Padilha, da ANAC.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
05/08	11:00	Sessão Especial destinada a comemorar o cinquentenário das atividades da TV Globo.
	13:00	Movimento Municipalista e Confederação Nacional de Municípios.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	17:00	Miguel Ângelo Cançado, presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e Fernando Cesar Mesquita, membro do Conselho.
11/08	11:00	Magda Chambriard, diretora geral da Agência Nacional do Petróleo.
	14:00	Lançamento da pesquisa DataSenado sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.
	15:00	Reunião de Líderes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
12/08	11:30	Senadores Romero Jucá e Randolfe Rodrigues e bancada do PSOL na Câmara.
	12:00	Presidente da FIESP, Paulo Skaf.
	16:00	Ministros da Fazenda, Joaquim Levy e do Planejamento, Nelson Barbosa.



DATA	HORA	COMPROMISSO
01/09	12:00	Prefeito de Maceió, Rui Palmeira e representantes da Frente Nacional de Prefeitos.
	15:00	Senadores José Serra, Delcídio do Amaral, José Pimentel, vice-presidente de Finanças e Controladoria da CEF, Márcio Percival; vice-presidente de Governo do BB, Valmir Campelo; diretor de Governo do BB, Jânio Macedo e os secretários da Fazenda de GO, PR e PE.
	15:30	Instalação da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional – CEDN Agenda Brasil.
	15:50	Deputado Paulinho da Força.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
16/09	10:00	Deputado Raul Jungmann; secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame e líderes da Câmara e do Senado.
	11:00	Presidente da Fiesp, Paulo Skaf.
	11:30	Reunião da Mesa Diretora.
	12:00	Advogado-Geral da União, Luís Adams.
	15:30	Governadores do Rio de Janeiro, Fernando Pezão; de Tocantins, Marcelo Miranda; do Piauí, Wellington Dias; da Bahia, Rui Costa; de Minas gerais, Fernando Pimentel; de Alagoas, Renan Filho; do Amapá, Waldez Góes; governador em exercício de Sergipe, Belivaldo Chagas e a vice-governadora do Acre, Nazaré Araújo.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
22/09	11:30	Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.
	15:30	Reunião de Líderes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
	19:00	Sessão Conjunta do CN destinada à apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2015, dos Vetos Presidenciais nºs 5 a 36, de 2015, dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 2,3 e 4, de 2015, e de outros expedientes.
23/09	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
29/09	15:00	Presidente da FIESP, Paulo Skaf.
	15:30	Reunião de Líderes.
	15:45	Presidente da FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira e o diretor de Relações Institucionais Márcio Fortes de Almeida.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
30/09	12:00	Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.
	15:30	Reunião de Líderes.
	15:31	Associação Nacional dos Desembargadores – ANDES.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
01/10	11:30	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
06/10	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
07/10	11:30	Sessão Conjunta do CN destinada à apreciação dos destaques apresentados aos Vetos Presidenciais nos 21, 25, 26, 29, 31 e 33, de 2015, do Veto Presidencial nº37, de 2015, dos Projetos de Lei do CN nos 2, 3 e 4, de 2015, e de outros expedientes.

DATA	HORA	COMPROMISSO
07/10	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
08/10	11:30	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
13/10	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
14/10	15:00	Reunião de Líderes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
20/10	15:00	Reunião de Líderes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
22/10	11:30	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
27/10	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
28/10	15:00	Reunião da Mesa Diretora.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
29/10	11:00	Sessão Especial destinada a entregar o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.
03/11	15:00	Reunião da Mesa Diretora e Presidentes das Comissões.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
04/11	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
05/11	11:30	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
10/11	11:00	Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a homenagear os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
	12:30	Presidente do Conselho da Federação da Assembleia Federal da Federação da Rússia, Valentina Matvienko.
	15:30	Reunião de Líderes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
11/11	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
12/11	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
17/11	16:01	Ordem do Dia – Plenário.
	19:00	Sessão Conjunta do CN destinada à apreciação dos dispositivos pendentes de apreciação, referentes aos Vetos Presidenciais nºs 21, 25, 26, 29, 31 e 33, de 2015, dos Vetos Presidenciais nºs 37 a 43, de 2015, dos PLN nos 2, 3, 4, 8 e 9, de 2015.
18/11	11:30	Sessão Conjunta do CN destinada à apreciação dos dispositivos pendentes de apreciação, referentes aos Vetos Presidenciais.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.

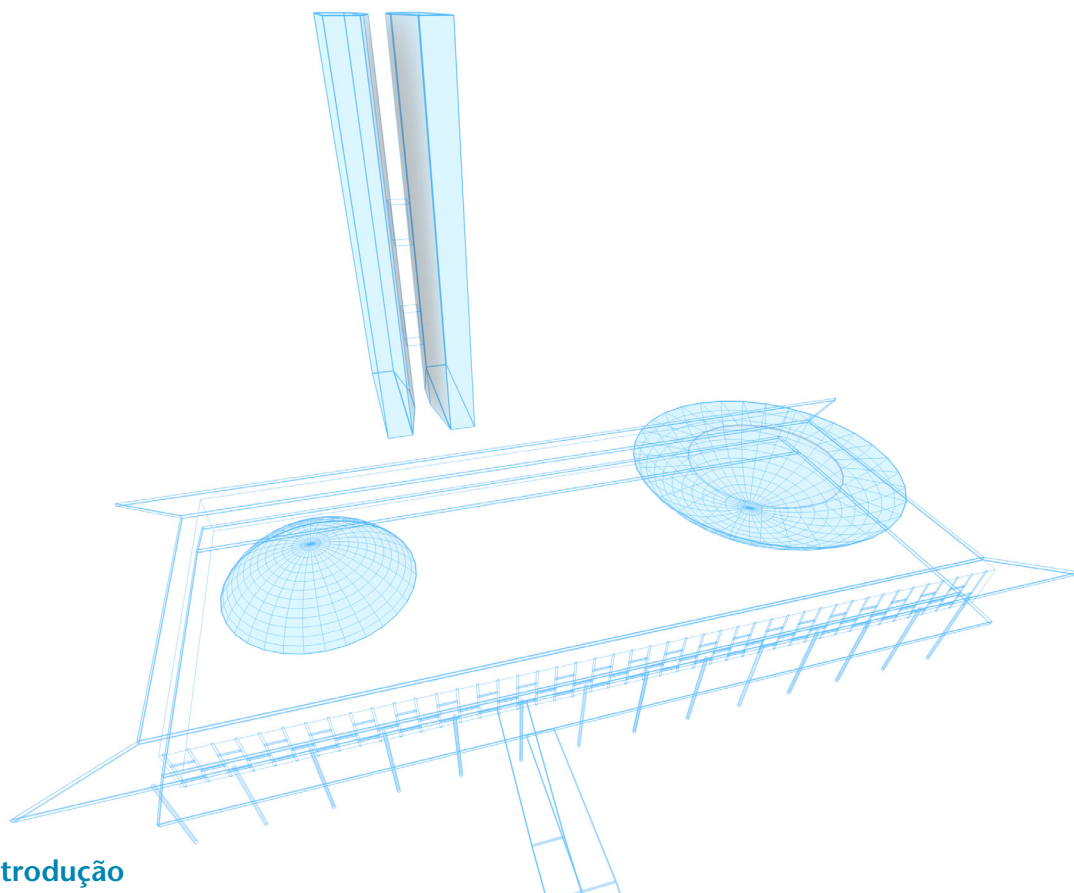
DATA	HORA	COMPROMISSO
19/11	11:30	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
24/11	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
25/11	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
01/12	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
02/12	12:00	Sessão Conjunta do CN destinada à deliberação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 5, 1, 8, 9, 11, 15, 17, 18, 27, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 24, 28, 29, 30, 10, 13, 22, 23, 25, 26 e 31, de 2015, e de outros expedientes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
03/12	11:30	Sessão de Debates Temáticos para discutir a crise e escassez de água no Brasil.
08/12	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
09/12	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
10/12	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
15/12	11:00	Missa do Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo.
	12:00	Reunião de Líderes.
	14:00	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.
	19:00	Sessão Conjunta do CN destinada à deliberação dos Vetos Presidenciais nos 48 a 52, de 2015, dos PLCN nºs 8, 9, 11, 15, 17, 18, 27, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 24, 28, 29, 30, 10, 13, 22, 23, 25, 26, 31, 6 e 1, de 2015, e de outros expedientes.
16/12	12:00	Sessão Conjunta do CN destinada à deliberação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 6, 8, 9, 11, 15, 17, 18, 27, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 24, 28, 29, 30, 10, 13, 22, 23, 25, 26, 31, 6 e 1, de 2015, e de outros expedientes.
	16:00	Ordem do Dia – Plenário.
17/12	12:00	Sessão Conjunta do CN destinada à deliberação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 6, 8, 9, 11, 15, 17, 18, 27, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 24, 28, 29, 30, 10, 13, 22, 23, 25, 26, 31, 6 e 1, de 2015, e de outros expedientes.
	16:00	Sessão Deliberativa Extraordinária – Plenário.

Mapa de reuniões da Mesa do Senado Federal:



RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

D - SESSÕES E REUNIÕES PLENÁRIAS



Introdução

As sessões do Senado Federal podem ser deliberativas – ordinárias ou extraordinárias –, não deliberativas, especiais e de debates temáticos (RISF, art. 154, caput).

A primeira parte das sessões plenárias deliberativas e não deliberativas, o Período do Expediente, destina-se a comunicações ao Plenário – leitura de projetos, pareceres, requerimentos autônomos (não relacionados a outras proposições) e documentos recebidos, entre outros – e a discursos de oradores previamente inscritos (RISF, art. 156, caput). É iniciada, a seguir, a Ordem do Dia, parte da sessão que caracteriza as sessões deliberativas, composta por uma série de matérias a serem sequencialmente discutidas e votadas. O período remanescente da sessão, após a Ordem do Dia, é destinado ao uso da palavra por líderes e demais oradores inscritos. As sessões não deliberativas possuem apenas o Período do Expediente (RISF, art. 154, § 4º).

As deliberações previstas para a Ordem do Dia podem, eventualmente, ser objeto de

sobrestamento. Esse impedimento momentâneo das deliberações do Senado ocorre em virtude do esgotamento do prazo constitucionalmente previsto para a apreciação, por ambas as Casas do Congresso Nacional, de Medidas Provisórias (CF, art. 62, § 6º e RCN 1/2002, art. 9º), ou de projetos de lei com urgência constitucional (CF, art. 64, §§ 1º e 2º; RISF, art. 375, caput, primeira parte). Enquanto perdurar o sobrestamento, as demais deliberações sobre projetos de lei permanecem impedidas até que a matéria com prazo esgotado sofra decisão do Plenário (CF, art. 64, § 2º c/c RISF, art. 375, VIII).

As sessões especiais possuem natureza honorífica e destinam-se a comemorações, homenagens ou recepção de autoridades (RISF, art. 154, § 5º). Durante sua realização, usam da palavra oradores previamente designados pelo Presidente do Senado ou pelas lideranças partidárias ou de blocos parlamentares (RISF, art. 200, caput).

As sessões de debates temáticos decorrem de sessões deliberativas direcionadas a questões relevantes de interesse nacional. Seu objeto, previamente fixado, orienta pronunciamentos, preleções, discussões e, ocasionalmente, a Ordem do Dia temática (RISF, art. 154, § 7º).

Por fim, nas sessões de premiações e condecorações, são concedidas comendas, diplomas e demais prêmios a homenageados previamente escolhidos por Conselhos do Senado Federal.

Pode ocorrer, ainda, o levantamento da sessão em caso de falecimento do Presidente da República, do Vice-Presidente da República ou de membro do Congresso Nacional (RISF, art. 220).

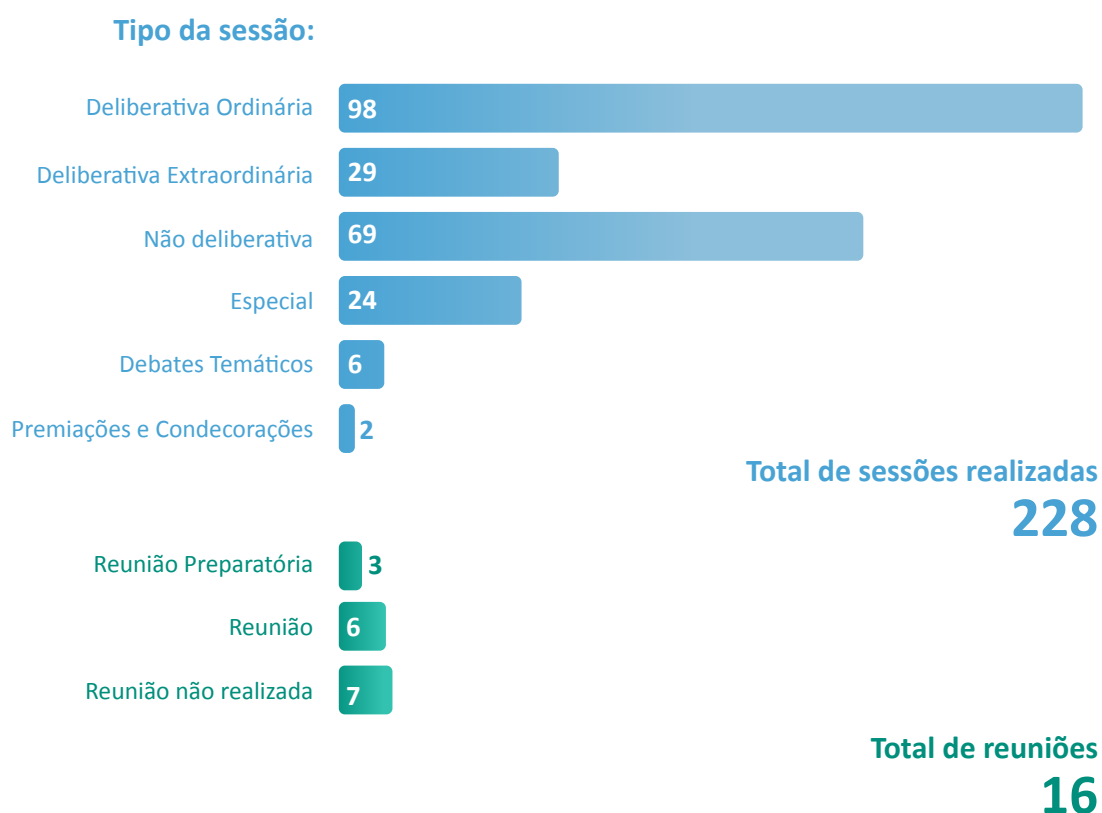
A insuficiência de senadores presentes antes da abertura (mínimo de um vigésimo da composição da Casa), no entanto, faz com que a sessão não ocorra. Sua não realização é provocada, também, por deliberação do Plenário, por decisão da Presidência com fundamento em motivo de força maior, ou com a ocorrência de sessão conjunta do Congresso Nacional por um período que coincida com parcela da sessão plenária do Senado (RISF, art. 154, § 6º, I a IV).

A não realização da sessão resulta na reunião plenária. Sua ata compreende o expediente – conjunto de documentos encaminhado ao conhecimento do Plenário –, que é despachado pelo Presidente independentemente de leitura e é publicado no Diário do Senado Federal (RISF, art. 155, § 2º). Se não houver Senador presente para presidir a reunião, esta não se realiza.

As reuniões preparatórias precedem a primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura. A primeira reunião preparatória ocorrida no início da legislatura recebe a

prestação do compromisso regimental dos senadores recém-eleitos, enquanto nas reuniões seguintes é realizada a eleição do Presidente da Mesa e a dos demais membros. Já as reuniões preparatórias que precedem a terceira sessão legislativa ordinária destinam-se apenas à eleição dos membros da Mesa, uma vez que seu mandato é de dois anos (CF, art. 57, § 4º e RISF, art. 3º, IV a VI).

D.1 – Sessões e Reuniões Plenárias por tipo



Conteúdo das Sessões e Reuniões Plenárias:



D.2 – Sessões Plenárias por finalidade

DATA	TIPO	FINALIDADE / MOTIVO
23/02/2015	Especial	Celebrar os sessenta e nove anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).
24/02/2015	Debates Temáticos	Debater a Reforma Política.
23/03/2015	Especial	Comemorar o Dia Nacional da Ordem Demolay.
16/04/2015	Especial	Homenagear os povos indígenas.
11/05/2015	Levantamento de Sessão	Falecimento do Senador Luiz Henrique.
18/05/2015	Especial	Comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública.
19/05/2015	Debates Temáticos	Debater a Terceirização.
21/05/2015	Especial	Comemorar os 20 anos da Rede Vida de Televisão.
22/05/2015	Especial	Comemorar o Grito da Terra Brasil.
26/05/2015	Premiações e Condecorações	Entrega do Diploma José Ermírio de Moraes aos agraciados em sua 6ª Premiação, conforme a Resolução nº 35/2009.
01/06/2015	Especial	Comemorar os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral.
11/06/2015	Especial	Homenagear o Sr. Luiz Henrique da Silveira, Senador da República, falecido no dia 10 de maio de 2015.
15/06/2015	Especial	Comemorar a data de inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek e homenagear <i>in memoriam</i> o médico e cientista Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede Sarah de Hospitais.
30/06/2015	Debates Temáticos	Debater a participação da Petrobras na exploração do pré-sal.
10/07/2015	Especial	Celebrar o aniversário de 65 anos da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (ANFIP).
05/08/2015	Especial	Comemorar o cinquentenário das atividades da TV Globo.
13/08/2015	Especial	Reverenciar a memória de Eduardo Campos, em razão do transcurso de um ano de seu falecimento.
20/08/2015	Especial	Comemorar os 60 anos da Apae Brasil – Federação Nacional das Apaes.
28/08/2015	Especial	Comemorar os 57 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).
02/09/2015	Debates Temáticos	Debater o Financiamento das Santas Casas de Misericórdia.
10/09/2015	Especial	Comemorar do Dia do Administrador, celebrado no dia 9 de setembro.
14/09/2015	Especial	Celebrar os 72 anos de criação do Território Federal do Amapá.
17/09/2015	Especial	Homenagear Antonio Mariz, por ocasião dos 20 anos de seu falecimento.
24/09/2015	Especial	Comemorar o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e entregar a Comenda Dorina Gouvêa Nowill, em sua primeira edição, às agraciadas nos termos da Resolução nº 34/2013.
13/10/2015	Especial	Realizar o Fórum Inovação, Alimentação e Agricultura e celebrar os 70 anos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).
23/10/2015	Especial	Comemorar os 120 anos do Jornal “Correio do Povo”.
27/10/2015	Debates Temáticos	Debater o Regime Tributário do Simples Nacional.
29/10/2015	Especial	Entrega do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.

DATA	TIPO	FINALIDADE / MOTIVO
12/11/2015	Especial	Comemorar os 120 anos da assinatura oficial das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão (120 anos de Amizade Brasil-Japão).
16/11/2015	Especial	Comemorar o 156º aniversário da Igreja Presbiteriana do Brasil e 145º aniversário da Instituição Mackenzie.
26/11/2015	Especial	Comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e entregar a Comenda Abdias Nascimento, em sua 2ª edição.
02/12/2015	Premiações e Condecorações	Entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.
03/12/2015	Debates Temáticos	Discutir a crise e a escassez de água no Brasil.

D.3 – Sobrestamento de pauta por Medida Provisória (MPV) e Projeto de Lei em Regime de Urgência Constitucional ¹

SESSÕES DELIBERATIVAS COM PAUTA SOBRESTADA	TOTAL
Pauta sobrestada por MPV durante toda a Ordem do Dia	49
Pauta sobrestada por MPV durante parte da Ordem do Dia	16
Pauta sobrestada por PLC em Urgência Constitucional durante toda a Ordem do Dia	6
Pauta sobrestada por PLC em Urgência Constitucional durante parte da Ordem do Dia	2
TOTAL DE SESSÕES DELIBERATIVAS SOBRESTADAS	73

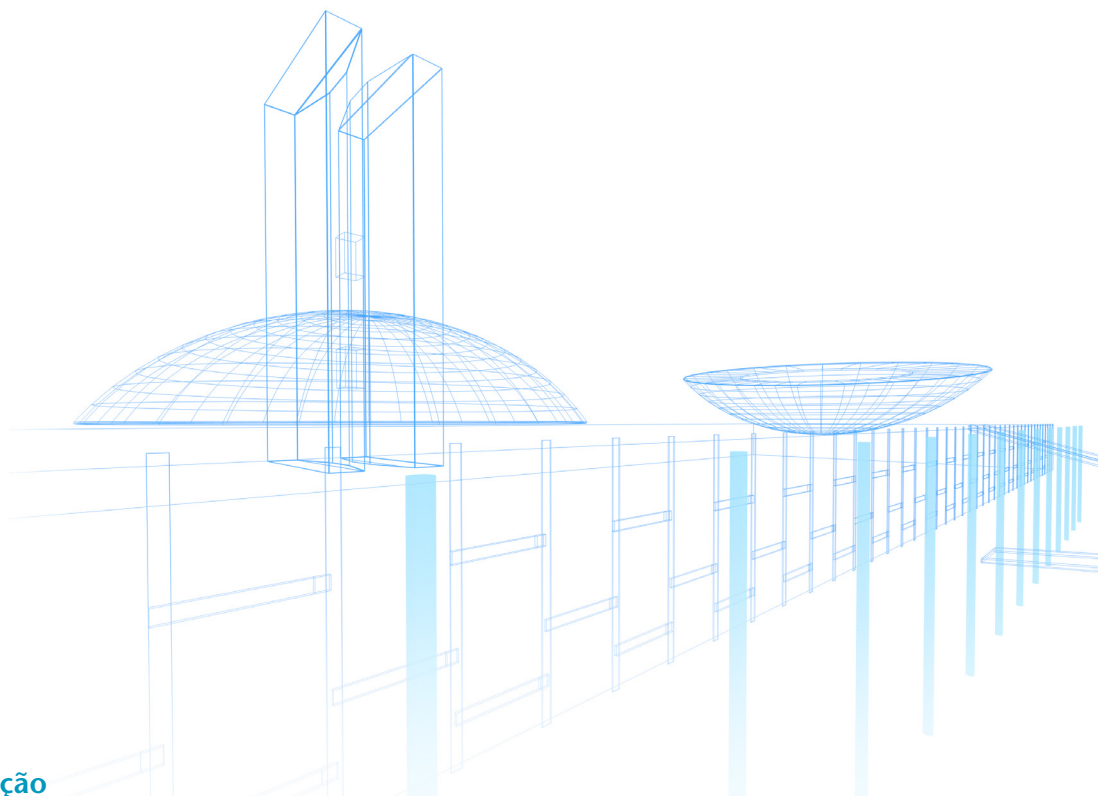
DELIBERAÇÕES EM SESSÕES SOBRESTADAS ²	TOTAL
Sessões em que foram decididas proposições que geram normas jurídicas primárias	40
Sessões em que foram decididas outras proposições	12
Sessões em que não houve decisão de proposições	21
TOTAL DE SESSÕES DELIBERATIVAS SOBRESTADAS	73

¹ CF, art. 62, § 6º; art. 64, § 1º.

² CF, art. 59

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

E - PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES



Introdução

Presidência das sessões plenárias

As sessões plenárias são presididas pelo Presidente do Senado Federal. Na ausência deste e de seus substitutos legais, assumirá a Presidência o senador mais idoso (RISF, art.46, §4º). Além dos casos de ausência em plenário, o Presidente pode também deixar a cadeira presidencial sempre que, como senador, quiser participar ativamente dos trabalhos da sessão (RISF, art.50, parágrafo único).

Proposições apresentadas

Ao longo da Sessão Legislativa Ordinária, os senadores, em suas prerrogativas constitucionais e regimentais, podem apresentar, como autores, diversas proposições. Destacam-se, dentre elas, as Propostas de Emenda à Constituição, cuja autoria é contabilizada pelo primeiro signatário, e os Projetos (de Lei, de Resolução e de Decreto Legislativo), além dos Requerimentos e Pareceres. Neste último caso, os senadores exercem o papel de relator.

As proposições apresentadas não necessariamente são decididas até o fim da Sessão

Legislativa. Para saber a situação de cada uma delas, deve-se consultar a listagem eletrônica disponível no item H (Matérias Legislativas) da parte I deste Relatório.

Uso da Palavra

Um dos objetivos fundamentais da atividade parlamentar de um senador é poder se expressar verbalmente sobre diversos assuntos em Plenário. Não à toa, a palavra “parlamentar” encerra o significado de fala, discurso (derivado do latim *parlare*). É por meio dos discursos que os senadores discutem as matérias, encaminham votações, indagam sobre o andamento dos trabalhos e sobre a aplicação do Regimento Interno e, em última instância, dão satisfação à população da unidade federativa que eles representam por meio do mandato.

O uso da palavra se dá por meio de tipos específicos, identificados nas notas taquigráficas e classificados de acordo com o teor do discurso, fase da sessão, assunto tratado, etc. São os seguintes:

- Pronunciamento (RISF, art. 14, I, IX - segunda parte, ou XI);
- Uso da palavra pela liderança (RISF, art. 14, II e XIV);
- Discussão (RISF, art. 14, III, IV ou V);
- Encaminhamento de votação (RISF, art. 14, VI ou VII);
- Explicação pessoal (RISF, art. 14, VIII);
- Comunicação inadiável (RISF, art. 14, IX - primeira parte);
- Uso da palavra pela ordem (RISF, art. 14, X, a);
- Questão de Ordem e contradita à Questão de Ordem (RISF, art. 14, X, b ou c);
- Aparte (RISF, art. 14, XII).

Questões de Ordem, Decisões e Esclarecimentos

Prevista no artigo 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a questão de ordem é utilizada pelo Senador para suscitar, em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida a respeito de interpretação ou aplicação do Regimento em caso concreto, relacionada com a matéria tratada na ocasião.

A questão de ordem pode ser contraditada, limitado o uso da palavra para tal fim a um só

Senador, pelo mesmo prazo estabelecido ao Senador que a suscitou.

A questão é decidida pelo Presidente, com recurso ao Plenário. No caso de recurso, a Presidência pode solicitar audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quando se tratar de interpretação de texto constitucional, cabendo ao Plenário a deliberação final sobre o assunto.

Além de decidir as questões de ordem, cabe ao Presidente tomar decisões e prestar esclarecimentos sobre temas relevantes ao funcionamento do Senado e ao andamento das sessões, com o intuito de dirimir dúvidas dos senadores, fazer advertências quanto à observância do Regimento e manter a boa ordem dos trabalhos.

E.1 - Presidência das Sessões e Reuniões Plenárias, proposições apresentadas e uso da palavra

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA									
Senador(a)	Deliberativa Ordinária	Deliberativa Extraordinária	Não Deliberativa	Especial	Debates Temáticos	De Premiações Condecorações	Reunião	Reunião Preparatória	Total
Acir Gurgacz	13	2	18	0	0	0	1	0	34
Aloysio Nunes Ferreira	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Alvaro Dias	4	2	8	0	0	0	1	0	15
Ana Amélia	27	4	18	3	1	0	1	0	54
Angela Portela	4	0	2	0	0	0	0	0	6
Antonio Anastasia	4	0	1	0	0	0	0	0	5
Antonio Carlos Valadares	4	1	0	0	0	0	0	0	5
Ataídes Oliveira	5	1	4	0	0	0	0	0	10
Benedito De Lira	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Blairo Maggi	7	2	1	0	0	0	0	0	10
Cássio Cunha Lima	3	1	2	0	1	0	0	0	7
Ciro Nogueira	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Cristovam Buarque	2	0	12	1	0	0	0	0	15
Dalirio Beber	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Dário Berger	18	8	0	0	0	0	0	0	26
Davi Alcolumbre	2	0	0	0	0	0	0	0	2

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA									
Senador(a)	Deliberativa Ordinária	Deliberativa Extraordinária	Não Deliberativa	Especial	Debates Temáticos	De Premiações Condecorações	Reunião	Reunião Preparatória	Total
Delcídio do Amaral	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Donizeti Nogueira	9	3	1	2	0	0	0	0	15
Douglas Cintra	6	0	0	0	0	0	0	0	6
Edison Lobão	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Eduardo Amorim	23	1	3	0	0	0	0	0	27
Elmano Férrer	28	7	12	0	1	0	0	0	48
Eunício Oliveira	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Fátima Bezerra	9	3	1	0	0	0	0	0	13
Fernando Bezerra Coelho	9	3	6	1	0	0	0	0	19
Fernando Collor	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Flexa Ribeiro	7	1	0	0	0	0	0	0	8
Garibaldi Alves Filho	7	0	0	0	1	0	0	0	8
Gladson Cameli	4	0	1	0	0	0	0	0	5
Gleisi Hoffmann	3	1	7	0	0	0	1	0	12
Hélio José	11	2	6	0	0	0	0	0	19
Humberto Costa	1	1	1	0	0	0	0	0	3
Ivo Cassol	2	0	2	0	0	0	0	0	4
Jader Barbalho	2	0	0	0	0	0	0	0	2
João Alberto Souza	5	0	1	0	0	0	0	0	6
João Capiberibe	5	1	8	1	0	0	0	0	15
Jorge Viana	69	17	13	5	0	0	0	1	105
José Maranhão	0	1	0	1	0	0	0	0	2
José Medeiros	20	1	20	2	0	0	1	0	44
José Pimentel	2	1	1	0	0	0	0	0	4
Lasier Martins	8	0	1	1	0	0	0	0	10
Lídice da Mata	5	0	1	0	0	1	0	0	7
Lindbergh Farias	1	0	5	0	1	0	0	0	7
Lúcia Vânia	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Luiz Henrique	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Magno Malta	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Marcelo Crivella	0	0	2	0	0	1	0	0	3
Maria do Carmo Alves	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Marta Suplicy	3	0	0	0	2	0	0	0	5
Otto Alencar	3	1	0	0	0	0	0	0	4
Paulo Bauer	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Paulo Paim	60	10	42	7	1	0	0	0	120



EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA									
Senador(a)	Deliberativa Ordinária	Deliberativa Extraordinária	Não Deliberativa	Especial	Debates Temáticos	De Premiações Condecorações	Reunião	Reunião Preparatória	Total
Paulo Rocha	3	2	0	0	0	0	0	0	5
Raimundo Lira	11	4	4	1	0	0	0	0	20
Randolfe Rodrigues	5	0	0	2	1	0	0	0	8
Regina Sousa	3	1	1	0	0	0	0	0	5
Reguffe	7	3	2	0	0	0	0	0	12
Renan Calheiros	66	13	1	6	4	1	0	3	94
Ricardo Ferraço	5	2	2	0	0	0	0	0	9
Roberto Requião	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Roberto Rocha	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Romário	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Romero Jucá	15	2	2	0	0	0	0	1	20
Ronaldo Caiado	3	2	0	0	0	0	0	0	5
Rose De Freitas	5	4	1	0	0	0	0	0	10
Sérgio Petecão	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Simone Tebet	3	1	0	0	0	0	0	0	4
Telmário Mota	14	3	17	1	0	0	1	0	36
Valdir Raupp	6	2	4	2	0	0	0	0	14
Vanessa Grazziotin	25	8	8	1	0	0	0	0	42
Vicentinho Alves	6	0	0	0	0	0	0	0	6
Waldemir Moka	2	1	1	0	0	0	0	0	4
Walter Pinheiro	8	2	0	0	0	0	0	0	10
Wellington Fagundes	12	3	5	2	0	0	0	0	22
Wilder Moraes	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Zeze Perrella	2	0	0	0	0	0	0	0	2

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS E PARECERES						
Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer
Acir Gurgacz	0	11	0	0	10	8
Aécio Neves	5	6	0	0	16	1
Aloysio Nunes Ferreira	2	3	0	1	30	30
Alvaro Dias	3	13	0	0	29	16
Ana Amélia	3	5	0	1	33	36

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS E PARECERES						
Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer
Ana Rita	0	0	0	0	0	5
Angela Portela	0	3	0	0	6	50
Anibal Diniz	0	0	0	0	0	4
Antonio Anastasia	7	14	0	1	12	15
Antonio Carlos Rodrigues	0	0	0	0	0	1
Antonio Carlos Valadares	5	18	0	1	29	4
Armando Monteiro	0	0	0	0	0	1
Ataídes Oliveira	1	7	0	0	9	1
Augusto Botelho	0	0	0	0	0	1
Benedito de Lira	0	3	1	1	3	5
Blairo Maggi	1	6	0	0	2	30
Casildo Maldaner	0	0	0	0	0	1
Cássio Cunha Lima	6	18	5	3	42	0
Cícero Lucena	0	0	0	0	0	1
Ciro Nogueira	0	12	0	0	11	1
Cristovam Buarque	3	17	0	2	25	18
Cyro Miranda	0	0	0	0	0	3
Dalirio Beber	3	2	0	1	3	5
Dário Berger	0	6	1	0	7	6
Davi Alcolumbre	2	30	2	4	25	0
Delcídio do Amaral	0	5	0	2	29	5
Donizeti Nogueira	4	14	0	0	10	6
Douglas Cintra	1	3	0	0	9	40
Edison Lobão	0	0	0	0	2	3
Eduardo Amorim	6	11	1	0	14	25
Eduardo Braga	0	0	0	0	0	2
Eduardo Suplicy	0	0	0	0	0	1
Elmano Férrer	0	1	0	0	1	48
Eunício Oliveira	1	4	0	0	7	9
Fátima Bezerra	0	5	0	0	7	8
Fernando Bezerra Coelho	5	20	0	0	17	18
Fernando Collor	2	4	0	1	5	0
Flávio Arns	0	0	0	0	0	1
Flexa Ribeiro	1	6	0	2	25	64
Francisco Dornelles	0	0	0	0	0	1
Garibaldi Alves Filho	0	0	0	0	2	0



PROPOSIÇÕES APRESENTADAS E PARECERES

Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer
Gim Argello	0	0	0	0	0	1
Gladson Cameli	1	4	0	1	12	42
Gleisi Hoffmann	2	8	1	0	10	6
Hélio José	1	13	0	0	11	11
Humberto Costa	0	11	0	0	37	7
Inácio Arruda	0	0	0	0	0	1
Ivo Cassol	0	1	0	0	1	8
Jader Barbalho	0	0	0	0	2	1
João Alberto Souza	0	1	0	0	4	7
João Capiberibe	0	2	1	2	18	7
João Durval	0	0	0	0	0	1
João Vicente Claudino	0	0	0	0	0	2
Jorge Viana	3	10	0	1	31	73
José Agripino	2	6	0	0	11	6
José Maranhão	0	1	0	0	2	6
José Medeiros	2	25	1	2	17	22
José Pimentel	1	0	0	0	27	11
José Serra	4	16	0	3	7	3
Kátia Abreu	0	0	0	0	0	1
Lasier Martins	2	13	1	1	6	34
Lídice da Mata	0	6	0	0	41	7
Lindbergh Farias	0	2	0	0	22	10
Lobão Filho	0	0	0	0	0	2
Lúcia Vânia	2	9	0	0	10	4
Luiz Henrique	0	0	0	1	3	6
Magno Malta	3	8	1	1	11	2
Marcelo Crivella	1	16	0	3	10	28
Maria do Carmo Alves	0	4	0	0	2	3
Marta Suplicy	3	10	1	0	4	11
Mozarildo Cavalcanti	0	0	0	0	0	4
Odacir Soares	0	0	0	0	0	1
Omar Aziz	0	7	0	0	10	25
Osvaldo Sobrinho	0	0	0	0	0	2
Otto Alencar	1	19	0	0	5	10
Paulo Bauer	3	6	1	0	13	5
Paulo Paim	3	27	0	0	56	17

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS E PARECERES						
Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer
Paulo Rocha	1	1	0	0	4	5
Raimundo Lira	4	21	0	0	3	7
Randolfe Rodrigues	2	24	2	2	47	19
Regina Sousa	0	0	0	1	5	5
Reguffe	9	16	1	7	11	2
Renan Calheiros	2	0	0	0	6	0
Ricardo Ferraço	4	23	3	4	25	19
Roberto Requião	1	6	1	0	18	4
Roberto Rocha	3	19	0	3	15	4
Rodrigo Rollemberg	0	0	0	0	0	1
Romário	0	39	0	1	21	4
Romero Jucá	3	13	1	0	37	50
Ronaldo Caiado	6	23	8	5	75	4
Rose de Freitas	0	3	0	0	1	2
Sandra Braga	0	5	0	0	9	3
Sérgio Petecão	0	2	0	0	3	13
Sérgio Souza	0	0	0	0	0	3
Serys Slhessarenko	0	0	0	0	0	1
Simone Tebet	0	7	0	2	11	5
Tasso Jereissati	2	0	0	0	10	5
Telmário Mota	2	7	0	0	6	12
Valdir Raupp	1	22	1	0	12	32
Vanessa Grazziotin	6	25	0	1	138	8
Vicentinho Alves	3	1	0	0	6	46
Vital do Rêgo	0	0	0	0	0	1
Waldemir Moka	1	8	0	0	1	13
Walter Pinheiro	3	6	0	0	10	30
Wellington Dias	0	0	0	0	0	2
Wellington Fagundes	4	6	0	1	11	6
Wilder Morais	0	20	0	0	2	3
Zeze Perrella	0	2	0	0	2	36



USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
Acir Gurgacz	55	22	1	34	0	5	12	0	13
Aécio Neves	52	5	9	13	6	0	17	0	29
Aloysio Nunes Ferreira	66	5	16	13	1	1	25	3	49
Alvaro Dias	46	27	7	7	0	0	16	1	21
Ana Amélia	159	5	6	15	0	30	53	2	95
Angela Portela	75	0	0	0	0	26	2	0	6
Antonio Anastasia	13	0	7	1	0	0	0	0	19
Antonio Carlos Valadares	49	4	13	19	0	0	15	1	23
Ataídes Oliveira	44	2	2	2	0	0	19	0	38
Benedito de Lira	32	15	3	31	0	0	8	0	9
Blairo Maggi	87	16	2	51	0	0	11	0	22
Cássio Cunha Lima	107	27	20	72	3	0	49	7	50
Ciro Nogueira	17	0	0	2	0	0	0	0	2
Cristovam Buarque	82	7	8	13	0	6	4	0	107
Dalirio Beber	7	1	1	0	0	0	2	0	0
Dário Berger	24	1	0	1	0	2	0	0	21
Davi Alcolumbre	12	0	0	2	0	0	0	0	1
Delcídio do Amaral	75	2	11	28	1	0	3	0	10
Donizeti Nogueira	60	0	6	14	1	0	7	0	31
Douglas Cintra	15	0	0	6	0	1	1	0	4
Edison Lobão	11	0	0	0	0	0	0	0	5
Eduardo Amorim	42	19	1	24	0	0	4	0	3
Elmano Férrer	34	1	0	7	0	0	1	0	19
Eunício Oliveira	74	5	3	62	0	0	10	0	0
Fátima Bezerra	78	1	3	8	0	18	11	1	31
Fernando Bezerra Coelho	54	16	3	12	0	2	3	0	20
Fernando Collor	34	2	1	14	0	2	6	0	0
Fernando Ribeiro	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Flexa Ribeiro	57	4	5	8	0	6	31	1	37
Garibaldi Alves Filho	31	0	0	8	0	1	6	0	33
Gladson Cameli	27	0	0	5	0	5	5	0	17
Gleisi Hoffmann	46	13	8	5	1	9	9	0	30
Hélio José	71	7	2	14	0	4	12	0	45
Humberto Costa	67	42	11	46	1	1	6	1	6
Ivo Cassol	21	0	0	4	0	2	2	0	12
Jader Barbalho	7	1	4	3	0	1	8	1	6
João Alberto Souza	5	0	0	1	0	1	3	0	0

USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
João Capiberibe	58	19	8	35	0	4	15	0	31
Jorge Viana	87	0	4	5	1	21	13	0	21
José Agripino	47	3	19	18	0	1	10	1	26
José Maranhão	5	0	0	2	0	1	0	0	5
José Medeiros	104	30	5	40	0	2	11	1	87
José Pimentel	31	1	16	27	1	1	4	3	14
José Serra	45	0	9	10	1	0	10	1	16
Kátia Abreu	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Lasier Martins	70	0	2	4	0	6	0	0	35
Lídice da Mata	62	10	7	28	0	2	9	0	13
Lindbergh Farias	83	0	13	24	4	2	7	4	30
Lúcia Vânia	27	0	14	13	0	4	10	0	8
Luiz Henrique	11	0	1	3	0	1	0	0	10
Magno Malta	36	3	1	10	1	0	21	0	14
Marcelo Crivella	24	3	1	28	0	3	9	0	6
Maria do Carmo Alves	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Marta Suplicy	30	0	2	7	0	2	11	0	15
Omar Aziz	55	3	9	45	1	1	11	0	24
Otto Alencar	32	0	3	16	0	1	5	0	12
Paulo Bauer	21	1	2	1	0	0	4	0	2
Paulo Paim	159	5	5	4	0	9	20	0	58
Paulo Rocha	16	0	0	6	0	0	0	0	4
Raimundo Lira	35	1	1	1	0	1	3	0	24
Randolfe Rodrigues	102	9	17	78	0	0	37	9	30
Regina Sousa	17	1	0	1	0	0	1	0	6
Reguffe	56	0	14	11	1	14	23	2	38
Renan Calheiros	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Ricardo Ferraço	49	13	9	7	0	6	22	0	21
Ricardo Franco	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Roberto Requião	34	0	3	7	0	0	5	1	19
Roberto Rocha	15	0	1	6	0	0	3	0	4
Romário	5	0	1	1	0	0	2	0	0
Romero Jucá	71	9	5	19	1	3	25	0	16
Ronaldo Caiado	138	19	27	76	1	0	12	14	14
Rose de Freitas	43	0	0	6	0	1	1	0	4
Sandra Braga	13	0	0	1	0	6	1	0	4
Sérgio Petecão	26	9	0	6	0	1	5	0	28
Simone Tebet	27	0	2	2	0	4	12	0	28
Tasso Jereissati	28	0	1	2	0	0	5	0	14

USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
Telmário Mota	133	9	5	28	1	1	7	1	70
Valdir Raupp	54	7	0	2	0	8	14	0	25
Vanessa Grazziotin	138	29	14	52	1	14	11	1	42
Vicentinho Alves	4	1	0	2	0	0	1	0	0
Waldemir Moka	43	1	5	22	1	1	7	0	53
Walter Pinheiro	84	0	11	25	0	5	12	0	22
Wellington Fagundes	40	19	1	4	0	3	2	0	5
Wilder Morais	2	1	0	1	0	0	1	0	5
Zeze Perrella	4	1	0	2	0	0	3	0	10

Conteúdo da participação dos Senadores:



E.2 - Questões de Ordem, decisões e esclarecimentos

Sessão do dia 4 de fevereiro de 2015

Questão de Ordem 1/2015

O **Senador Ronaldo Caiado** apresenta questão de ordem quanto ao procedimento adotado no cálculo da proporcionalidade partidária para distribuição e composição das vagas que constituem a Mesa Diretora do Senado Federal.

O **Presidente da sessão, Senador Renan Calheiros**, responde à questão de ordem informando que o procedimento adotado está absolutamente em consonância com a Constituição Federal e com o Regimento do Senado Federal. Acrescenta que, na linha do entendimento pacífico no Senado Federal, repetido em eleições anteriores, no cálculo da proporcionalidade para a constituição da Mesa, ao se adotar o número de 11 vagas, ou seja, 7 titulares e 4 suplentes, atende-se ao mandamento regimental, que determina seja garantida tanto quanto possível a proporcionalidade partidária na composição da Mesa. Sendo assim, afirmando inexistir violação a preceito regimental ou constitucional, indefere a questão de ordem.

O **Senador Ronaldo Caiado** recorre da decisão defendendo que no cálculo de proporcionalidade seja considerado apenas o número de titulares da Mesa Diretora. O Senador Romero Jucá, designado para proferir parecer sobre a questão de ordem, opina pela manutenção da decisão do Presidente. Em votação nominal, a maioria dos senadores vota com o relator e confirma o indeferimento da questão de ordem.

Publicação: DSF de 05.02.2015, págs. 60 a 78.

Sessão do dia 4 de fevereiro de 2015

Questão de Ordem 2/2015

O **Senador Antonio Carlos Valadares** levanta questão de ordem para solicitar esclarecimentos quanto à obediência ao princípio da proporcionalidade na composição da Mesa Diretora.

O Senador Renan Calheiros não recebe a questão de ordem, com base no art. 407 do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe: “Nenhum Senador poderá falar, na mesma sessão, sobre questão de ordem já resolvida pela Presidência”.

Publicação: DSF de 05.02.2015, págs. 79 a 82.

Sessão do dia 3 de março de 2015 Decisão da Presidência 1/2015

O Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, devolve a MPV nº 669/2015 à Presidência da República, utilizando as prerrogativas previstas no art. 48, incisos II e XI do RISF, para impugnar a proposição que analisou como contrária à Constituição, concluindo pela sua inadmissibilidade, dada a ausência dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. E, na condição de Presidente do Congresso Nacional, editou o Ato Declaratório nº 5, de 2015, de perda da eficácia da MPV nº 669/2015. A Presidenta da República enviou à Câmara dos Deputados Projeto de Lei nº 863, de 2015, que trata da mesma matéria.

Publicação: DSF de 04.03.2015, págs. 446 a 461.

Sessão do dia 28 de abril de 2015 Questão de Ordem 3/2015

O Senador Cássio Cunha Lima, porquanto a Ordem do Dia iniciou com a discussão do PLV 02/2015 e não com o PLC 15/2015, que tivera a votação suspensa em sessão anterior, formula questão de ordem fundamentada no comando do art. 163, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece a precedência das matérias de votação em curso sobre as de votação não iniciada.

O Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, assevera que há um acordo na Casa no sentido de que as medidas provisórias que chegam ao Senado só serão apreciadas em menos de 48 horas quando houver acordo de Líderes. Sendo assim, acolhe a questão de ordem para suspender a discussão do PLV 02/2015, colocando-o como primeiro item da pauta da Ordem do Dia da próxima sessão, e reiniciar a apreciação do item dois da pauta, o PLC 15/2015.

Publicação: DSF de 29.04.2015, págs. 539 a 540.

Sessão do dia 15 de julho de 2015

Questão de Ordem 4/2015

O **Senador Roberto Requião** apresenta questão de ordem para indagar qual dispositivo regimental autorizou o Presidente do Senado a indicar o presidente da Comissão Especial formada para analisar o PLS 131/2015, de autoria do Senador José Serra.

O **Senador Renan Calheiros**, Presidente do Senado, esclarece que a citada Comissão é derivada de uma iniciativa do Presidente do Senado Federal, criada por ato próprio e, por essa razão, no estrito exercício de sua competência, as Comissões derivadas de Atos do Presidente não se submetem ao comando específico que, no Regimento, se aplica às Comissões Permanentes e às Comissões Parlamentares de Inquérito quanto à eleição de seus respectivos presidentes. Destaca, ainda, que esse procedimento já foi adotado na formação de outras comissões, como por exemplo, a Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, bem como a Comissão de Reforma Política do Senado Federal.

Publicação: DSF de 16.07.2015, págs. 148 e 332 a 333.

Sessão do dia 15 de julho de 2015

Questão de Ordem 5/2015

Os **Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Agripino** formulam questão de ordem para contestar a possibilidade de apresentação simultânea de requerimento de urgência em matéria terminativa das comissões e de requerimento de tramitação em conjunto.

O **Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado**, indefere a questão de ordem ao fundamento de que, de acordo com o Regimento Interno do Senado, não há vedação à apresentação e leitura de requerimentos de tramitação conjunta e de urgência para proposição sujeita à apreciação terminativa das comissões. Por outro lado, regimentalmente o requerimento de tramitação conjunta deverá ser deliberado durante a Ordem do Dia e o de urgência somente após a Ordem do Dia. Sendo assim, por uma questão de precedência regimental na organização da sessão, necessariamente, quando for deliberado o requerimento de urgência, a matéria não mais será terminativa, logo, poderá ser apreciada em regime de urgência. Por essas razões, entende não haver impedimento na apresentação de reque-

rimento de urgência de matéria terminativa concomitante a requerimento de tramitação conjunta que extingue o caráter terminativo da proposição sobre a qual se requer urgência.

O Senador Ronaldo Caiado apresenta recurso à Comissão de Constituição e Justiça contra a decisão do Presidente.

O Presidente Renan Calheiros acata o recurso e submete a decisão à apreciação do plenário, asseverando que não vai à CCJ por não se tratar de matéria constitucional. O Plenário ratifica a decisão da presidência.

Publicação: DSF de 16.07.2015, págs. 167 a 169 e 332 a 338.

Sessão do dia 27 de outubro de 2015

Questão de Ordem 6/2015

O Senador Ronaldo Caiado formula questão de ordem para indagar sobre a possibilidade de o Senado Federal rejeitar emendas aprovadas pela Comissão Mista e pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória que não guardem afinidade com o tema originário da medida ou que provoquem aumento da despesa pública inicialmente prevista.

O Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, defere a questão de ordem sob o fundamento de que o § 5º do art. 62 da Constituição Federal estabelece que a deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, em razão do qual o Plenário do Senado poderá deixar de conhecer, considerando não escrita, matéria estranha à medida provisória originária ou que aumente a despesa prevista, seja porque o novo conteúdo não atende aos pressupostos específicos da urgência, relevância e limitações materiais, seja porque desborda dos limites constitucionais do poder de emendar, atribuído aos Parlamentares, por não guardar pertinência temática. Tendo em vista que a aprovação de qualquer texto depende do juízo positivo de admissibilidade de ambas as Casas do Congresso Nacional, do juízo preliminar exercido pelo Plenário do Senado Federal que determinar a supressão parcial de texto em face de violação dos pressupostos de admissibilidade, podem resultar duas consequências: 1) se o restante do texto apreciado após a supressão for aprovado como veio da Câmara dos Deputados, a Medida Provisória é

promulgada ou o PLV respectivo segue para sanção presidencial sem o texto suprimido no Senado Federal; 2) se além da supressão por ausência dos pressupostos constitucionais ou por violação ao devido processo legal houver emenda de mérito à matéria conhecida, volta-
rá à Câmara dos Deputados.

Publicação: DSF de 03.06.2015, págs. 665 a 667 e DSF de 28.10.2015, págs. 76 a 79.

Sessão do dia 25 de novembro de 2015

Questão de Ordem 7/2015

Os Senadores Cássio Cunha Lima, Randolfe Rodrigues, Reguffe, Cristovam Buarque, José Medeiros e Ronaldo Caiado apresentam questão de ordem a respeito da votação ostensiva a ser adotada na deliberação do Senado Federal, quanto à prisão em flagrante de crime inafiançável de Senador da República, nos termos do §2º, do art. 53, da Constituição Federal, em face da inconstitucionalidade superveniente da alínea c do inciso I do art. 291 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senador Jader Barbalho apresenta contradita à questão de ordem

O Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, responde à questão de ordem informando que a votação deve ser secreta, pois a Emenda Constitucional nº 35, de 2001, não determinou votação ostensiva, apenas desconstitucionalizou o procedimento, atraindo a incidência do art. 291 do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual será secreta a votação quando o Senado tiver que deliberar sobre prisão de Senador e autorização da formação de culpa, no caso de flagrante de crime inafiançável (CF., art. 53, § 2º). Aduz que após a promulgação da EC 35/2001 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao apreciar o Projeto de Resolução nº 8/2013, aprovou substitutivo que mantinha como secreta a votação dessa matéria. Destaca as significativas diferenças das Emendas Constitucionais nº 35, de 2001, e 76, de 2013: enquanto a primeira anuncia a mera alteração do art. 53 da Constituição, a da Emenda Constitucional nº 76 explicita expressamente o escopo de “abolir a votação secreta nos casos de perda de mandato de Deputado ou Senador ou de apreciação de veto”.

O Presidente, nos termos do art. 405 do Regimento, recorre de ofício ao Plenário. O

Plenário reforma a decisão do presidente e define que a votação será ostensiva.

Publicação: DSF de 26.11.2015, págs. 212 a 238.

Sessão do dia 1º de dezembro de 2015

Questão de Ordem 8/2015

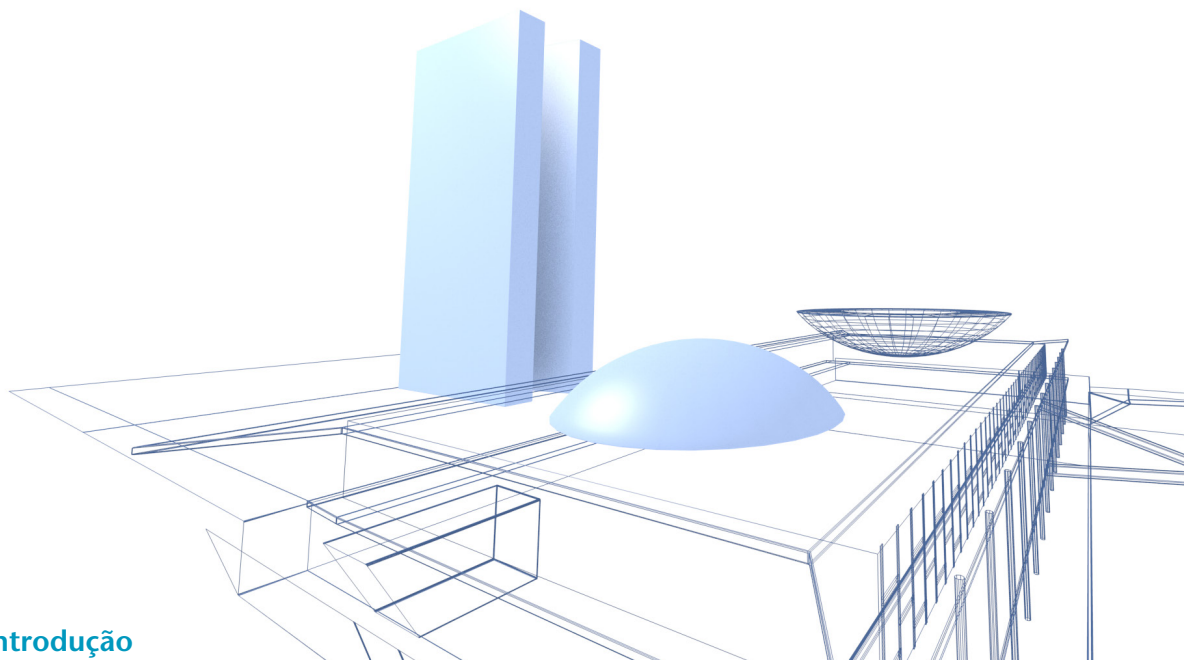
O Senador Lindbergh Farias formula questão de ordem acerca da votação do Requerimento nº 1.355, de 2015, ocorrida no dia 26 de novembro, alega que o requerimento de adiamento da votação do Projeto de Resolução nº 84/2007 não poderia ter sido votado na referida sessão, pois não constava da Ordem do Dia.

O Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, na Sessão do dia 8 de dezembro de 2015, responde à questão de ordem esclarecendo que a apreciação do citado requerimento transcorreu em pleno respeito às normas regimentais, em sessão plenária do Senado Federal devidamente convocada, inclusive, em atenção ao horário regimentalmente previsto, na qual o Plenário, soberanamente, por meio de competente provocação de líder, deliberou por devolver globalmente a matéria ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, para que ela seguisse seu trâmite regular naquela Comissão. Sendo assim, uma vez que incólumes os dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal apontados como violados, não há como acolher a questão de ordem apresentada.

Publicação: DSF de 02.12.2015, págs. 146 a 147 e DSF de 09.12.2015, pág. 118.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

F – COMISSÕES



Introdução

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 58, prevê o funcionamento de comissões permanentes e temporárias, no âmbito do Poder Legislativo, “constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação”.

A Lei Maior ainda determina que, “na composição de cada comissão, seja assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da respectiva Casa”.

As comissões decorrem do aprimoramento das atividades parlamentares; a elas cabe realizar uma análise mais aprofundada e especializada das matérias apresentadas ao Parlamento, assumindo papel relevante no processo legislativo.

Entre as atribuições inerentes às comissões pode-se citar o poder de discutir e votar diversos projetos dispensada a competência do Plenário, o chamado “poder terminativo”, de modo que muitas proposições têm tramitação completa apenas no âmbito das comissões competentes e não chegam ao Plenário, a não ser por recurso (CF, art. 58, §2º, I c/c RISF, art. 90, XI e XII). As comissões também têm a prerrogativa de realizar audiências públicas e de convocar Ministros de Estado (CF, art. 58, §2º, II e III, c/c RISF, art. 90, II e III).

F.1 - Comissões Permanentes

As comissões permanentes são as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Casa, copartícipes do processo legiferante, e têm por finalidade “estudar e emitir parecer sobre os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame” (RISF, art. 97) e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos.

Atuam ainda como fórum privilegiado de interação entre o parlamento e a sociedade, que ocorre por meio de audiências públicas, bem como pelo recebimento de petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas.

Cabe às comissões permanentes, no âmbito de suas respectivas competências, criar subcomissões permanentes ou temporárias, até o limite de quatro, mediante proposta de qualquer de seus integrantes (RISF, art. 73).

De acordo com o RISF, art. 72, as comissões permanentes são as seguintes:

Comissão Diretora – **CDIR**

Compete à CDIR, entre outras atribuições, exercer a administração interna do Senado nos termos fixados no seu Regulamento Administrativo; propor à Casa projeto de resolução dispondo sobre sua organização e políticas de cargos e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (CF, art. 52, XIII); e elaborar a redação final das proposições de iniciativa do Senado e das emendas e projetos da Câmara dos Deputados aprovados pelo Plenário (RISF, art. 98).

A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa (RISF, art. 77, caput).

Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

À CAE compete opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das matérias que ali tramitam. Nela acontecem as reuniões para discussão e deliberação sobre empréstimos concedidos à União, Estados e Municípios. Também opina sobre a escolha dos ministros do TCU e do presidente do Banco Central (RISF, art. 99).

Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito às relações de trabalho, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social; bem como à proteção e defesa da saúde e outros assuntos correlatos (RISF, art. 100).

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

À CCJ compete opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas; criação de Estado e Territórios; estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal (CF, art. 49, IV); escolha de autoridades a ela atribuída; e propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal; entre outros (RISF, art. 101).

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE

Entre outras atribuições, compete à CE opinar sobre educação, cultura e desportos, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação; diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas (RISF, art.102).

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA

Cabe à CMA opinar sobre assuntos relacionados à política e ao sistema nacional de meio ambiente e à preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade, entre outras competências (RISF, art. 102-A).

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

Cabe à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil; garantia e promoção dos direitos humanos; direitos da mulher; proteção à família, à infância, à juventude e aos idosos; e proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências; bem como a fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais ligadas a estes temas (RISF, art. 102-E).

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

À CRE compete emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais (CF, art. 49, I) e ao Ministério das Relações Exteriores; bem como sobre a indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte (CF, art. 52, IV). Opina também sobre as Forças Armadas, forças estrangeiras no território nacional, declaração de guerra e celebração de paz (CF, art. 49, II); entre outros assuntos correlatos (RISF, art. 103).

Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Cabe à CI opinar sobre matérias relativas à infraestrutura do País, como obras públicas e serviços de telecomunicações. Ainda, opinar sobre serviços de transportes terrestres, aéreos e marítimos e outros assuntos correlatos (RISF, art. 104).

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

À CDR cabe opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios; programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento econômico e social regional; integração regional; políticas relativas ao turismo; entre outros temas correlatos (RISF, art. 104-A).

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – **CRA**

Assuntos como direito agrário, planejamento e acompanhamento da política agrícola e fundiária brasileira são da responsabilidade da CRA. Passam por esta comissão temas relacionados à agricultura familiar e outras atividades como silvicultura, aquicultura e pesca. As políticas públicas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais também são foco de debate na Comissão, entre outros assuntos correlatos (RISF, art. 104-B).

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – **CCT**

Cabe à CCT emitir parecer sobre desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica; propriedade intelectual; atividades nucleares de qualquer natureza; entre outros assuntos correlatos, decidir sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens (RISF, art. 104-C).

Comissão Senado do Futuro – **CSF**

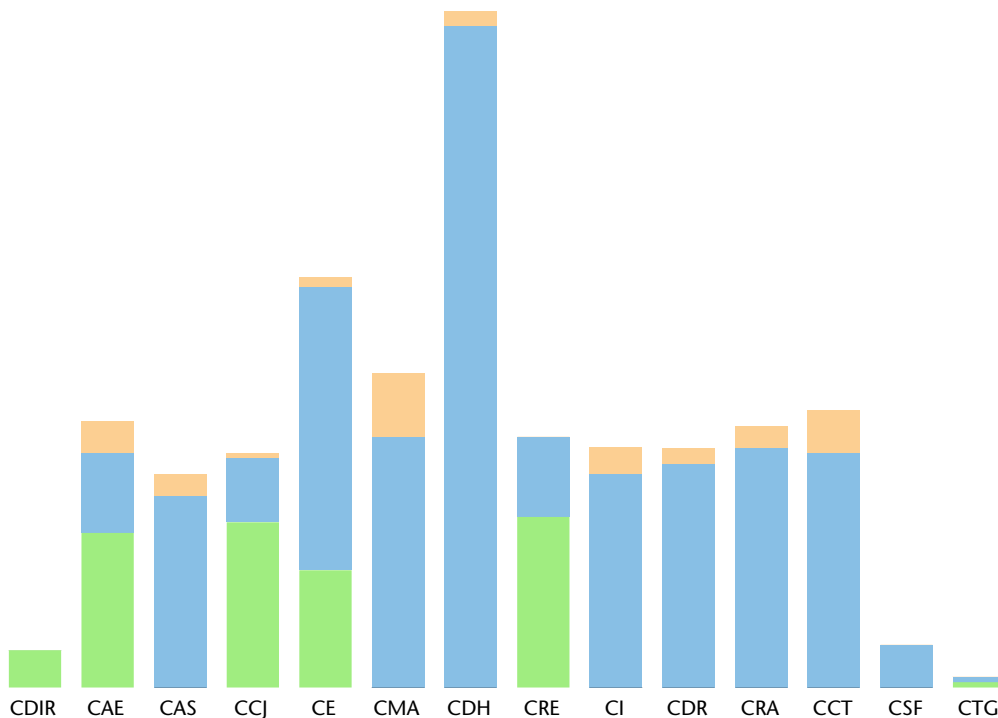
À CSF compete promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País, bem como aprimorar a atuação do Senado nessas questões (RISF, art. 104-D).

Comissão de Transparência e Governança Pública – **CTG**

Compete à CTG opinar sobre matérias pertinentes à prevenção à corrupção; acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal; transparência e prestação de contas e de informações à população; difusão e incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, e apoio a Estados e Municípios na implantação desses meios (RISF, art. 104-E).

Estatísticas

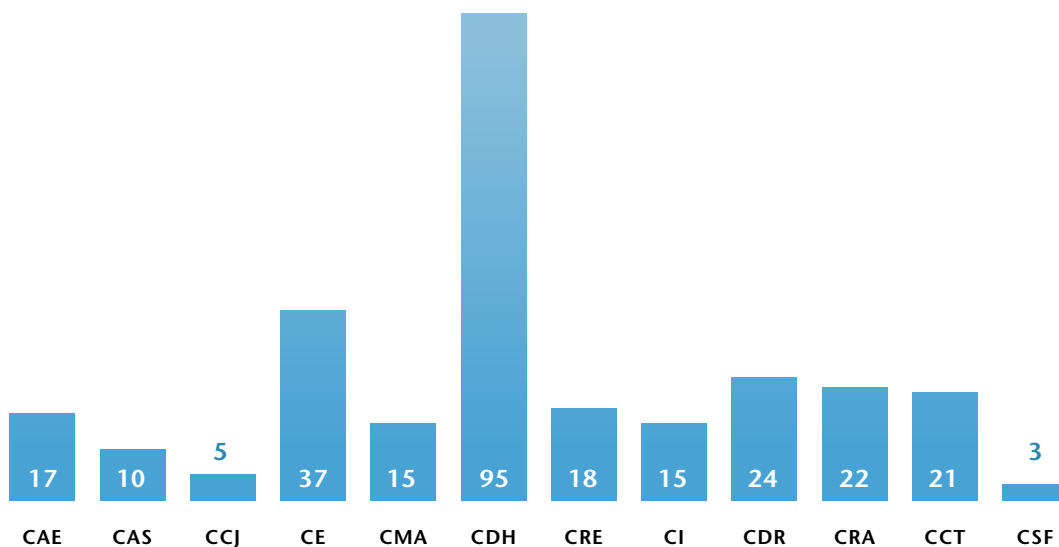
Reuniões de Comissões Permanentes



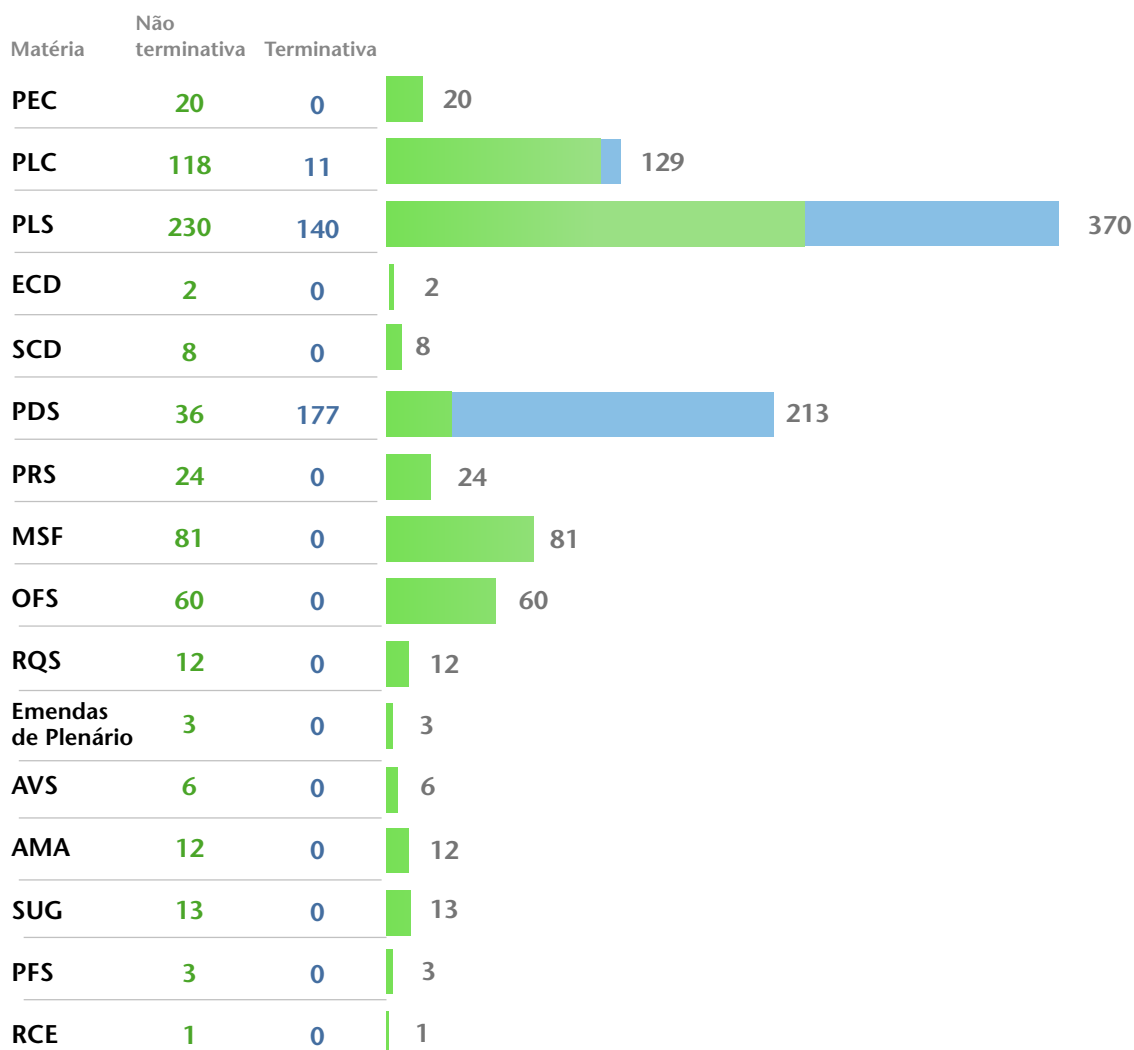
	CDIR	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CSF	CTG	Total
Ordinárias	7	29	0	31	22	0	0	32	0	0	0	0	0	1	122
Extraordinárias	0	15	36	12	53	47	124	15	40	42	45	44	8	1	482
Conjuntas (*)	0	6	4	1	2	12	3	0	5	3	4	8	0	0	48
Total	7	50	40	44	77	59	127	47	45	45	49	52	8	2	652

* O número informa a participação individualizada das Comissões Permanentes em reuniões conjuntas.

Audiências Públicas em Comissões Permanentes



Pareceres proferidos em Comissões Permanentes



F.2 - Comissões Temporárias

As Comissões Temporárias são órgãos técnicos, formados por parlamentares, que possuem um período definido de existência, sendo extintas pela conclusão de sua tarefa, ao término do respectivo prazo ou ao término da sessão legislativa ordinária. Subdividem-se em internas, externas e parlamentares de inquérito (RISF, arts. 74 e 76).

f.2.1 – Comissões Temporárias Externas e Internas

As Comissões Internas são compostas para emitir pareceres acerca de proposições legislativas em situações especiais e/ou oferecem estudos mais aprofundados sobre temas específicos, recebendo especialistas no assunto para o debate.

As Comissões Externas são convocadas para lidar com assunto específico que esteja situado fora da sede da respectiva Casa Legislativa.

Com reuniões realizadas em 2015:

Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – **CTBHSF**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **(Requerimento nº 40, de 2015)**

Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo – **CEAPF**

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo. **(Ato do Presidente nº 8, de 2015)**

Comissão da Reforma Política do Senado Federal – **CTREFORMA**

Finalidade: Sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política. **(Ato do Presidente nº 12, de 2015)**

Comissão Especial para Análise do PLS nº 131, de 2015 – **CTPLS131**

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015. **(Ato do Presidente nº 22, de 2015)**

Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional – CEDN

Finalidade: Propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.
(Requerimento nº 935 e 982, de 2015)

Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens – CTPNSB

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.
(Requerimento nº 1.305, de 2015)

Comissão de Especialistas de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica – CERCBA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica. **(Ato do Presidente nº 11, de 2015)**

Comissão de Juristas da Desburocratização – CJD

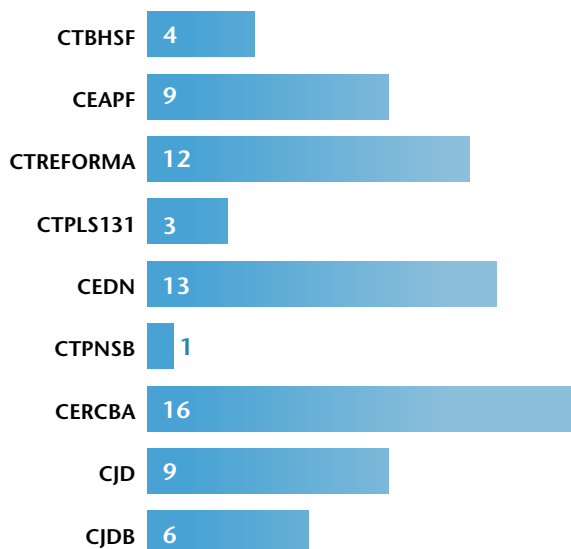
Finalidade: Apresentar anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com os cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal. **(Ato do Presidente nº 13, de 2015)**

Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro – CJDB

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal. **(Ato do Presidente nº 39, de 2015)**

Estatísticas:

Reuniões das Comissões Temporárias



Audiências Públicas em Comissões Temporárias



Concluídas conforme o artigo 76, I, do RISF:

Comissão Externa para Verificar “In Loco” a Situação na Venezuela - **CEVEN**

Finalidade: Verificar, “in loco”, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país. **(Requerimento nº 77, de 2015)**

Comissão Externa para Verificar “In Loco” a Situação Política, Social e Econômica da Venezuela - **CEVENEZ**

Finalidade: Verificar “in loco” a situação política, social e econômica da República Bolivariana da Venezuela, estabelecendo para tanto os contatos necessários e possíveis com as autoridades constituídas e representantes legítimos da sociedade venezuelana. **(Requerimento nº 713, de 2015)**

Comissão Temporária para Acompanhar os Conflitos em Curitiba/PR - CTCONPR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vêm ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado. **(Requerimento nº 403, de 2015)**

Comissão de Juristas Responsável por Analisar o PLC Nº 168, de 2015 - CJPCP

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015, que disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, que funcionará até a deliberação final da matéria nesta Casa. **(Ato do Presidente nº 38, de 2015)**

Previstas (aguardando designação/instalação):**Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código Eleitoral – CECODELEI**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação. **(Ato do Presidente nº 192, de 2010)**

Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial (RISF, art.374) – CTRCC

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Comissão Temporária para tratar das Agências Reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura – **CTARCI**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura. **(Requerimento nº 231, de 2015)**

Comissão Temporária para Proceder a Diligências nas Obras de Restauração da BR-364 – **CTBR364**

Finalidade: Proceder a diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI. **(Requerimento nº 419, de 2015)**

Comissão Temporária para Traçar Diagnóstico da Crise Hídrica – **CTCRSHDR**

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, no prazo de noventa dias. **(Requerimento nº 44, de 2015)**

Comissão Temporária para Avaliação da Aplicação do ECA nos Estados e Municípios – **CTECA**

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos Estados e Municípios. **(Requerimento nº 700, de 2015)**

Comissão Temporária para Verificar “In Loco” a Situação do Garimpo Irregular no Município de Pontes e Lacerda (MT) - **CTGARIMPO**

Finalidade: Verificar “in loco” a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso. **(Requerimento nº 1.208, de 2015)**

Comissão Temporária para Acompanhar o Programa “Minha Casa Minha Vida” - **CTAPMCMV**

Finalidade: Acompanhar o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida. **(Requerimento nº 976, de 2015)**

F. 2.2 - Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constitucionalmente prevista no § 3º do art. 58, é um importante instrumento para cumprir a função de fiscalização e de investigação de fatos determinados. Atua no controle da Administração Pública e na defesa dos interesses da coletividade.

Desde a Constituição Federal de 1988, as CPIs receberam também poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos internos das Casas.

A investigação parlamentar de uma CPI não tem o poder de julgar ou condenar. Apenas levanta fatos e dados, reúne evidências, provas e elementos processuais que no futuro servirão para instruir a propositura de ação penal pelo Ministério Público.

Com reuniões realizadas em 2015:

CPI do Assassinato de Jovens - CPIADJ

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil. **(Requerimento nº 115, de 2015)**

CPI do Carf - CPICARF

Finalidade: Investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). **(Requerimento nº 407, de 2015)**

CPI do Futebol – 2015 – CPIDFDQ

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL). **(Requerimento nº 616, de 2015)**

CPI das Próteses – CPIDPRO

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados. **(Requerimento nº 93, de 2015)**

CPI do HSBC - CPIHSBC

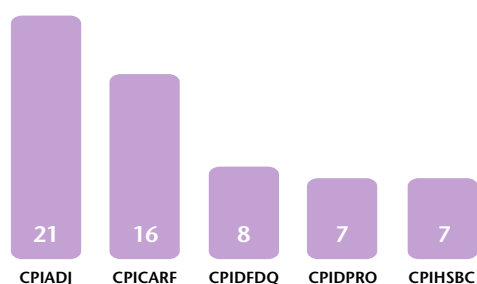
Finalidade: Investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça. **(Requerimento nº 94, de 2015)**

Estatísticas

Reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito



Audiências Públicas em Comissões Parlamentares de Inquérito



Previstas (aguardando designação/instalação):

CPI dos Fundos de Pensão – CPIFundos

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União. **(Requerimento nº 478, de 2015)**

CPI das Barragens – CPIB

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes. **(Requerimento nº 1.343, de 2015)**

Composições inicial e final e mapas de reuniões das
Comissões Permanentes e suas Subcomissões:



Composições inicial e final e mapas de reuniões das
Comissões Temporárias:



RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

6 - ÓRGÃOS

Introdução

Além da Mesa, Plenário e Comissões, o Senado Federal conta com outros colegiados em sua organização, que se dividem em:

De Premiação

Instituídos com o objetivo de formalizar o reconhecimento do Senado Federal a pessoas físicas e/ou jurídicas, pela relevante contribuição em áreas como direitos humanos, meio-ambiente, indústria, jornalismo, esporte, questões raciais, etc. Formados, em regra, por um membro de cada partido político com representação no Senado Federal, recebem indicações, anualmente, e, por deliberação do colegiado, escolhem os agraciados. Uma sessão especial é convocada para a solenidade de entrega dos “Diplomas”, “Comendas” ou “Prêmios” aos homenageados.

Técnicos


São órgãos criados por ato, resolução ou lei, com atribuições específicas voltadas para atividades disciplinares, correcionais, de defesa e proteção de direitos e de auxílio ao Congresso Nacional. São eles:

- a. **Corregedoria Parlamentar e Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:** zelam pela integridade, ética, dignidade e transparência pública do Parlamento e têm competência para apurar eventuais infrações;*
- b. **Procuradoria Parlamentar:** promove a defesa do Senado Federal e de seus integrantes quando atingidos em sua honra ou imagem;*
- c. **Ouidoria do Senado Federal:** Canal de comunicação entre a sociedade e o Senado Federal; e*
- d. **Procuradoria da Mulher:** busca mecanismos legais e práticos, a fim de que a mulher tenha efetivo apoio em todas as situações de vulnerabilidade.*

De Caráter Consultivo


Ligados à administração superior do Senado Federal, promovem estudos e apoiam a elaboração de propostas legislativas.

6.1 - Órgãos de Premiação

	<p>Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz - CDBL</p> <p>Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001</p>
---	--

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz premia pessoas que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil. O Prêmio é entregue em sessão do Senado Federal, durante as atividades do Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Em 2015 foram agraciados: **Débora Martins Bonafé dos Santos (in memoriam), Cármen Lúcia Antunes Rocha, Clara Maria de Oliveira Araújo, Creuza Maria Oliveira, Ivone Salucci, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e Mary Garcia Castro.**

	<p>Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico - PJRM</p> <p>Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009</p>
---	---

O Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico foi criado pelo Senado Federal para agraciar, anualmente, jornalistas que tenham contribuído para o engrandecimento do jornalismo brasileiro. Este ano foi a 1ª edição do Prêmio, entregue dia 29 de outubro.

Em 2015 foram agraciados: **Roberto Marinho (in memoriam), Berenice Seara, Gerson Camarotti e Diógenes Brayner.**



Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes - DJEM

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009

O Diploma José Ermírio de Moraes é conferido a empresas e empresários de destaque no setor industrial. O prêmio é entregue em sessão especial do Senado Federal, preferencialmente durante a semana do Dia Nacional da Indústria, comemorado em 25 de maio. Este ano foi a 6ª edição do Prêmio, entregue em 26 de maio.

Em 2015 foram agraciados: **Antônio Ermírio de Moraes (in memoriam), Albano do Prado Pimentel Franco, Alberto de Queiroz Monteiro Filho, Carlos Alberto Sicupira, João Evangelista da Costa Tenório e Nevaldo Rocha.**



Conselho da Comenda de Direitos Humanos

Dom Hélder Câmara - CDHC

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010

A Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara é entregue anualmente pelo Senado Federal a personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos humanos no Brasil. Criada em 2010, a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara está em sua 6ª edição.

Em 2015 foram agraciados: **Dom Moacyr José Vitti (in memoriam), Cesare de Florio La Rocca, Gleice Francisca Machado, Maria Berenice Dias, Padre Paulo Roberto, Wellington Dantas Manguiera Marques e Yvonne Bezerra De Mello.**



Conselho do Projeto Jovem Senador - PJS

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.

O Programa Senado Jovem Brasileiro promove, anualmente, um concurso de redação entre estudantes de até 19 anos de escolas públicas de todo o Brasil. Os vencedores de cada estado são trazidos ao Senado Federal, onde atuam durante três dias como Jovens Senadores.

Neste período, os estudantes elaboram proposições legislativas, fazem pronunciamentos no plenário e até elegem uma Mesa Diretora. As proposições aprovadas são recebidas no Senado Federal como sugestões legislativas e podem inclusive ser transformadas em lei.

Em 2015, os três primeiros lugares, respectivamente, foram: **Mariana Souto Pimenta, Eduarda Moura Pinheiro e Maria Clara Prado Bezerra Nogueira.**



Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill - CDGN

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013

A Comenda Dorina de Gouvêa Nowill é entregue a personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil. A Comenda foi entregue em sua 1ª edição, no dia 24 de setembro, durante Sessão Especial destinada à comemoração do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

Os agraciados foram: **Dorina Nowill (in memoriam), Aracy Lêdo, Loni Manica, Luiza Câmera, Mara Gabrielli, Rosinha da Adefal e Solange Calmon.**



Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento - CSAN

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013

A Comenda Senador Abdias Nascimento é entregue a personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à proteção e à promoção da cultura afro-brasileira. A segunda edição do prêmio foi realizada no dia 26 de novembro, durante as comemorações da Semana da Consciência Negra.

Os agraciados foram: **Carlos da Silva Santos (in memoriam), Linduarte Noronha (in memoriam), Alceu de Deus Collares, Frei David Raimundo Santos, Fundação Cultural Palmares, José Vicente e Mari de Nasaré Baiocchi.**

Conselho do Prêmio Senado Federal de História do Brasil - PSHB

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008

O Prêmio Senado Federal de História do Brasil é entregue a três autores de obras que enfatizam aspectos políticos da História do Brasil. Os agraciados são escolhidos por um concurso, julgado por historiadores e acadêmicos. A premiação é feita em Sessão Especial do Senado Federal no mês de maio de cada ano, de forma a coincidir com a celebração da data de instalação do Senado brasileiro.

Nenhuma edição ocorreu até o momento.

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental - PMA

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012

O Prêmio Mérito Ambiental homenageia pessoas e organizações que tenham desenvolvido iniciativas relevantes na defesa do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável.

O Prêmio é dividido em três categorias: Responsabilidade Ambiental, Gestão Sustentável e Inovação Ambiental.

Nenhuma edição ocorreu até o momento.

Conselho da Comenda do Mérito Esportivo - CME

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015

A Comenda do Mérito Esportivo é entregue pelo Senado Federal em sessão especial destinada a agraciar atletas brasileiros que tenham se destacado em competições esportivas de modalidades olímpicas e paraolímpicas.

Nenhuma edição ocorreu até o momento.

c.2 - Órgãos Técnicos

Corregedoria Parlamentar - CORREG

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993

A Corregedoria Parlamentar tem, entre suas atribuições, a manutenção do decoro, ordem e disciplina no Senado Federal, bem como a segurança interna e externa da Casa.

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar - CEDP

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993

Compete ao Conselho de Ética zelar pela observância dos preceitos do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Senado Federal. É o Conselho de Ética que recebe e analisa previamente representações ou denúncias feitas em desfavor de Senador, que podem resultar em medidas disciplinares como advertência, censura verbal ou escrita, perda temporária do exercício do mandato e perda do mandato.

Procuradoria Parlamentar - PROPAR

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995

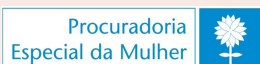
A Procuradoria Parlamentar promove a defesa, perante a sociedade, do Senado, de suas funções institucionais e de seus órgãos e integrantes, quando atingidos em sua honra ou imagem em razão do exercício do mandato.



Ouvidoria do Senado Federal - OUIDSF

Ato de criação: Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005, convalidado pela Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005.

Na busca constante pela transparência e aproximação da sociedade com o Parlamento, a Ouvidoria do Senado Federal foi criada como órgão para fortalecer o exercício da cidadania. É o canal de comunicação entre o cidadão e o Senado Federal.



Procuradoria Especial da Mulher - PROMUL

Ato de criação: Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013

A Procuradoria Especial da Mulher foi criada para inserir o Senado Federal de forma mais efetiva no debate sobre questões de gênero e na luta pela construção de uma sociedade em que mulheres e homens tenham os mesmos direitos.

A intenção é atuar contra todas as formas de discriminação.

c.3 - Órgão de Caráter Consultivo

Conselho de Estudos Políticos - CEPSF

Ato de criação: Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015

O Conselho de Estudos Políticos, vinculado à Comissão Diretora do Senado Federal, tem o objetivo de realizar estudos e propostas relativas à formulação de políticas e diretrizes legislativas ou institucionais de interesse do País e do Senado Federal.

São atribuições do Conselho:

I - realizar estudos e propostas relativas à formulação de políticas e diretrizes legislativas ou institucionais de interesse do País e do Senado Federal;

II - discutir e propor tecnologias, planos, programas ou projetos, políticas ou ações governamentais de alcance setorial, regional ou nacional;

III - colaborar com entidades públicas e privadas na elaboração ou acompanhamento de estudos e pesquisas consentâneos com suas finalidades;

IV - organizar fóruns, bem como conferências, seminários, simpósios e oficinas de trabalho, visando à apresentação e discussão de estudos e pesquisas promovidos, bem como de outras análises e propostas julgadas relevantes;

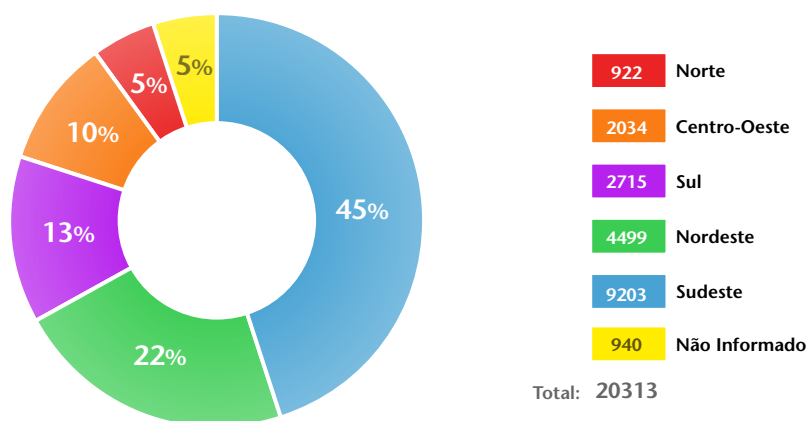
V - divulgar, pelos meios de comunicação e através de publicações, os resultados de suas atividades.

Estatísticas

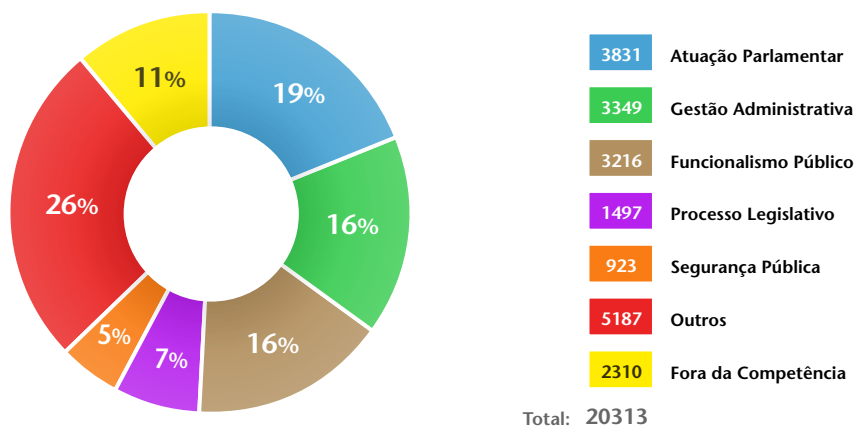
Ouvidoria

No período de 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2015, foram recebidas 61.392 manifestações, sendo 41.079 tratadas em primeiro nível (0800 - Alô Senado) e 20.313 em segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores).

Distribuição por Região

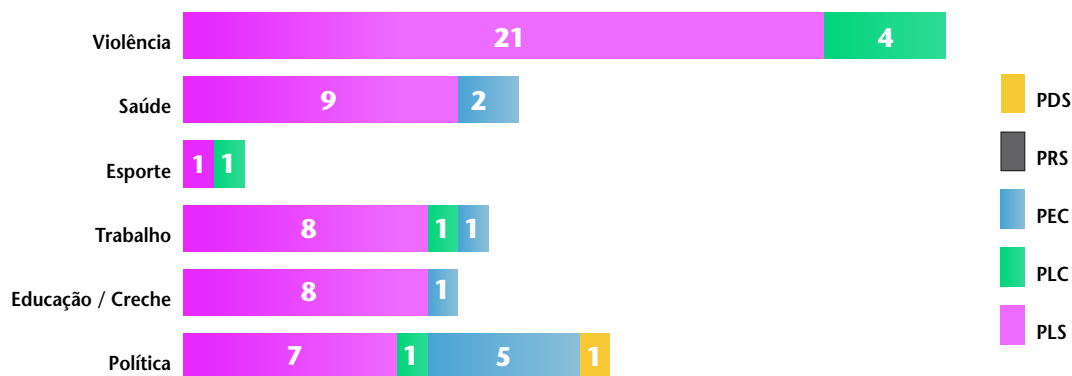


Distribuição por Tema



Procuradoria Especial da Mulher

Quantitativo de proposições legislativas acompanhadas, por tipo e temas



* Os números dizem respeito às atividades da Procuradoria Especial da Mulher desde a sua criação, em 2013.

Em 2015, foram sancionadas três proposições relativas às questões de gênero:

Lei 13.104, de 2015.

Feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

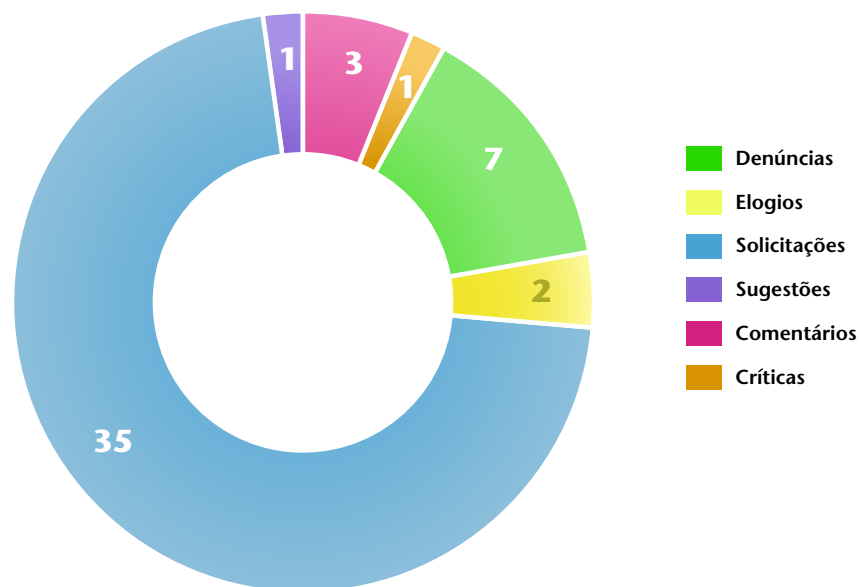
Lei 13.109, de 2015.

Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença paternidade, no âmbito das Forças Armadas.

Lei 13.112, de 2015.

Permite à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.

Demandas respondidas, por tipo, referentes a políticas de gênero*



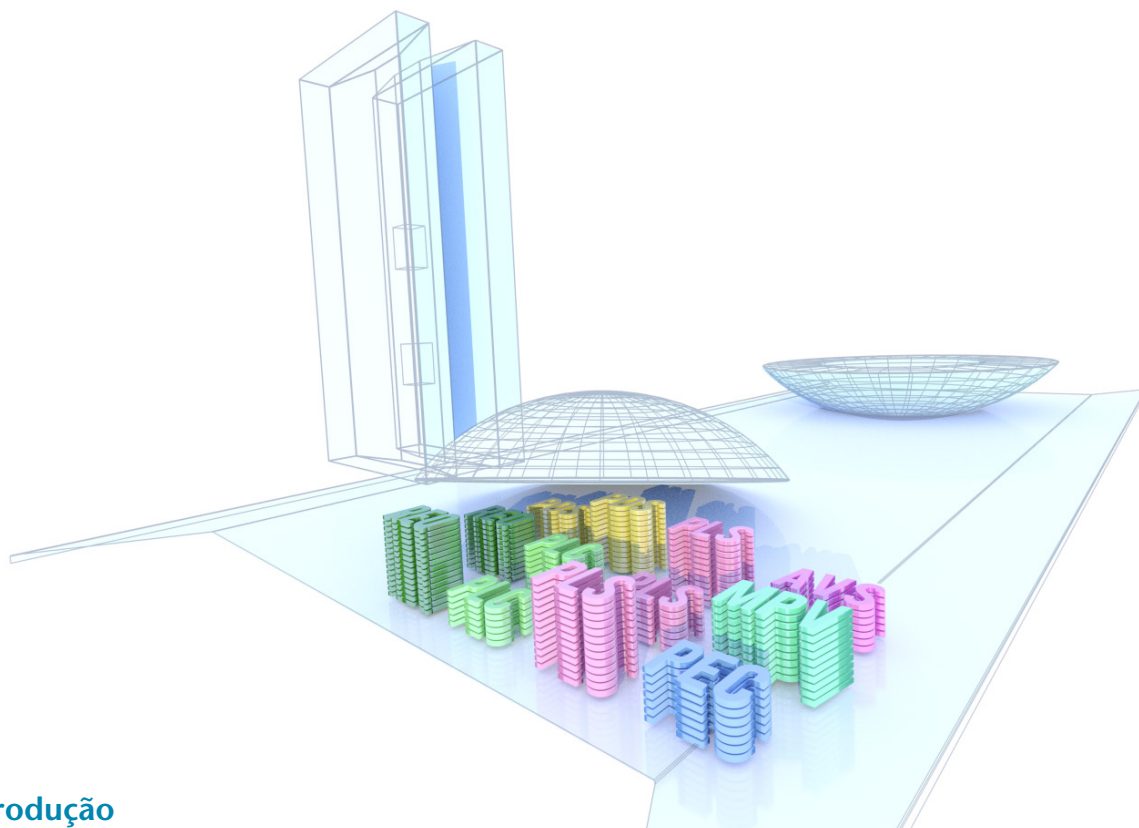
* Todas as demandas que chegaram à Procuradoria Especial da Mulher foram respondidas.

Composições inicial e final, mapas de reuniões e outras informações dos Órgãos:



RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

H - MATÉRIAS LEGISLATIVAS



Introdução

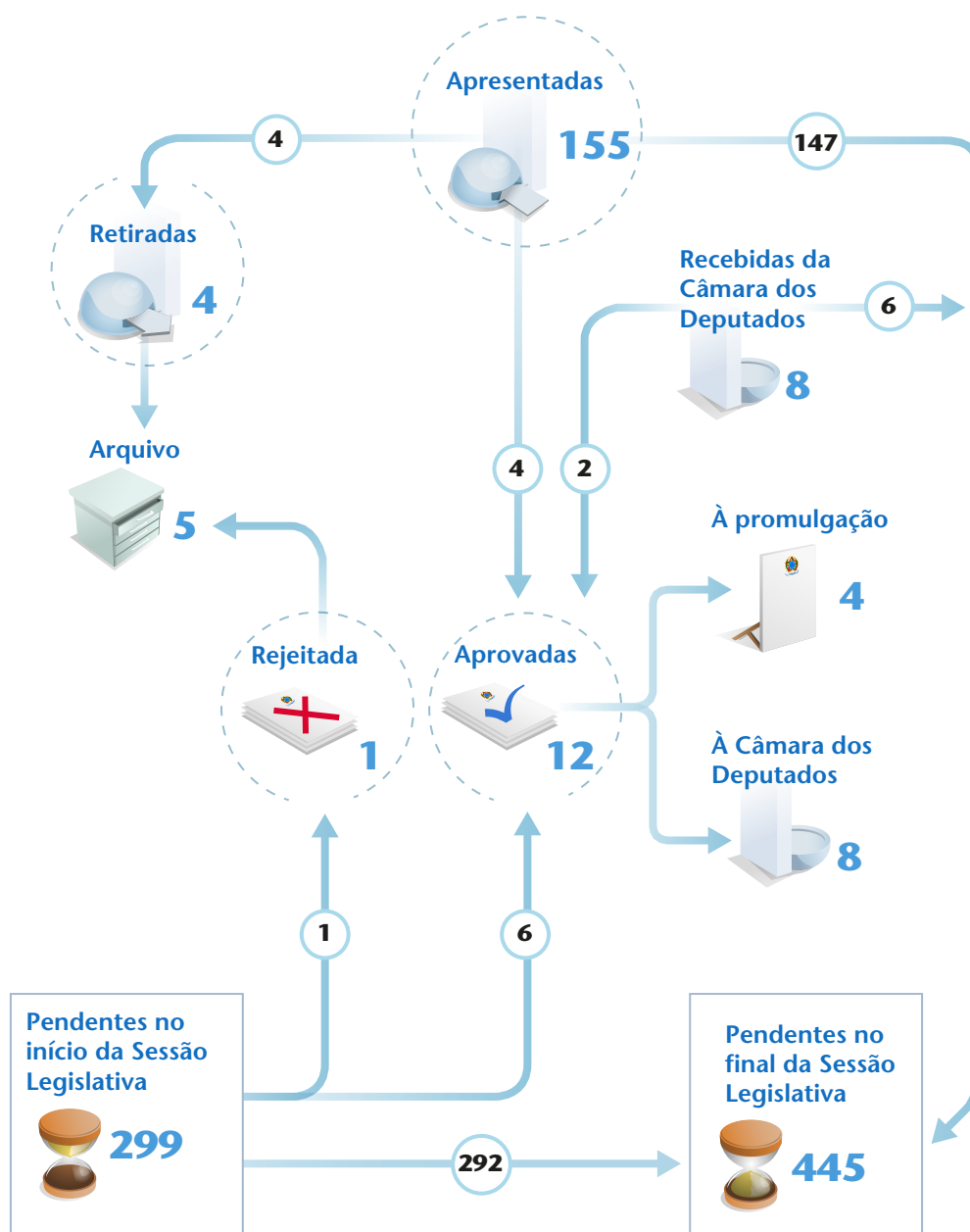
As matérias legislativas são a essência do Processo Legislativo. Muitas delas são sujeitas a deliberação pelo Senado e pela Câmara, no sistema bicameral, e, uma vez aprovadas, transformadas em normas, que irão organizar juridicamente a estrutura normativa do país e, em última instância, a própria democracia. As principais matérias legislativas, que originam normas, são as Propostas de Emenda à Constituição, os Projetos de Lei, as Medidas Provisórias e os Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução. Além destes, há também várias matérias que, embora não gerem normas jurídicas, auxiliam no Processo Legislativo e fundamentam, como um todo, a atividade parlamentar dos senadores em suas funções constitucionais e regimentais. Neste grupo, merecem destaque os Requerimentos, as Mensagens e Ofícios, os Pareceres e os Recursos.

H.1 – Propostas de Emenda à Constituição, Projetos e Medidas Provisórias

H.1.1 – Diagramas

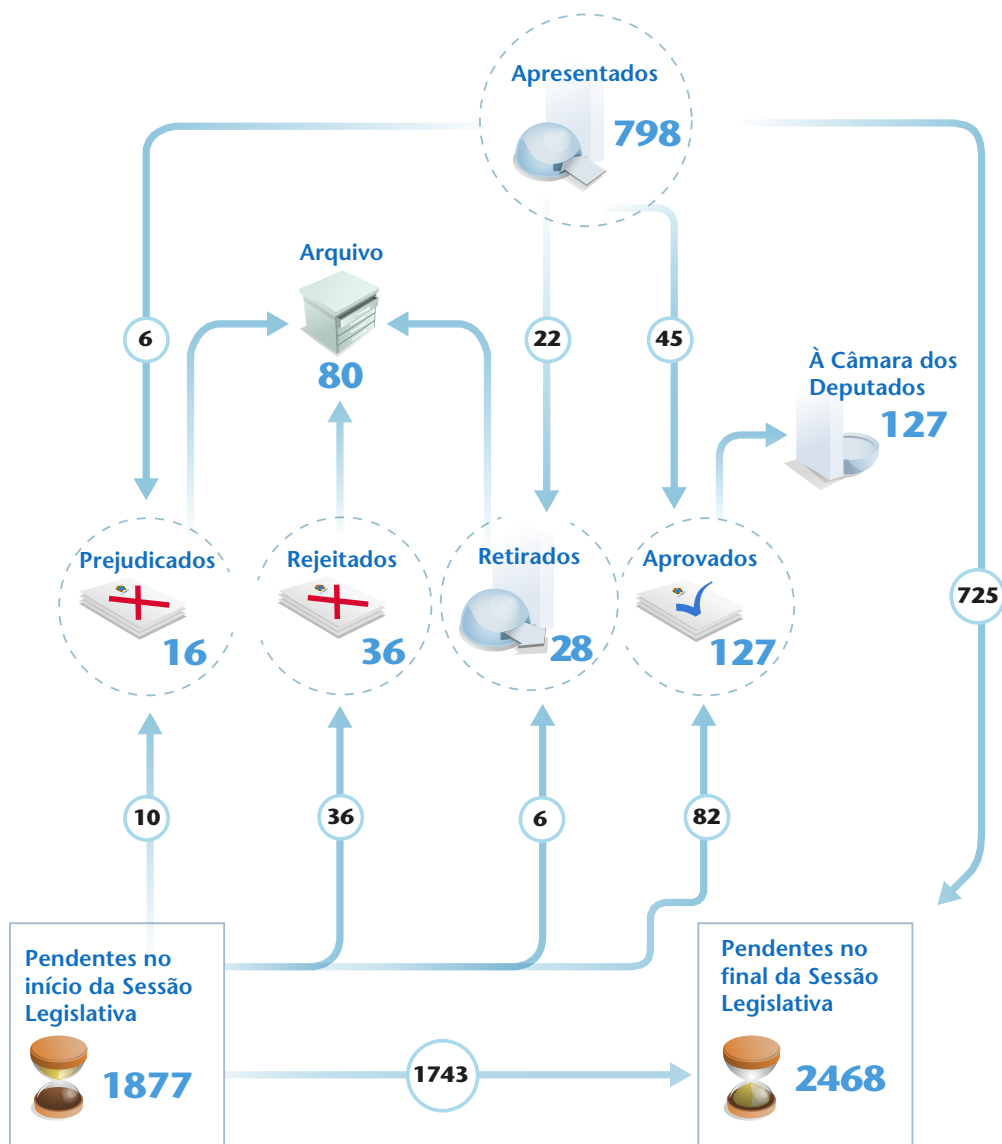
Propostas de Emenda à Constituição (PEC)

São sugestões de alteração no texto da Constituição Federal cuja apreciação deve ocorrer em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional. Sua aprovação depende dos votos favoráveis de três quintos dos membros das respectivas Casas Legislativas (CF, art. 60).



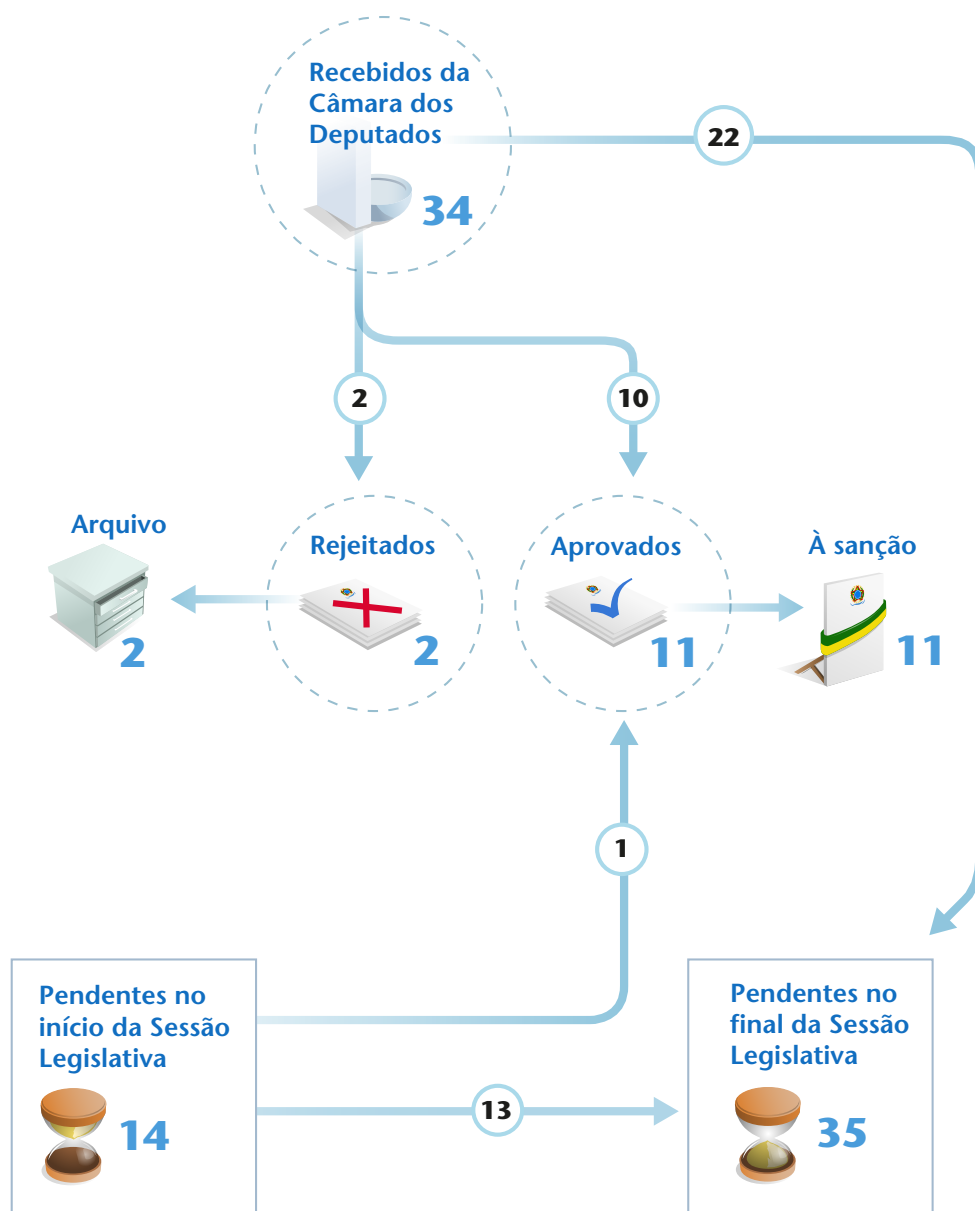
Projetos de Lei do Senado (PLS)

Matérias de iniciativa dos Senadores ou de Comissões do Senado que versam acerca de temas destinados às leis ordinárias ou complementares (CF, art. 61, caput). Caso sejam aprovados, são submetidos à revisão pela Câmara dos Deputados (CF, art. 65).



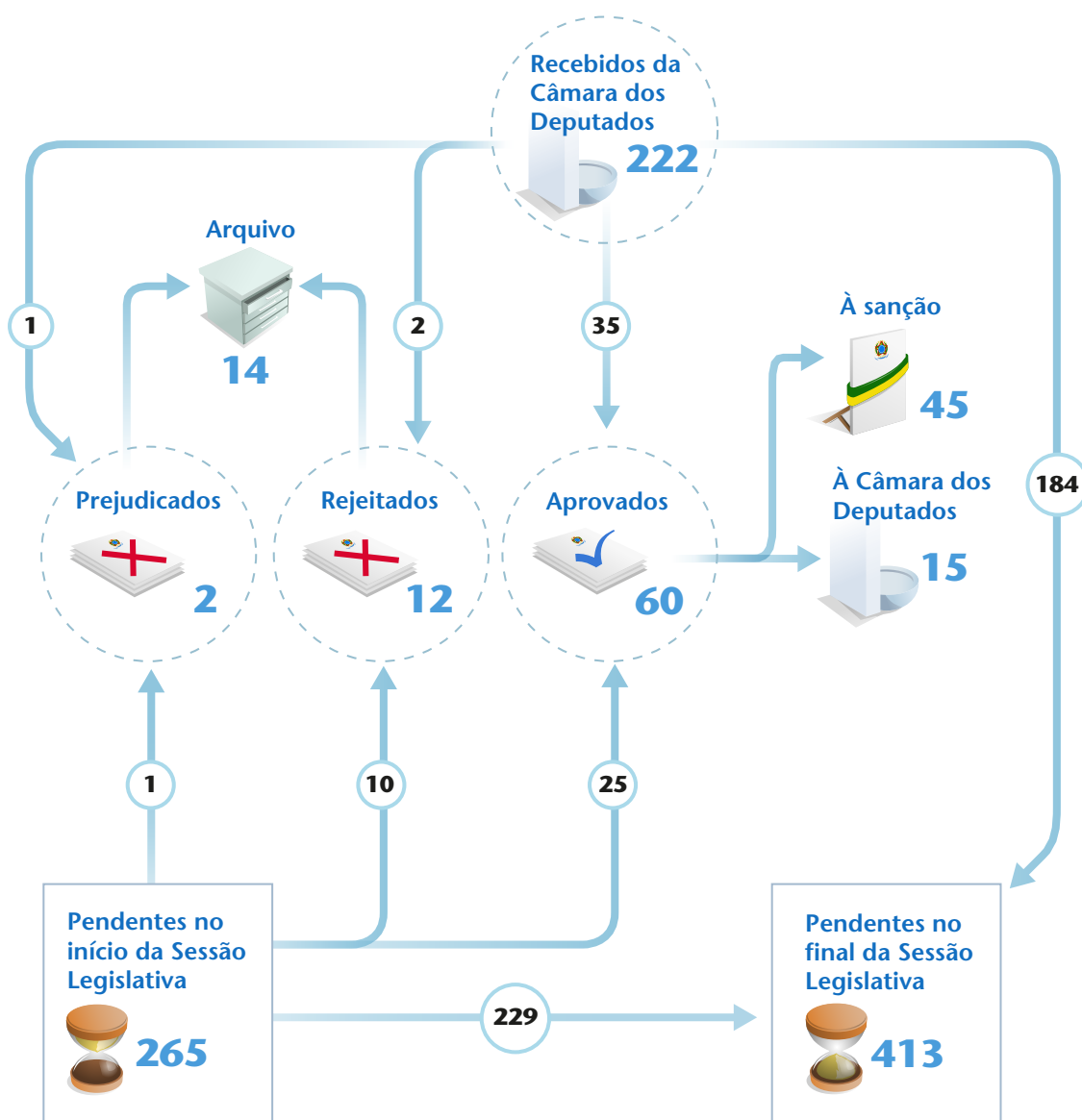
Emendas e Substitutos da Câmara dos Deputados a Projetos de Lei do Senado (ECD e SCD)

São alterações aos Projetos de Lei do Senado propostas pela Câmara dos Deputados na fase de revisão do procedimento bicameral. As Emendas (ECDs) são alterações pontuais à matéria original; os Substitutos (SCDs) são alterações substanciais e extensas ao projeto, na forma de uma nova versão do texto. As alterações propostas pela Casa revisora são submetidas à apreciação da Casa iniciadora (CF, art. 65, parágrafo único). Notar que a rejeição de ECD ou SCD implica aprovação e envio à sanção do respectivo Projeto de Lei do Senado (PLS).



Projetos de Lei da Câmara (PLC)

Matérias de iniciativa dos Deputados Federais, das Comissões da Câmara, dos cidadãos ou de órgãos de outros Poderes - Presidência da República, STF, Tribunais Superiores, PGR ou TJDFT - que versam acerca de temas destinados às leis ordinárias ou complementares e que têm início na Câmara dos Deputados (CF, art. 64, caput c/c art. 96, II). Caso sejam aprovados, são submetidos à revisão pelo Senado Federal (CF, art. 65).



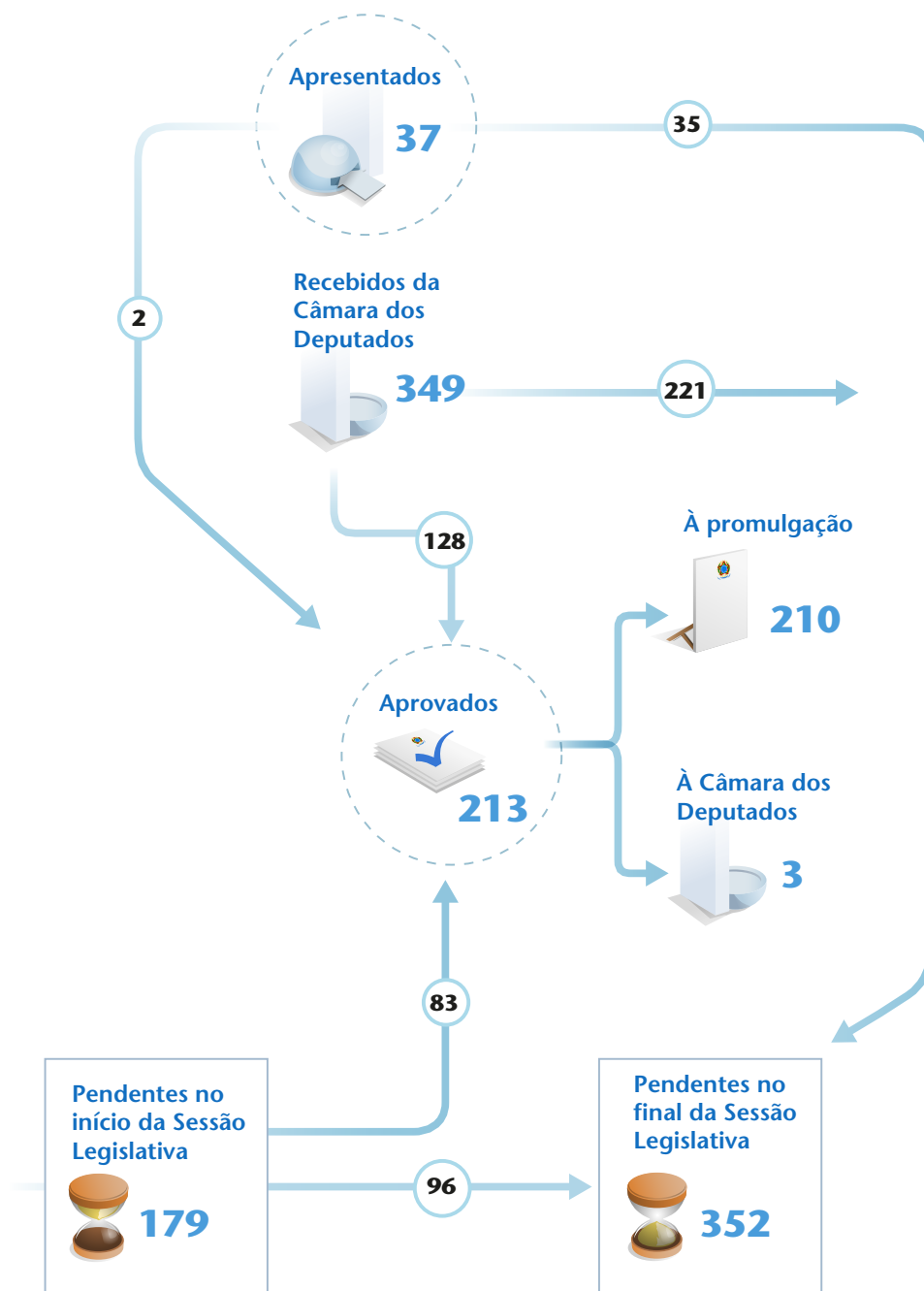
Medidas Provisórias (MPV) e Projetos de Lei de Conversão (PLV)

As Medidas Provisórias são atos normativos com força de lei, editadas em casos de relevância e urgência pelo Presidente da República (CF, art. 62). Apreciadas pelas Casas do Congresso Nacional em até 120 dias, podem ser convertidas em lei ou perder sua eficácia desde a edição. Ao serem emendadas, tramitam na forma de Projeto de Lei de Conversão (Resolução nº 1, de 1989-CN).



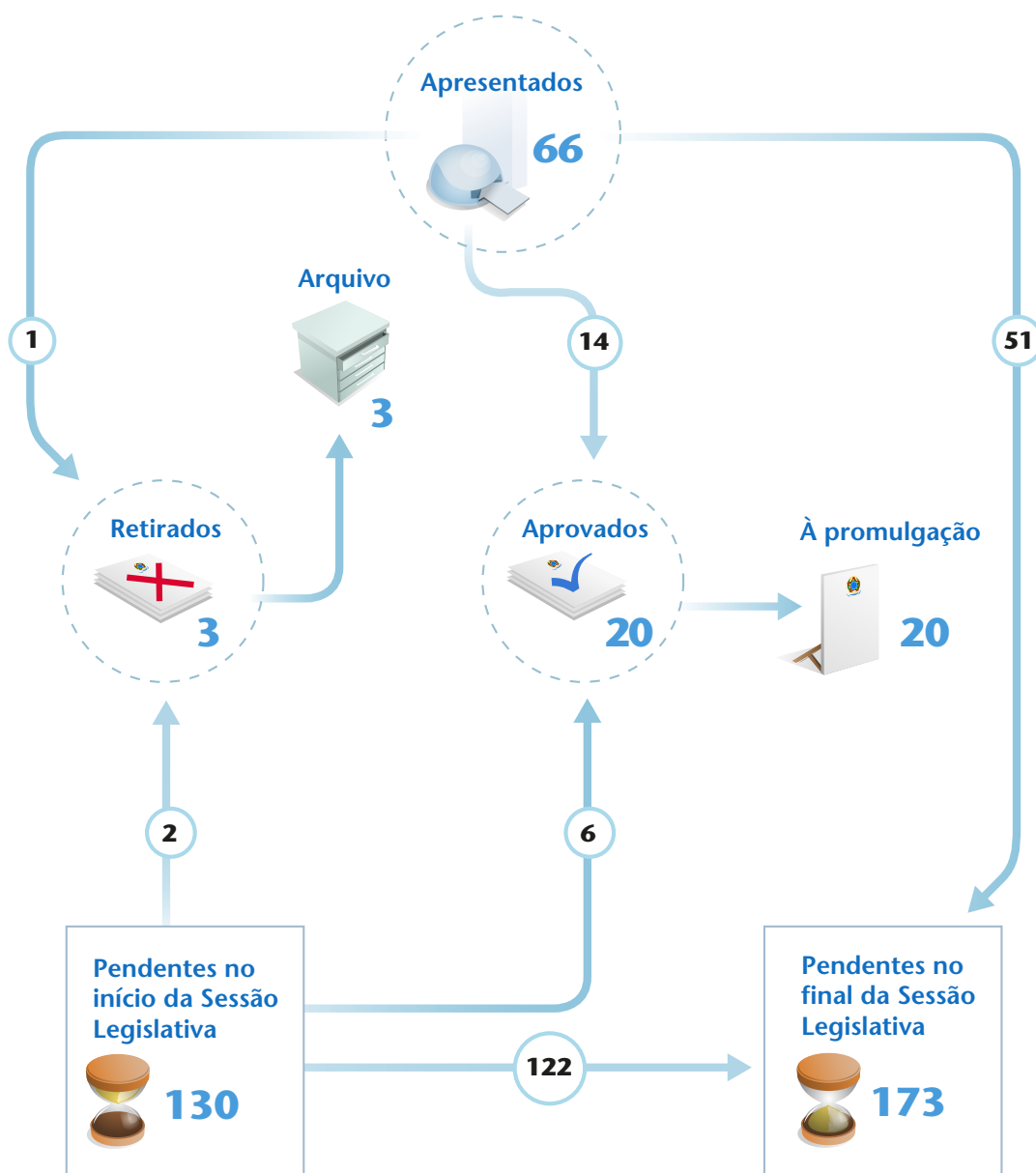
Projetos de Decreto Legislativo (PDS)

Resultam em atos tipicamente legislativos acerca de questões de competência exclusiva do Congresso Nacional. São apreciados separadamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal (CF, art. 49).



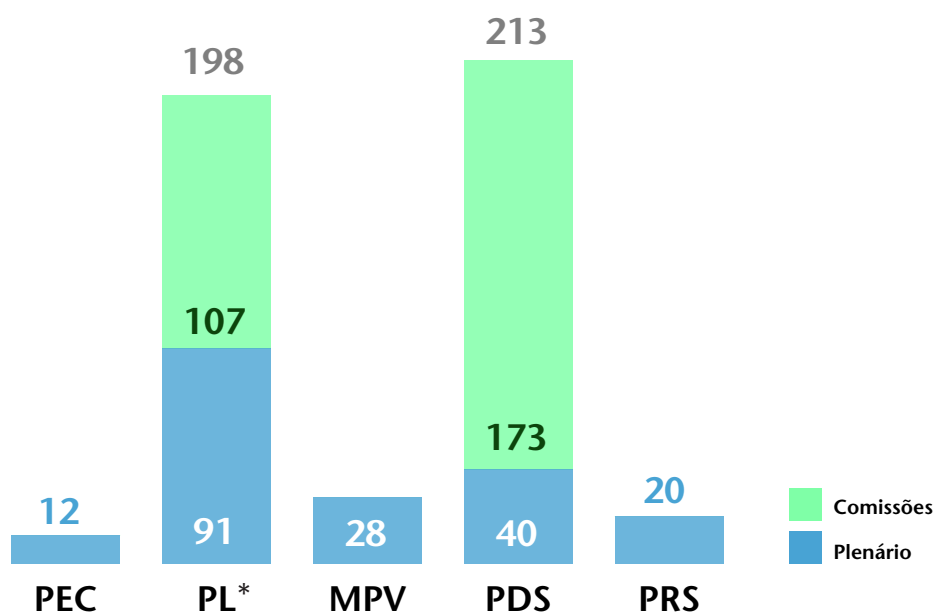
Projetos de Resolução (PRS)

São proposições que, quando aprovadas, veiculam normas que disciplinam questões da competência privativa do Senado Federal, apreciadas exclusivamente nesta Casa (CF, art. 52).

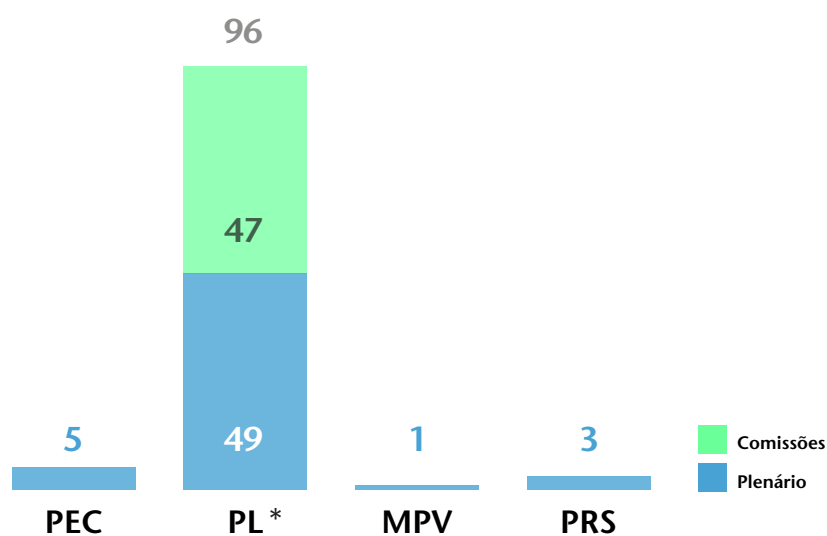


H.1.2 – Estatísticas

Aprovados



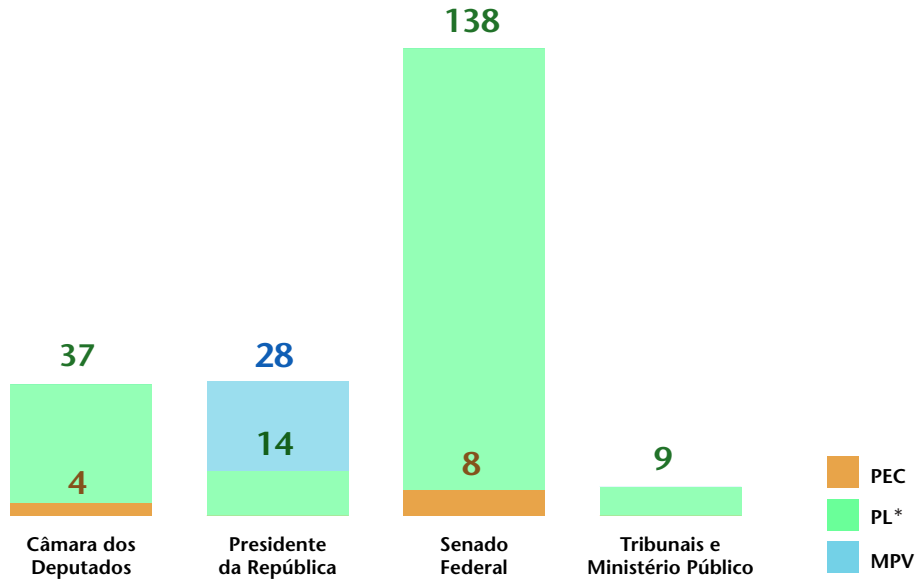
Rejeitados**



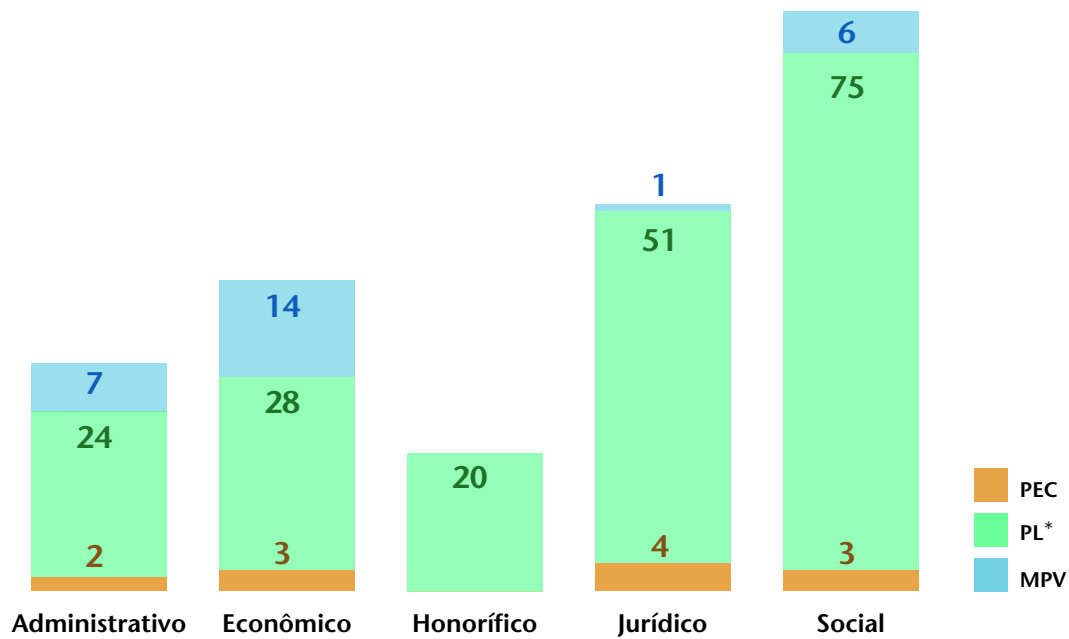
* Projetos de Lei (PLS, ECD, SCD e PLC).

** Inclui matérias prejudicadas e retiradas e MPVs que perderam a eficácia.

Aprovados por origem



Aprovados por assunto



* Projetos de Lei (PLS, ECD, SCD e PLC).

H.2 – Demais Matérias Legislativas

Mensagens (MSF) e Ofícios “S” (OFS)

Matérias originadas em órgãos externos ao Legislativo, submetidas ao conhecimento ou apreciação do Senado Federal, de acordo com sua natureza. Destacam-se as Mensagens de indicação de autoridades, magistrados e chefes de missão diplomática de caráter permanente (CF, art. 52, III e IV) e os Ofícios de indicação de membros do Conselho Nacional de Justiça (CF, art. 103-B, §2º) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CF, art. 130-A caput).

MENSAGENS	
Pendentes no início da sessão legislativa	24
Recebidas	82
Aprovadas pelo Plenário	78
Transformadas em Projeto de Decreto Legislativo	2
Transformadas em Projeto de Resolução do Senado	2
Conhecidas	2
Publicada	1
Rejeitada pelo Plenário	1
Prejudicada	1
Total Apreciados	87
Pendentes no final da Sessão Legislativa	19

OFÍCIOS “S” (OFS)	
Pendentes no início da sessão legislativa	62
Recebidos	89
Aprovados pelo Plenário	24
Aprovado pela Mesa	1
Conhecidos	21
Mantida a decisão do Supremo Tribunal Federal	1
Publicados	4
Prejudicado	1
Total Apreciados	52
Pendentes no final da Sessão Legislativa	99

Indicações de Autoridades e Chefes de Missão Diplomática deliberadas em 2015

MAGISTRADOS E PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA				
MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 2/2015	Ministro do Superior Tribunal Militar	Francisco Joseli Parente Camelo	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/04/2015
MSF 12/2015	Ministro do Superior Tribunal de Justiça	Reynaldo Soares da Fonseca	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/04/2015
MSF 13/2015	Ministro do Supremo Tribunal Federal	Luiz Edson Fachin	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/05/2015
MSF 59/2015	Procurador-Geral da República	Rodrigo Janot Monteiro de Barros	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 26/08/2015
MSF 61/2015	Ministro do Superior Tribunal de Justiça	Marcelo Navarro Ribeiro Dantas	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/09/2015

MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO				
MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
OFS 56/2011	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Edvaldo Fernandes da Silva	Líderes Partidários	Prejudicada Sessão: 04/08/2015
OFS 21/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Lelio Bentes Corrêa	Tribunal Superior do Trabalho	Aprovada pelo Plenário Sessão: 13/05/2015
OFS 52/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Gustavo do Vale Rocha	Câmara dos Deputados	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/05/2015
OFS 53/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Cláudio Henrique Portela do Rego	Conselho Nacional do Ministério Público	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/08/2015
OFS 54/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Antônio Pereira Duarte	Conselho Nacional do Ministério Público	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/07/2015
OFS 56/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Fabiano Augusto Martins Silveira	Líderes Partidários	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/07/2015
OFS 57/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho	Líderes Partidários	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/08/2015
OFS 58/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Otávio Brito Lopes	Conselho Nacional do Ministério Público	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/08/2015
OFS 59/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Orlando Rochadel Moreira	Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (Cnpg)	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/07/2015
OFS 60/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Fernando Cesar Baptista de Mattos	Superior Tribunal de Justiça	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/07/2015
OFS 61/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Sergio Ricardo de Souza	Superior Tribunal de Justiça	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/07/2015
OFS 62/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Walter de Agra Júnior	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/07/2015
OFS 63/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Marcelo Ferra de Carvalho	Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (Cnpg)	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/07/2015
OFS 64/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Fábio Bastos Stica	Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (Cnpg)	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/07/2015
OFS 65/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Daldice Maria Santana de Almeida	Superior Tribunal de Justiça	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/07/2015
OFS 66/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Esdras Dantas de Souza	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/08/2015



MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
OFS 67/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	José Noberto Lopes Campelo	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/07/2015
OFS 68/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Luiz Cláudio Silva Allemand	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/07/2015
OFS 69/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Gustavo Tadeu Alkmim	Tribunal Superior do Trabalho	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/07/2015
OFS 70/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Carlos Eduardo Oliveira Dias	Tribunal Superior do Trabalho	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/07/2015
OFS 72/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Fábio George Cruz da Nóbrega	Conselho Nacional do Ministério Público	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/08/2015
OFS 74/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior	Conselho Nacional de Justiça	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/07/2015
OFS 75/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Carlos Augusto de Barros Levenhagen	Supremo Tribunal Federal	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/09/2015
OFS 76/2015	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Valter Shuenquener de Araújo	Supremo Tribunal Federal	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/09/2015
OFS 77/2015	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Bruno Ronchetti de Castro	Supremo Tribunal Federal	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/09/2015

CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 77/2013	Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia	Raymundo Santos Rocha Magno	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/09/2015
MSF 64/2014	Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial	Evaldo Freire	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/04/2015
MSF 66/2014	Embaixador do Brasil na República da Finlândia	Antonio Francisco da Costa e Silva Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/03/2015
MSF 67/2014	Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul	Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/03/2015
MSF 68/2014	Embaixador do Brasil na República da Namíbia	Eduardo Carvalho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/03/2015
MSF 70/2014	Embaixador do Brasil na Jamaica	Carlos Alberto Michaelson Den Hartog	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/03/2015
MSF 71/2014	Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia	Francisco Carlos Soares Luz	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/04/2015
MSF 89/2014	Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, na República do Tadjiquistão	Claudio Raja Gabaglia Lins	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/04/2015
MSF 90/2014	Embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato de Brunei Darussalam	Carlos Ricardo Martins Ceglia	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/04/2015
MSF 91/2014	Embaixador do Brasil na Bósnia e Herzegovina	Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 28/04/2015
MSF 92/2014	Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 06/05/2015

CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA				
MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 93/2014	Embaixador do Brasil na República da Indonésia	Rubem Antonio Correa Barbosa	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 27/10/2015
MSF 94/2014	Embaixador do Brasil na República de Angola	Norton de Andrade Mello Rapesta	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 24/03/2015
MSF 3/2015	Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América	Luiz Alberto Figueiredo Machado	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/04/2015
MSF 4/2015	Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão	Tovar da Silva Nunes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/04/2015
MSF 5/2015	Embaixador do Brasil na República Togolesa	Antônio Carlos de Salles Menezes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 13/05/2015
MSF 6/2015	Embaixador do Brasil na República do Mali	João Alberto Dourado Quintaes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/05/2015
MSF 9/2015	Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Eduardo dos Santos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 13/05/2015
MSF 10/2015	Embaixador do Brasil na Geórgia	Cícero Martins Garcia	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/05/2015
MSF 14/2015	Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia	Arthur Henrique Villanova Nogueira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/07/2015
MSF 15/2015	Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia	Flávio Hugo Lima Rocha Junior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 11/08/2015
MSF 16/2015	Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein	José Borges Dos Santos Júnior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 11/08/2015
MSF 17/2015	Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco	Paulo Cesar De Oliveira Campos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/05/2015
MSF 18/2015	Embaixador do Brasil na República do Peru	Marcos Leal Raposo Lopes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/06/2015
MSF 19/2015	Embaixador do Brasil na República do Equador	Carlos Alfredo Lazary Teixeira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/07/2015
MSF 20/2015	Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos	Enio Cordeiro	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/06/2015
MSF 21/2015	Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos	Guilherme de Aguiar Patriota	Presidente da República	Rejeitada pelo Plenário Sessão: 19/05/2015
MSF 22/2015	Embaixador do Brasil no Estado do Catar	Roberto Abdalla	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 16/06/2015
MSF 35/2015	Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar	Rodrigo de Lima Baena Soares	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 16/07/2015
MSF 36/2015	Embaixador do Brasil na República do Iraque	Miguel Júnior França Chaves de Magalhães	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 14/07/2015
MSF 37/2015	Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia	Carlos Antonio da Rocha Paranhos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/06/2015
MSF 38/2015	Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no principado de Andorra	Antonio José Ferreira Simões	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 26/08/2015
MSF 39/2015	Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia	Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 14/07/2015



CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 40/2015	Embaixador do Brasil na República de Honduras	Breno de Souza Brasil Dias da Costa	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 09/09/2015
MSF 41/2015	Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos	José Luiz Machado e Costa	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/07/2015
MSF 42/2015	Embaixador do Brasil na República do Botsuana	Ricardo André Vieira Diniz	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 26/08/2015
MSF 48/2015	Embaixador do Brasil na República do Benim e, cumulativa, na República do Níger	Luís Ivaldo Villafañe Gomes santos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 28/10/2015
MSF 49/2015	Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul	Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/09/2015
MSF 51/2015	Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia	Ana Maria Sampaio Fernandes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/10/2015
MSF 52/2015	Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro	Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/09/2015
MSF 53/2015	Embaixadora do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas	Elizabeth-Sophie Mazzella Di Bosco Balsa	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 27/10/2015
MSF 54/2015	Embaixador do Brasil na Tunísia	José Estanislau do Amaral Souza Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/10/2015
MSF 63/2015	Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall	Rodrigo do Amaral Souza	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 06/10/2015
MSF 64/2015	Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai	Hadil Fontes da Rocha Vianna	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 06/10/2015
MSF 72/2015	Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles	Carlos Alfonso Iglesias Puente	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/12/2015
MSF 73/2015	Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas	Antônio José Rezende de Castro	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/12/2015

OUTRAS AUTORIDADES

MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 7/2015	Diretor do Banco Central do Brasil	Otávio Ribeiro Damaso	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/04/2015
MSF 8/2015	Diretor do Banco Central do Brasil	Tony Volpon	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/04/2015
MSF 23/2015	Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	Karla Santa Cruz Coelho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/07/2015
MSF 24/2015	Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	Jarbas Barbosa da Silva Júnior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/07/2015
MSF 25/2015	Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	Fernando Mendes Garcia Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/07/2015

OUTRAS AUTORIDADES				
MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 26/2015	Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Sérgio de Assis Lobo	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/06/2015
MSF 27/2015	Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Marcelo Bruto da Costa Correia	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/07/2015
MSF 28/2015	Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Carlos Fernando do Nascimento	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/07/2015
MSF 29/2015	Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA	Ney Maranhão	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/07/2015
MSF 30/2015	Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	Eduardo Frade Rodrigues	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/06/2015
MSF 31/2015	Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	João Paulo de Resende	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/06/2015
MSF 32/2015	Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	Paulo Burnier da Silveira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/06/2015
MSF 33/2015	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	Alexandre Cordeiro Macedo	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/06/2015
MSF 34/2015	Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/06/2015
MSF 43/2015	Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Marcelo Vinaud Prado	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/07/2015
MSF 45/2015	Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Gustavo Rabelo Tavares Borba	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/07/2015
MSF 46/2015	Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/08/2015
MSF 47/2015	Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	Ricardo Fenelon das Neves Junior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/08/2015
MSF 60/2015	Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE	Débora Regina Ivanov Gomes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 16/09/2015
MSF 65/2015	Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	Valter Casimiro Silveira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/09/2015
MSF 66/2015	Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	Gustavo Adolfo Andrade de Sá	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/09/2015
MSF 67/2015	Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	Luiz Antonio Ehret Garcia	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/09/2015
MSF 68/2015	Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Aníbal Diniz	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 16/09/2015
MSF 69/2015	Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Otávio Luiz Rodrigues Junior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 30/09/2015
MSF 70/2015	Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	Fernando Fortes Melro Filho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/10/2015
MSF 78/2015	Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	Victor Santos Rufino	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 24/11/2015

Requerimentos (RQS)

Referem-se a assuntos internos ou externos ao Senado, podem ser autônomos (como, por exemplo, os requerimentos de informações, de convocação de Ministro de Estado e outros titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, votos de aplauso, censura, homenagens de pesar, dentre outros) ou diretamente vinculados a outras matérias, como os de tramitação conjunta, desapensamento, urgência, etc. É também por Requerimento que são criadas, alteradas e prorrogadas as comissões temporárias e CPIs (RISF, art. 214 a 222).

REQUERIMENTOS	
Pendentes no início da sessão legislativa	195
Apresentados	1.469
Aprovados pela Mesa	40
Aprovados pelo Plenário	584
À publicação para que produzam efeitos	14
Deferidos pela Mesa	207
Deferidos pela Presidência (art. 199 do RISF)	2
Deferidos pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF)	47
Deferido pela Presidência (art. 41 do RISF)	1
Deferidos pela Presidência (art. 48, inc. XXXIII, do RISF)	4
Encaminhados pela Presidência	262
Publicados	18
Rejeitado pela Mesa	1
Rejeitados pelo Plenário	139
Retirada de assinaturas (art. 244 do RISF)	1
Retirados pelo autor	17
Prejudicados	92
Total Apreciados	1.429
Pendentes no final da sessão legislativa	235

Pareceres (P.S)

Trata-se, em geral, de manifestações das comissões acerca de matéria submetida a seu exame. Há, também, pareceres apresentados pela Mesa/Comissão Diretora, assim como pareceres de Plenário, feitos em substituição à comissão originalmente designada. Todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir. A elaboração do parecer constitui-se na fase de instrução da matéria, indispensável para a apreciação pelo Plenário. Os Pareceres emitidos pelas comissões abordam aspectos relativos a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito das matérias a elas distribuídas (RISF, arts. 133 caput, 137 caput, 140 caput e 228 caput).

PARECERES PROFERIDOS	
Plen – Plenário do Senado Federal	51
Mesa do Senado Federal	218
CDIR – Comissão Diretora	60
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	67
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	132
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	222
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	36
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	111
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	15
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	68
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	33
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	41
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	19
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	109
CEDN – Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional	20
CEAPF – Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo	2
CTREFORMA – Comissão de Reforma Política do Senado Federal	1
RBPME – Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul	1
Total	1.206

Outros tipos

	AVS	INS	PET	PFS	REP	R.S	SUG
Pendentes no Início da Sessão Legislativa	26	4	5	5	0	1	19
Apresentados/Recebidos	75	3	8	4	1	13	10
Conhecidos	73	0	0	0	0	0	0
Recebidos	0	0	0	0	0	12	0
Transformados em Projeto de Lei do Senado	0	0	0	0	0	0	8
Arquivados por inépcia da inicial	0	0	1	0	0	0	0
Retirada de assinaturas (art. 244 do RISF)	0	0	0	0	0	1	0
Prejudicados	0	1	2	0	0	0	0
Pendentes no final da sessão legislativa	28	6	10	9	1	1	21

Listagem descritiva das Matérias Legislativas:



RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

I – NORMAS PROMULGADAS NA 55ª LEGISLATURA

Introdução

Promulgação é a etapa do processo legislativo em que se atesta a existência da lei, e a partir da qual lhe é dada publicidade.

Cabe às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em sessão solene do Congresso Nacional, proceder à promulgação das Emendas à Constituição (CF, art. 60, §3º).

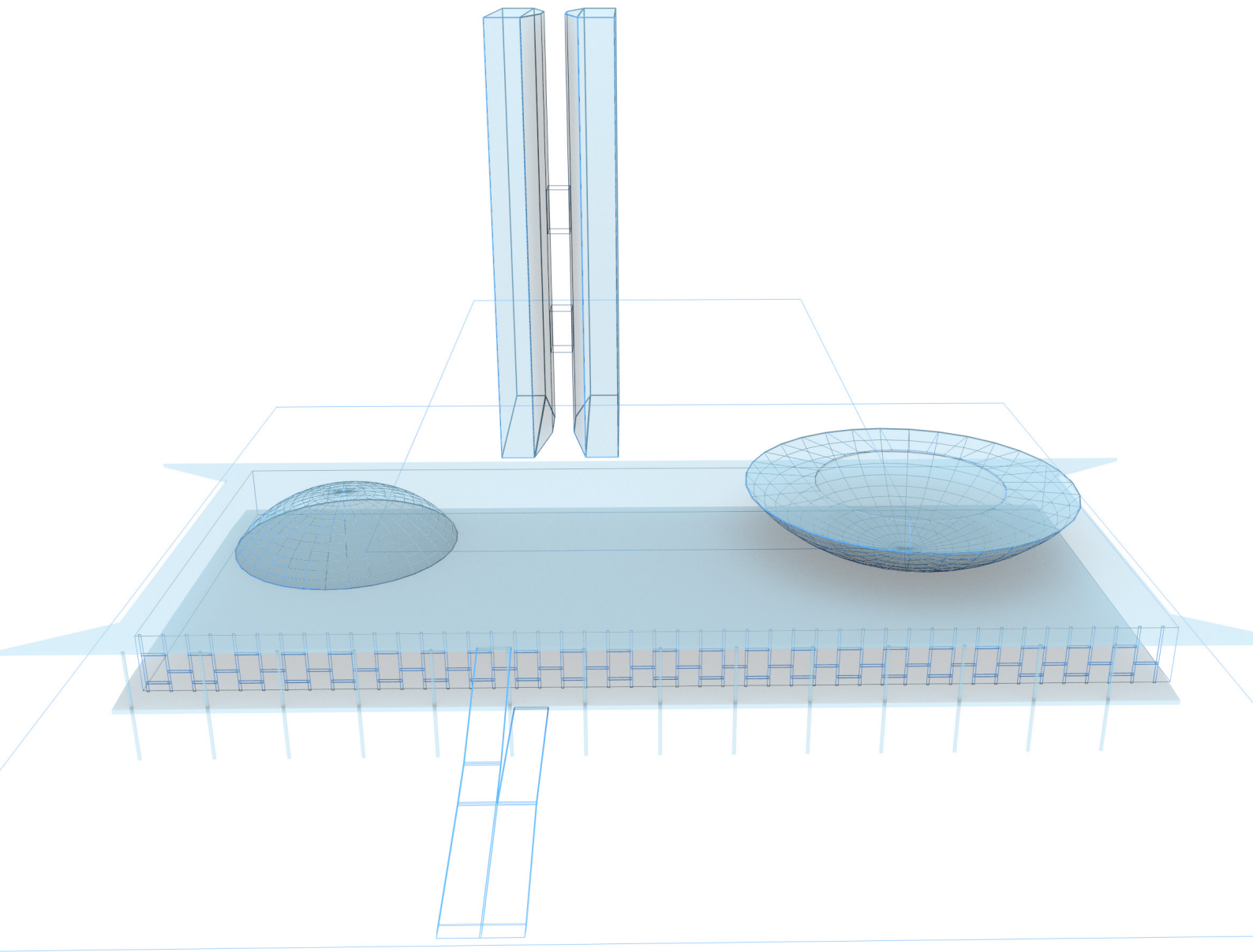
No caso das Leis Ordinárias e Complementares, existem algumas possibilidades: sancionado o projeto pelo Presidente da República, dá-se a subsequente promulgação; caso não se pronuncie – sanção tácita – ou se o eventual veto presidencial for rejeitado pelo Congresso Nacional, a promulgação continua sob sua responsabilidade. Se não o fizer, no entanto, a responsabilidade de promulgar a nova lei é do Presidente do Senado Federal e, na sua omissão, do 1º Vice-Presidente do Senado (CF, art. 66).

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO POR TIPO DE AUTOR				
ANO	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO		TOTAL
		SF	CD	
2015	0	2	4	6

LEIS ORDINÁRIAS E COMPLEMENTARES POR TIPO DE AUTOR							
ANO	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO		PODER JUDICIÁRIO	MPU	TCU	TOTAL
		SF	CD				
2015	73	37	49	8	1	0	168

Listagem descritiva das normas promulgadas na 55ª
Legislatura:







CONGRESSO NACIONAL

PARTE II

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

A - SESSÕES PLENÁRIAS

Introdução

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal se reúnem em sessões conjuntas, sob direção do Presidente do Senado, para, em caráter solene, inaugurar a sessão legislativa, dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República eleitos, promulgar emendas à Constituição Federal, homenagear Chefes de Estados estrangeiros e comemorar datas nacionais. Em sessão conjunta, compete também ao Congresso Nacional discutir e votar o Orçamento, conhecer de matéria vetada e sobre ela deliberar (CF, art. 57, §3º e RCCN, arts. 1º e 3º).

Para abertura das sessões, faz-se necessária a presença mínima de 1/6 (um sexto) da composição de cada Casa, com exceção das sessões solenes, que se realizarão com qualquer número (RCCN, arts. 28 e 53, parágrafo único).

A.1 – Sessões Plenárias por tipo

TIPO DA SESSÃO	TOTAL
Solene (posse e compromisso do Presidente e Vice-Presidente da República)*	1
Solene	15
Conjunta	17
TOTAL DE SESSÕES REALIZADAS	33

*Trata-se de sessão realizada anteriormente à 55ª Legislatura.

A.2 – Sessões Solenes por finalidade

DATA	FINALIDADE
01/01/2015*	Receber o compromisso constitucional e dar posse a Exma. Presidenta da República, Sra. Dilma Rousseff, e ao Exmo. Vice-Presidente da República, Sr. Michel Temer.
02/02/2015	Instalação dos trabalhos legislativos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.
26/02/2015	Promulgação da Emenda Constitucional nº 85/2015, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 290/2013 (nº 12/2014, no Senado Federal), que “altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação”.
11/03/2015	Comemorar o Dia Internacional da Mulher e agradecer as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.
17/03/2015	Promulgação da Emenda Constitucional nº 86/2015, que “altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a programação orçamentária que especifica”.
16/04/2015	Promulgação da Emenda Constitucional nº 87/2015, que “altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”.
04/05/2015	Homenagear o Presidente da República João Goulart.
05/05/2015	Comemorar os 150 anos do nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.
07/05/2015	Promulgação da Emenda Constitucional nº 88, de 2015, que “altera o art. 40 da Constituição Federal, relativamente ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.
04/08/2015	Comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo e os 45 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras.
12/08/2015	Homenagear a 5ª Marcha das Margaridas.

*Trata-se de sessão realizada anteriormente à 55ª Legislatura.

DATA	FINALIDADE
25/08/2015	Reverenciar o transcurso dos 61 anos da morte de Getúlio Vargas.
15/09/2015	Promulgação das Emendas Constitucionais nºs 89, 2015, que “dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação; e 90, de 2015, que “dá nova redação ao art 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social”.
09/11/2015	Homenagear o Instituto Lado a Lado pela Vida, idealizador no Brasil do movimento Novembro Azul.
10/11/2015	Homenagear os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil.
16/11/2015	Homenagear o centenário de nascimento de Djalma Maranhão.

Conteúdo das Sessões Plenárias:



WID

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

B - PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS

Introdução

Presidência das sessões plenárias

As sessões conjuntas são presididas pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que é o Presidente do Senado (CF, art. 57, primeira parte). Na ausência deste e de seus substitutos legais, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum (RCCN, art. 151).

Proposições apresentadas

Ao longo da Sessão Legislativa Ordinária, os senadores e deputados, em suas prerrogativas constitucionais e regimentais, podem apresentar, no âmbito do Congresso Nacional, como autores, diversas proposições. Destacam-se, dentre elas, os Projetos de Resolução e Requerimentos.

Perante as Comissões Mistas ou em Plenário pode ser designado Relator, que oferecerá Parecer às matérias.

Para saber a situação de cada uma dessas proposições, deve-se consultar o item E (Matérias Legislativas) da parte II deste Relatório.

Uso da Palavra

Um dos objetivos fundamentais da atividade parlamentar dos congressistas é poder se expressar verbalmente sobre diversos assuntos em Plenário. Não à toa, a palavra “parlamentar” encerra o significado de fala, discurso (derivado do latim *parlare*). É por meio dos discursos que os parlamentares discutem as matérias, encaminham votações, indagam sobre o andamento dos trabalhos e sobre a aplicação do Regimento Comum e, em última instância, dão satisfação à população que eles representam por meio do mandato.

O uso da palavra se dá por meio de tipos específicos, identificados nas notas taquigráficas e

classificados de acordo com o teor do discurso, fase da sessão, assunto tratado, etc. Os tipos mais frequentes são:

- Pronunciamento (RCCN art. 131);
- Uso da palavra pela liderança (RCCN, art. 6º);
- Discussão (RCCN, art. 27, § 3º, art. 38);
- Encaminhamento de votação (RCCN, art. 27§ 3º, art 49, caput, art 41, caput);
- Explicação pessoal (RCCN, art. 151 c/c RISF, art. 14, VIII);
- Uso da palavra pela ordem (art. 14, X, “a” RISF);
- Questão de Ordem e contradita à Questão de Ordem (RCCN, art. 131).

B.1 – Senadores

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA	
Senador(a)	Total
Acir Gurgacz	1
Ana Amélia	2
Angela Portela	1
Delcídio do Amaral	1
Douglas Cintra	1
Elmano Férrer	1
Fátima Bezerra	1
Flexa Ribeiro	1
Garibaldi Alves Filho	2
Lídice da Mata	1
Renan Calheiros	21
Romero Jucá	7
Telmário Mota	1
Vanessa Grazziotin	1
Wellington Fagundes	1

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS		
Senador(a)	Projeto de Resolução	Requerimento
Davi Alcolumbre	1	0
Lúcia Vânia	1	0
Paulo Bauer	1	0
Tasso Jereissati	1	0
Walter Pinheiro	1	0



USO DA PALAVRA						
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Pela Ordem	Questão de Ordem
Acir Gurgacz	2	0	0	0	0	0
Aécio Neves	5	0	0	0	0	0
Aloysio Nunes Ferreira	0	0	2	1	2	0
Alvaro Dias	1	0	0	0	0	0
Ana Amélia	7	0	1	1	3	0
Angela Portela	1	0	0	0	0	0
Antonio Carlos Valadares	1	1	0	0	0	0
Ataídes Oliveira	1	1	1	1	0	0
Benedito de Lira	1	0	0	1	0	0
Blairo Maggi	2	0	0	0	0	0
Cássio Cunha Lima	7	2	6	5	3	0
Cristovam Buarque	2	1	0	0	0	0
Delcídio do Amaral	4	0	0	0	0	0
Donizeti Nogueira	0	0	1	0	0	0
Douglas Cintra	1	0	0	0	0	0
Edison Lobão	2	0	0	0	0	0
Eduardo Amorim	1	0	0	0	0	0
Elmano Férrer	2	0	0	0	0	0
Eunício Oliveira	10	0	0	1	1	0
Fátima Bezerra	4	0	0	0	0	0
Fernando Bezerra Coelho	0	0	1	3	0	0
Fernando Collor	1	0	0	1	0	0
Flexa Ribeiro	6	0	1	2	0	0
Garibaldi Alves Filho	2	0	0	0	0	0
Gleisi Hoffmann	3	0	0	0	0	0
Hélio José	4	0	0	0	0	0
Humberto Costa	2	0	2	3	0	0
João Capiberibe	5	0	0	1	0	0
Jorge Viana	0	1	0	0	0	0
José Agripino	1	0	0	0	0	0
José Medeiros	2	0	0	2	0	0
José Pimentel	9	0	10	9	0	3
José Serra	6	0	1	1	1	0
Lasier Martins	1	0	0	0	0	0
Lídice da Mata	3	0	0	1	0	0
Lindbergh Farias	1	0	0	1	0	0

USO DA PALAVRA						
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Pela Ordem	Questão de Ordem
Lúcia Vânia	1	0	0	0	0	0
Magno Malta	8	0	2	1	0	0
Marcelo Crivella	1	0	1	1	0	0
Marta Suplicy	1	0	1	1	0	0
Omar Aziz	3	0	0	0	1	0
Otto Alencar	1	0	0	1	0	0
Paulo Bauer	1	0	0	1	0	0
Paulo Paim	3	0	0	0	0	0
Raimundo Lira	1	0	0	0	0	0
Randolfe Rodrigues	10	0	1	4	1	1
Reguffe	1	0	0	0	0	0
Renan Calheiros	2	0	0	0	0	0
Ricardo Ferraço	0	0	1	0	0	0
Romero Jucá	2	0	0	1	1	0
Ronaldo Caiado	15	0	3	5	2	5
Simone Tebet	1	1	0	0	0	0
Telmário Mota	5	0	1	1	0	0
Valdir Raupp	1	0	0	0	1	0
Vanessa Grazziotin	9	0	1	1	0	0
Waldemir Moka	3	0	0	0	0	0
Walter Pinheiro	2	0	0	1	1	0
Wellington Fagundes	5	0	0	0	0	0

B.2 – Deputados

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA	
Deputado(a)	Total
Beto Mansur	2
Carlos Manato	1
Edinho Bez	1
Luciana Santos	1
Odorico Monteiro	1
Osmar Serraglio	1
Waldir Maranhão	14

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS		
Deputado(a)	Projeto de Resolução	Requerimento
Betinho Gomes	1	0
Lobbe Neto	1	0
Paes Landim	0	1
Ricardo Barros	0	1

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Explicação Pessoal	Pela Ordem	Questão de Ordem
Abel Mesquita Jr.	1	0	0	0	0	0	0
Aelton Freitas	0	0	0	1	0	0	0
Afonso Florence	2	0	3	1	0	1	0
Afonso Hamm	2	0	0	1	0	0	0
Afonso Motta	7	0	0	0	0	0	0
Alan Rick	1	0	0	1	0	0	0
Alberto Fraga	13	0	0	0	0	0	0
Alceu Moreira	1	0	0	0	0	0	0
Alessandro Molon	3	1	0	1	0	0	0
Alexandre Leite	0	0	0	2	0	0	0
Alex Manente	0	0	0	3	0	0	0
Alfredo Kaefer	4	0	0	0	0	0	0
Alice Portugal	1	0	0	0	0	0	0
Aliel Machado	5	0	0	2	0	0	0
André Figueiredo	1	0	0	5	0	0	0
Andre Moura	1	0	0	1	0	0	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Explicação Pessoal	Pela Ordem	Questão de Ordem
Antonio Imbassahy	1	0	0	0	0	0	0
Arlindo Chinaglia	1	0	0	0	0	0	0
Arnaldo Faria de Sá	12	0	3	4	0	1	4
Arnaldo Jardim	1	0	0	0	0	0	0
Arnaldo Jordy	2	0	0	0	0	0	0
Arthur Oliveira Maia	1	1	0	1	0	1	0
Arthur Virgílio Bisneto	1	0	0	0	0	0	0
Assis Carvalho	1	0	0	0	0	0	0
Augusto Coutinho	1	0	0	1	0	0	0
Bebeto	1	0	0	2	0	0	0
Benedita da Silva	3	0	0	0	0	0	0
Betinho Gomes	2	0	1	0	0	0	1
Bilac Pinto	0	0	0	1	0	0	0
Bohn Gass	2	0	0	0	0	0	0
Bruno Araújo	4	0	1	1	0	0	0
Bruno Covas	0	0	0	0	0	0	1
Cabo Daciolo	1	0	0	0	0	0	0
Cabo Sabino	1	0	0	0	0	0	0
Caetano	1	0	0	0	0	0	0
Caio Narcio	6	0	4	1	0	0	1
Carlos Gomes	0	0	0	1	0	0	0
Carlos Henrique Gaguim	0	0	0	0	0	1	0
Carlos Manato	1	0	0	0	0	0	0
Carlos Sampaio	0	1	0	0	0	0	0
Carlos Zarattini	2	1	1	0	0	1	0
Carmen Zanotto	1	0	1	3	0	0	0
Celso Maldaner	3	0	0	0	0	0	0
Celso Russomanno	2	0	0	2	0	0	0
Chico Alencar	10	1	0	4	0	0	0
Clarissa Garotinho	0	0	1	1	0	0	1
Claudio Cajado	8	0	0	0	0	1	1
Cristiane Brasil	1	0	0	0	0	0	0
Dâmina Pereira	1	0	0	0	0	0	0
Daniel Coelho	4	0	0	2	0	0	0
Danilo Forte	17	0	1	2	0	3	4
Darcísio Perondi	1	0	0	0	0	0	0



USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Explicação Pessoal	Pela Ordem	Questão de Ordem
Davidson Magalhães	6	0	0	1	0	0	0
Delegado Edson Moreira	4	0	1	1	0	0	0
Domingos Neto	2	0	0	4	0	0	0
Domingos Sávio	23	0	5	2	0	4	0
Dr. Sinval Malheiros	1	0	0	0	0	0	0
Edinho Bez	4	0	0	0	0	0	0
Edmar Arruda	2	0	0	3	0	0	0
Edmilson Rodrigues	13	0	4	2	0	0	0
Eduardo Cunha	2	0	0	0	0	0	0
Eduardo da Fonte	0	0	0	1	0	0	0
Efraim Filho	3	1	0	1	0	0	0
Eliziane Gama	1	0	0	0	0	0	0
Elmar Nascimento	0	0	0	1	0	0	0
Enio Verri	0	0	0	1	0	0	0
Erika Kokay	1	0	0	0	0	1	0
Esperidião Amin	8	0	1	2	0	2	0
Evair de Melo	5	0	0	2	0	0	0
Evandro Gussi	2	0	0	2	0	0	0
Expedito Netto	4	0	0	0	0	0	0
Fabio Garcia	2	0	0	0	0	0	0
Fábio Mitidieri	0	0	0	1	0	0	0
Fábio Sousa	1	0	0	1	0	0	0
Felipe Bornier	0	0	1	0	0	0	0
Felipe Maia	2	1	0	0	0	0	1
Fernando Coelho Filho	4	0	0	4	0	0	0
Fernando Francischini	3	0	0	1	0	0	0
Gilberto Nascimento	1	0	0	0	0	0	0
Givaldo Vieira	1	0	0	0	0	0	0
Glauber Braga	2	0	0	3	0	0	0
Gorete Pereira	1	0	0	1	0	0	0
Heitor Schuch	1	0	0	0	0	0	0
Henrique Fontana	7	0	1	0	0	0	0
Heráclito Fortes	10	0	1	3	0	1	0
Herculano Passos	0	0	0	1	0	0	0
Hildo Rocha	4	0	0	0	0	0	1
Hissa Abrahão	1	0	0	0	0	0	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Explicação Pessoal	Pela Ordem	Questão de Ordem
Hugo Leal	2	0	1	0	0	0	0
Hugo Motta	4	1	0	1	0	0	0
Ivan Valente	8	0	4	4	0	0	0
Izalci	4	0	2	1	0	1	0
Jair Bolsonaro	1	0	0	0	0	1	0
Jandira Feghali	16	1	1	3	0	3	0
Janete Capiberibe	1	0	0	0	0	0	0
Jarbas Vasconcelos	2	0	0	0	0	0	0
Jhc	1	0	0	0	0	0	0
João Campos	1	0	0	0	0	0	0
João Castelo	1	0	0	0	0	0	0
João Daniel	3	0	0	0	0	0	0
João Rodrigues	0	0	0	0	0	1	0
Joaquim Passarinho	1	0	0	1	0	0	0
Jô Moraes	3	0	0	0	0	0	0
José Airton Cirilo	4	0	0	1	0	0	0
José Carlos Aleluia	5	0	1	1	0	0	1
José Guimarães	17	0	5	7	0	1	2
José Rocha	0	0	0	2	0	0	0
Josi Nunes	1	0	0	0	0	0	0
Júlio Cesar	3	0	0	1	0	0	0
Júlio Delgado	0	0	0	1	0	0	0
Julio Lopes	0	0	1	1	0	0	0
Laerte Bessa	2	0	0	0	0	0	0
Laudívio Carvalho	3	0	0	0	0	0	0
Laura Carneiro	3	0	0	0	0	0	0
Lelo Coimbra	1	0	0	0	0	0	0
Leonardo Picciani	2	0	1	4	0	0	1
Lincoln Portela	1	0	0	0	0	0	0
Luciana Santos	0	0	0	1	0	0	0
Luis Carlos Heinze	7	0	1	1	0	0	0
Luiz Carlos Hauly	11	0	4	0	0	1	1
Luizianne Lins	1	0	0	0	0	0	0
Luiz Lauro Filho	1	0	0	0	0	0	0
Major Olímpio	3	0	1	0	0	2	0
Mandetta	0	0	0	2	0	0	0



USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Explicação Pessoal	Pela Ordem	Questão de Ordem
Mara Gabrilli	2	0	1	0	0	0	0
Marcelo Aro	1	0	1	1	0	0	0
Marcon	2	0	0	0	0	0	0
Marcondes Gadelha	2	0	0	0	0	0	0
Marcos Abrão	0	0	0	1	0	0	0
Marcos Montes	2	0	0	1	0	0	0
Marcus Pestana	2	0	1	0	0	0	1
Maria do Rosário	4	0	0	0	0	0	0
Mariana Carvalho	1	0	0	0	0	0	0
Maurício Quintella Lessa	5	0	0	3	0	0	0
Mauro Pereira	5	0	1	1	0	1	0
Max Filho	0	0	2	0	0	0	0
Mendonça Filho	19	3	2	6	0	1	3
Miguel Lombardi	0	0	0	0	0	1	0
Milton Monti	1	0	1	1	0	0	0
Miro Teixeira	7	0	1	0	0	0	0
Missionário José Olímpio	1	0	0	0	0	0	0
Moema Gramacho	2	0	0	0	0	0	0
Moroni Torgan	13	0	2	1	1	0	1
Newton Cardoso Jr	2	1	0	1	0	0	0
Nilson Leitão	19	1	0	7	0	0	0
Odorico Monteiro	1	0	0	0	0	0	0
Onyx Lorenzoni	5	0	0	0	0	0	1
Orlando Silva	2	0	0	0	0	0	0
Osmar Serraglio	1	0	0	0	0	0	0
Osmar Terra	3	0	0	1	0	0	0
Otavio Leite	2	0	0	0	0	0	0
Paes Landim	1	0	0	0	0	0	0
Pastor Eurico	1	0	0	0	0	0	0
Pauderney Avelino	23	5	3	10	0	1	5
Paulo Foletto	2	0	0	0	0	0	0
Paulo Henrique Lustosa	1	0	0	0	0	0	0
Paulo Pereira da Silva	1	0	0	0	0	0	0
Paulo Pimenta	0	0	0	1	0	0	2
Paulo Teixeira	3	0	0	0	0	0	1
Pedro Fernandes	0	0	0	0	0	1	1

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Explicação Pessoal	Pela Ordem	Questão de Ordem
Pedro Uczai	1	0	0	0	0	0	0
Pepe Vargas	2	0	0	0	0	0	0
Pompeo de Mattos	15	1	3	1	0	0	0
Pr. Marco Feliciano	1	0	0	0	0	0	0
Professora Dorinha Seabra Rezende	2	0	0	0	0	0	0
Professor Victório Galli	1	0	0	0	0	0	0
Raimundo Gomes de Matos	3	0	0	0	0	0	0
Raquel Muniz	2	0	0	0	0	0	0
Raul Jungmann	5	0	1	1	0	0	1
Renato Molling	1	0	0	0	0	0	0
Ricardo Barros	7	0	0	3	0	0	0
Roberto Freire	4	0	0	0	0	0	1
Rocha	9	0	3	0	0	0	0
Rodrigo de Castro	1	0	0	0	0	0	0
Rodrigo Maia	4	0	0	0	0	0	1
Rogério Marinho	3	0	1	1	0	0	0
Rogério Rosso	1	0	0	4	0	0	0
Ronaldo Fonseca	1	0	0	0	0	0	0
Ronaldo Lessa	2	0	0	0	0	0	0
Ronaldo Nogueira	4	0	0	1	0	0	0
Rosângela Gomes	0	0	0	2	0	0	0
Rubens Bueno	19	4	1	5	0	2	1
Rubens Pereira Júnior	0	0	0	2	0	0	0
Samuel Moreira	4	0	1	0	0	0	0
Sandro Alex	3	0	0	0	0	0	0
Sarney Filho	0	0	0	3	0	0	0
Shéridan	1	0	0	0	0	0	0
Sibá Machado	10	0	0	7	0	0	0
Silas Câmara	1	0	0	0	0	1	0
Silvio Costa	7	0	3	5	0	0	2
Silvio Torres	0	0	1	0	0	0	0
Simão Sessim	2	0	0	0	0	0	0
Soraya Santos	1	0	0	1	0	0	0
Sóstenes Cavalcante	2	0	0	0	0	0	0
Subtenente Gonzaga	0	0	1	0	0	0	0



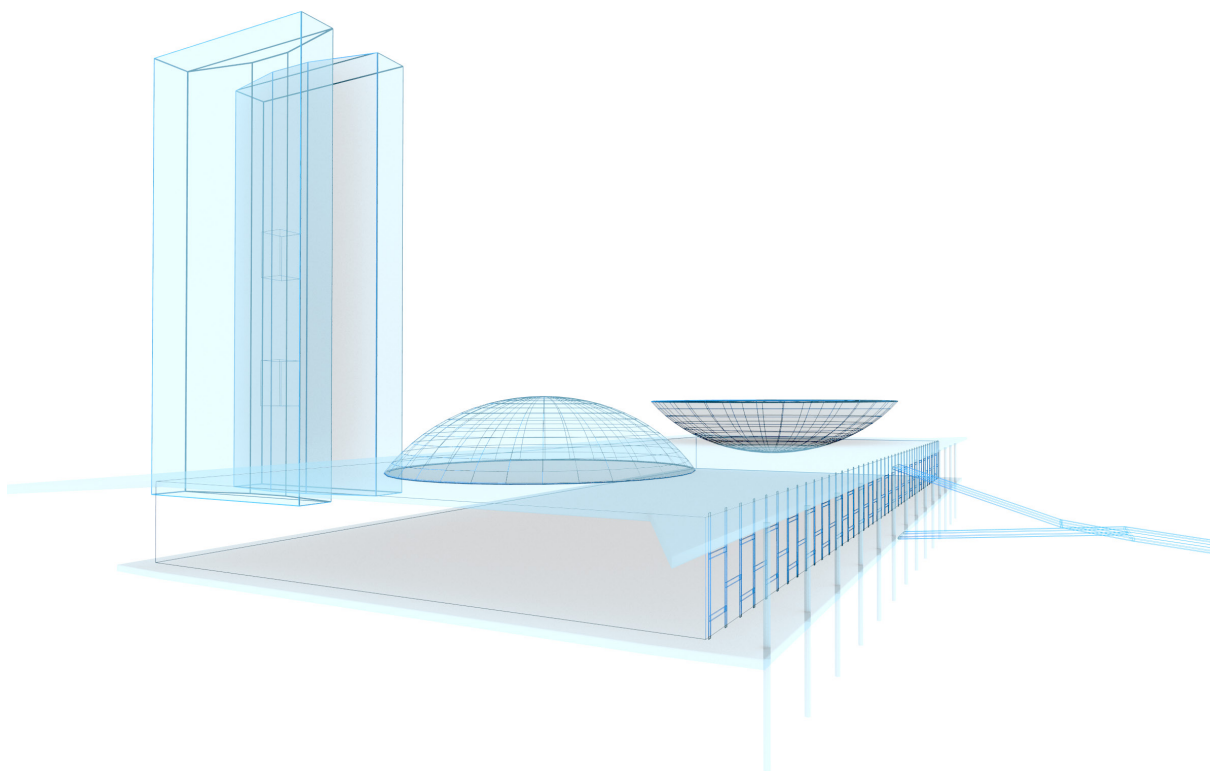
USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Explicação Pessoal	Pela Ordem	Questão de Ordem
Takayama	1	0	0	0	0	0	0
Toninho Pinheiro	2	0	0	0	0	0	0
Valdir Colatto	3	0	0	1	0	0	0
Valmir Assunção	2	0	0	0	0	0	0
Vanderlei Macris	8	0	1	2	0	0	0
Vicente Candido	0	0	0	1	0	0	0
Vicentinho	1	0	0	0	0	0	0
Victor Mendes	1	0	0	0	0	0	0
Vinicius Carvalho	2	0	0	1	0	0	0
Vitor Valim	2	0	0	0	0	0	0
Wadih Damous	2	0	0	0	0	0	0
Wadson Ribeiro	1	0	1	0	0	0	0
Waldir Maranhão	6	0	0	0	0	0	0
William Woo	1	0	0	0	0	0	0
Wilson Filho	3	0	0	0	0	0	0
Zeca Dirceu	1	0	0	0	0	0	0
Zé Geraldo	5	0	1	0	0	0	0
Zé Silva	2	0	0	2	0	0	0

Conteúdo da participação dos Congressistas:



RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

c - COMISSÕES MISTAS



Introdução

As comissões mistas são órgãos colegiados do Congresso Nacional que representam proporcionalmente as forças políticas eleitas para o Legislativo Federal. São mistas pois, necessariamente, são compostas por representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Sua multiplicidade visa a dar celeridade e especialização na análise das matérias de competência do Congresso Nacional.

A organização do trabalho das comissões mistas tem previsão geral no Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN), do art. 9º ao art. 21, e nas resoluções do Congresso Nacional específicas que as criaram. Por exemplo, como regra geral, as comissões mistas devem ter 11 deputados e 11 senadores (RCCN, art. 10), mas a comissão mista de orçamento é composta de 30 deputados e 10 senadores (Resolução nº 1/2006-CN, art. 5º).

c.1 - Comissões Mistas Permanentes

As comissões mistas permanentes são também denominadas comissões temáticas. Como o nome sugere, elas são perenes, seu funcionamento perdura por legislaturas.

Com reuniões realizadas em 2015

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – **CMO**

Tem competência para, entre outras atribuições, emitir parecer e deliberar sobre projetos de lei orçamentários, sobre as contas anualmente apresentadas pelo Presidente da República, bem como sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal, e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal. (Resolução nº 1, de 2006-CN)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – **CMMC**

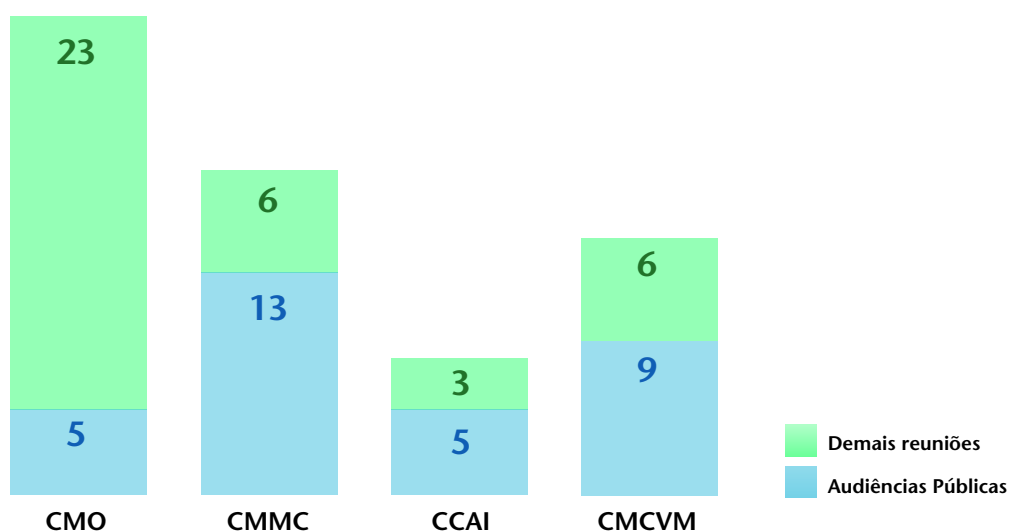
Destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, em especial sobre sustentabilidade da matriz elétrica; consumo de combustíveis fósseis e renováveis; ocupação ordenada do solo; gerenciamento adequado de resíduos sólidos; emissões de gases de efeito estufa por atividades industriais, agropecuárias e do setor de serviços; entre outros assuntos correlatos. (Resolução nº 4/2008-CN)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – **CCAI**

Tem por principal objetivo a fiscalização e o controle das atividades de inteligência e contrainteligência e de salvaguarda de informações sigilosas realizadas no Brasil ou no exterior por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a fim de assegurar que tais atividades sejam realizadas em conformidade com a Constituição Federal e com as normas constantes no ordenamento jurídico nacional. (Resolução nº 2, de 2013-CN)

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM

Compete à Comissão, entre outras atribuições, diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; promover o intercâmbio com entidades internacionais com vistas ao conhecimento de legislações, políticas e ações pertinentes ao objeto da Comissão. (Resolução nº 1, de 2014-CN)

Estatísticas**Previstas (aguardando designação/instalação)****Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA**

Cabe a esta comissão representar o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), exercendo os direitos e cumprindo os deveres inerentes a sua participação nesta organização. (Resolução nº 2, de 2007-CN)

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – **CMCPLP**

Cabe a esta Comissão, entre outras atribuições, apreciar e emitir parecer aos tratados, acordos, atos internacionais e a todas as matérias de interesse da CPLP que venham a ser submetidos ao Congresso Nacional. (Resolução nº 2, de 2014-CN)

c.2 - **Comissões Mistas Temporárias**

As comissões mistas temporárias são criadas para examinar matéria específica e se extinguem por decurso de tempo ou por alcançar o objetivo pelo qual foram constituídas. Seus atos de criação devem estipular o escopo do trabalho, sua composição e o período de funcionamento. As lideranças das duas Casas indicam os senadores e deputados que as integrarão.

Além disso, várias hipóteses no texto constitucional ensejam a constituição de comissões mistas temporárias: análise de medidas provisórias (art. 62, §9º), comissões parlamentares mistas de inquérito (art. 58, §3º), comissões representativas do Congresso Nacional (art. 58, §4º) e análise de leis delegadas (CF, art. 68 e RCCN, art. 124).

c.2.1 - **Comissões Especiais**

As comissões especiais são criadas por iniciativa de qualquer parlamentar mediante requerimento. Nele devem constar a finalidade, o número de integrantes e o prazo dentro do qual ela deverá realizar seu trabalho. As comissões especiais criadas por determinação constitucional poderão ter membros suplentes, em número não superior à metade de sua composição (RCCN, art. 10-B).

Normas gerais de funcionamento das comissões especiais foram estabelecidas pela Presidência do Congresso Nacional na sessão conjunta de 11/12/1991 (DCN de 12/12/1991, p. 4505).

Em 2015 funcionaram no Congresso Nacional as seguintes comissões especiais:

Consolidação da Legislação Federal - **CMCLF**

Constituída por sete senadores e sete deputados, esta comissão mista foi criada para, dentro de 240 dias, a contar de 4 de março de 2015, data de sua criação, apresentar projetos de lei que consolidem, regulamentem e modernizem diversos dispositivos e diplomas legais e constitucionais não regulamentados até hoje. (ATN nº 1, de 2015)

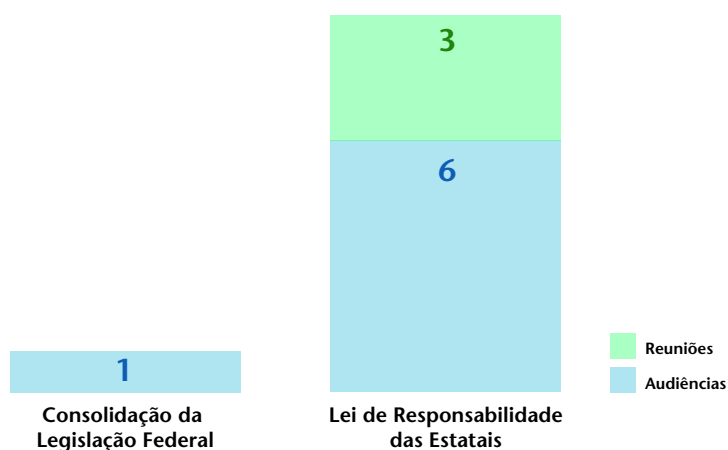
Responsabilidade das Estatais - **CMLRE**

Composta por dez membros, sendo cinco senadores e cinco deputados, esta Comissão foi criada em 1º de junho de 2015 com o escopo de apresentar, até 21 de agosto de 2015, um projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais, que fixe normas e procedimentos de transparência, eficiência, governança e boa gestão nas empresas públicas e sociedades de economia mista. Conforme consta em seu ato de criação, e alterações posteriores, o Presidente e o Vice desta comissão são senadores e o Relator é um deputado.

O resultado do trabalho da comissão é o PLS 555/2015 que, em consonância com o artigo 142 do Regimento Comum, teve sua tramitação iniciada no Senado. (ATN nº 3, de 2015)

Estatísticas

Reuniões e Audiências Públicas das Comissões Mistas Temporárias



c.2.2 - Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

São comissões temporárias de natureza investigatória criadas no âmbito do Congresso Nacional. Para sua criação, são necessários cumulativamente três requisitos: indicação de fato determinado, definição de prazo certo para conclusão de seus trabalhos e subscrição de um terço dos membros tanto do Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados (CF art. 58, §3º). Por conta da autonomia entre as Casas do Legislativo Federal, pode-se criar uma CPMI independentemente de já haver CPI instaurada no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados para investigar o mesmo fato.

O requerimento de criação deve indicar o número de componentes, com igual participação de deputados e senadores. Deve ser respeitada ainda, em ambas as representações, a proporcionalidade partidária (RCCN, art. 21).

Na sessão legislativa de 2015, não foi criada comissão parlamentar mista de inquérito.

c.2.3 - Comissão Representativa do Congresso Nacional

Na última sessão ordinária de cada um dos períodos legislativos, é designada uma comissão cujo mandato coincide com o período do recesso parlamentar. A primeira comissão terá exercício no recesso parlamentar de 18 e 31 de julho, e a segunda, no recesso de 23 de dezembro a 1º de fevereiro. (CF art. 58, §4º e Resolução nº 3/1990-CN)

É composta por oito senadores e dezessete deputados (RCN 3/1990, art. 2º c/c RCN 2/2000) e igual número de suplentes. Compete-lhe zelar pelas prerrogativas e pela preservação da competência legislativa do Parlamento, autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, entre outras atribuições.

Em conformidade com o disposto no art. 57, §2º da Constituição Federal, não houve recesso parlamentar após o primeiro período da atual sessão legislativa, e conseqüentemente não foi instalada a comissão representativa nessa ocasião.

c.2.4 - Comissões Mistas de Medidas Provisórias

Na data da publicação de uma medida provisória no Diário Oficial da União, ela deve ser imediatamente encaminhada ao Congresso Nacional, para que este constitua uma comissão mista temporária, constituída por 12 Senadores e 12 Deputados e igual número de suplentes, no prazo de 48 horas, ressalvada a competência de a CMO emitir parecer sobre as Medidas Provisórias que instituem créditos extraordinários à lei orçamentária anual.

A comissão terá o prazo improrrogável de 14 dias, contados da publicação da medida provisória, para emitir parecer sobre os aspectos constitucionais, inclusive de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária, e sobre o envio tempestivo, pela Presidência da República, da Mensagem e da motivação da Medida Provisória (CF, art. 62 e RCN nº1/2002).

c.2.5- Comissões Mistas de Vetos

O veto é ato exclusivo do Presidente da República por entender que o projeto de lei é inconstitucional ou contrário ao interesse público (CF, art. 66).

Neste ano, a Resolução nº 1/2015-CN alterou o procedimento de apreciação de vetos. Ela revogou o art. 104, §2º e o art. 105 do Regimento Comum do Congresso Nacional, que tratavam da constituição das comissões mistas para análise de vetos. Por conta disso, não há mais previsão de tais comissões.

**Composições inicial e final e mapas de reuniões das
Comissões Mistas Permanentes:**

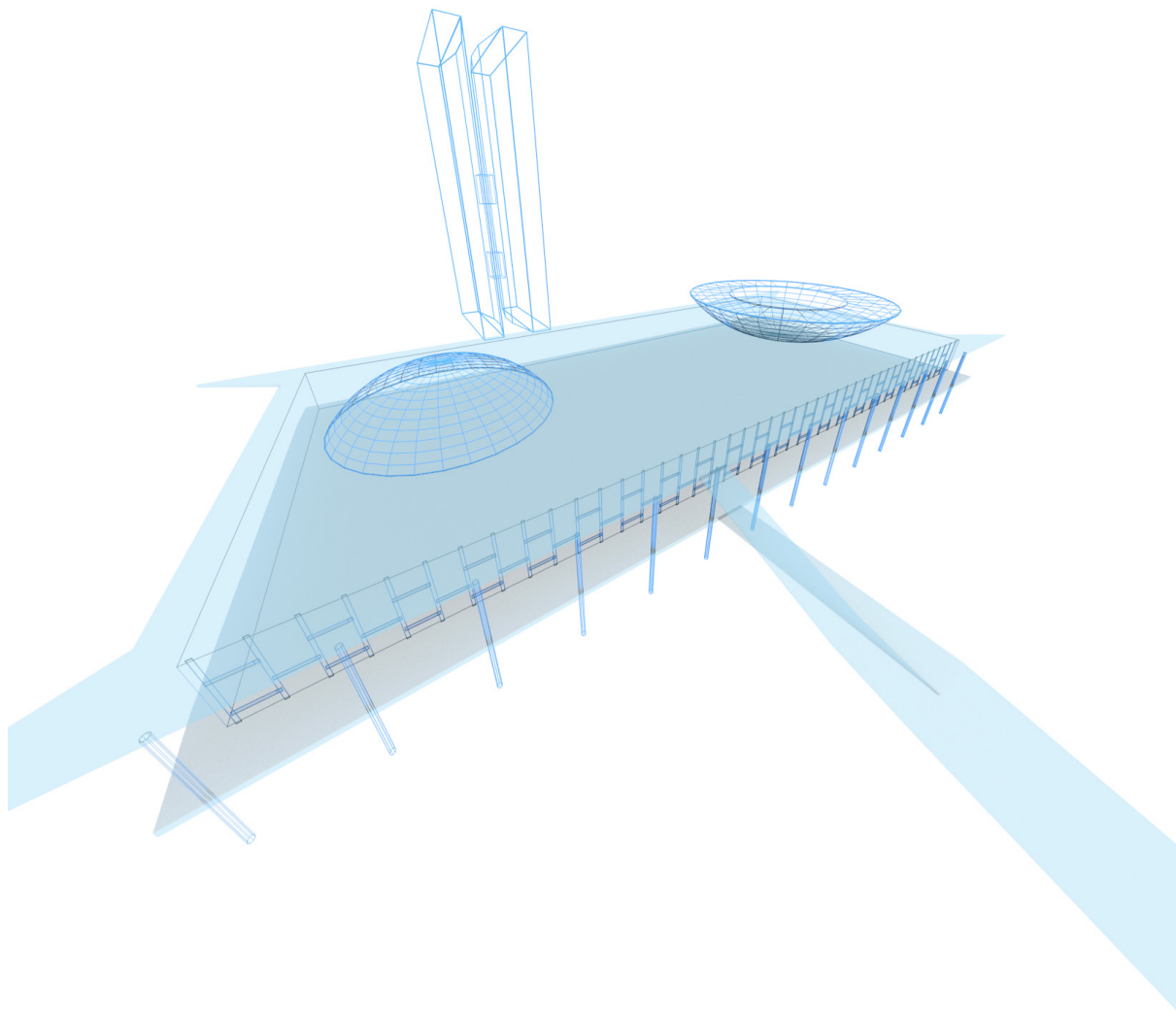


**Composições inicial e final e mapas de reuniões das
Comissões Mistas Temporárias:**



RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

D - ÓRGÃOS



Introdução

O Congresso Nacional, de forma análoga ao Senado Federal, conta com Conselhos e Órgãos que auxiliam na execução de suas competências constitucionais e legais, podendo ser de caráter representativo, de caráter consultivo ou de premiação, como reconhecimento do parlamento brasileiro a pessoas e obras de relevante contribuição aos interesses nacionais.

D.1 - Órgão de Caráter Representativo

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - RBP MER

Ato de criação: Resoluções nº 1, de 2011, e nº 2, de 2015 - CN

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, composta por 37 membros - 27 Deputados Federais e 10 Senadores - tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul. Compete-lhe, entre outras atribuições: apreciar e emitir parecer sobre todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, examinar anteprojetos encaminhados pelo Parlamento do Mercosul e participar de projetos resultantes de acordos de cooperação com organismos internacionais celebrados pelo Parlamento do Mercosul.

D.2 - Órgão de Caráter Consultivo

Conselho de Comunicação Social - CCS

Ato de criação: Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991

É composto por representantes das empresas de mídia (rádio, tv e jornais), dos jornalistas, radialistas e artistas, entre outros, e possui a atribuição de realizar estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional, em especial sobre liberdade de expressão, diversão e espetáculos públicos, promoção da cultura nacional e regional, monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação, entre outros assuntos correlatos.

O Conselho de Comunicação Social possui as seguintes comissões temáticas ativas:

CCSCTCMC - Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação

CCSCTLEPS - Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social

CCSCTPL - Comissão Temática de Projetos Legislativos

CCSCTPP - Comissão Temática de Publicidade e Propaganda

CCSCTTIC - Comissão Temática de Tecnologia de Informação e Comunicação

D.3 - Órgãos de Premiações

Conselho da Ordem do Congresso Nacional - COCN

Ato de criação: Decreto nº 70, de 1972

A Ordem do Congresso Nacional condecora pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que se tenham tornado dignas do especial reconhecimento do Poder Legislativo do Brasil. O homenageado pode receber a Ordem do Congresso em seis classes diferentes: Grande-Colar, Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro.

GRÃO-MESTRE: Presidente do Senado Federal

CHANCELER: Presidente da Câmara dos Deputados

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro - DMEDR

Ato de criação: Resolução nº 2, de 1999 - CN

O Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro é entregue pelo Congresso Nacional a pessoas ou instituições que tenham oferecido contribuição relevante para a causa da educação brasileira.

O prêmio é entregue anualmente em sessão do Congresso Nacional especialmente convocada para este fim no dia do aniversário de Darcy Ribeiro, 26 de outubro.

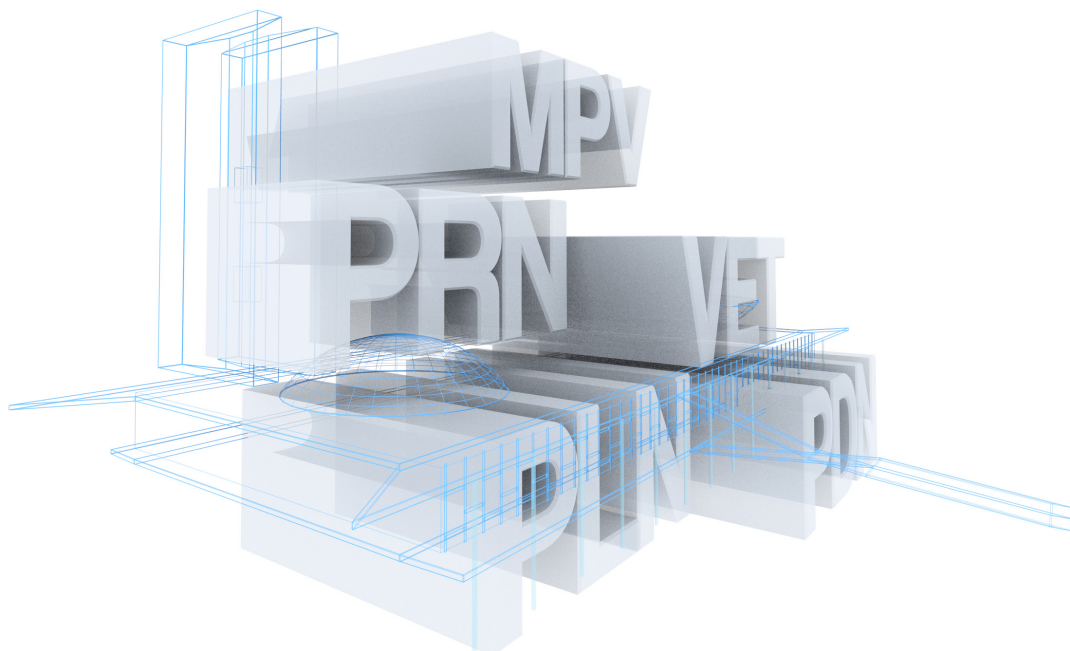
Ainda não houve instalação e portanto nenhuma edição ocorreu até o momento.

Composições inicial e final e mapas de
reuniões dos Órgãos:



RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

E - MATÉRIAS LEGISLATIVAS



Introdução

Conforme descrito na parte I deste Relatório, as matérias legislativas são a essência do Processo Legislativo. Assim como ocorre no âmbito do Senado Federal (e na Câmara dos Deputados, onde muitas delas são sujeitas a deliberação no procedimento bicameral), o mesmo ocorre no Congresso Nacional. Ressalta-se que esse órgão compõe-se dos parlamentares de ambas as Casas, tendo como principais matérias legislativas os Projetos de Lei, as Medidas Provisórias, os Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução e os Vetos presidenciais.

Além destes, há várias matérias que, embora não gerem normas jurídicas, auxiliam o Processo Legislativo e fundamentam, como um todo, a atividade parlamentar dos senadores e deputados no exercício de suas funções constitucionais e regimentais. Nesse grupo, merecem destaque os Requerimentos, as Mensagens, os Ofícios e os Avisos.

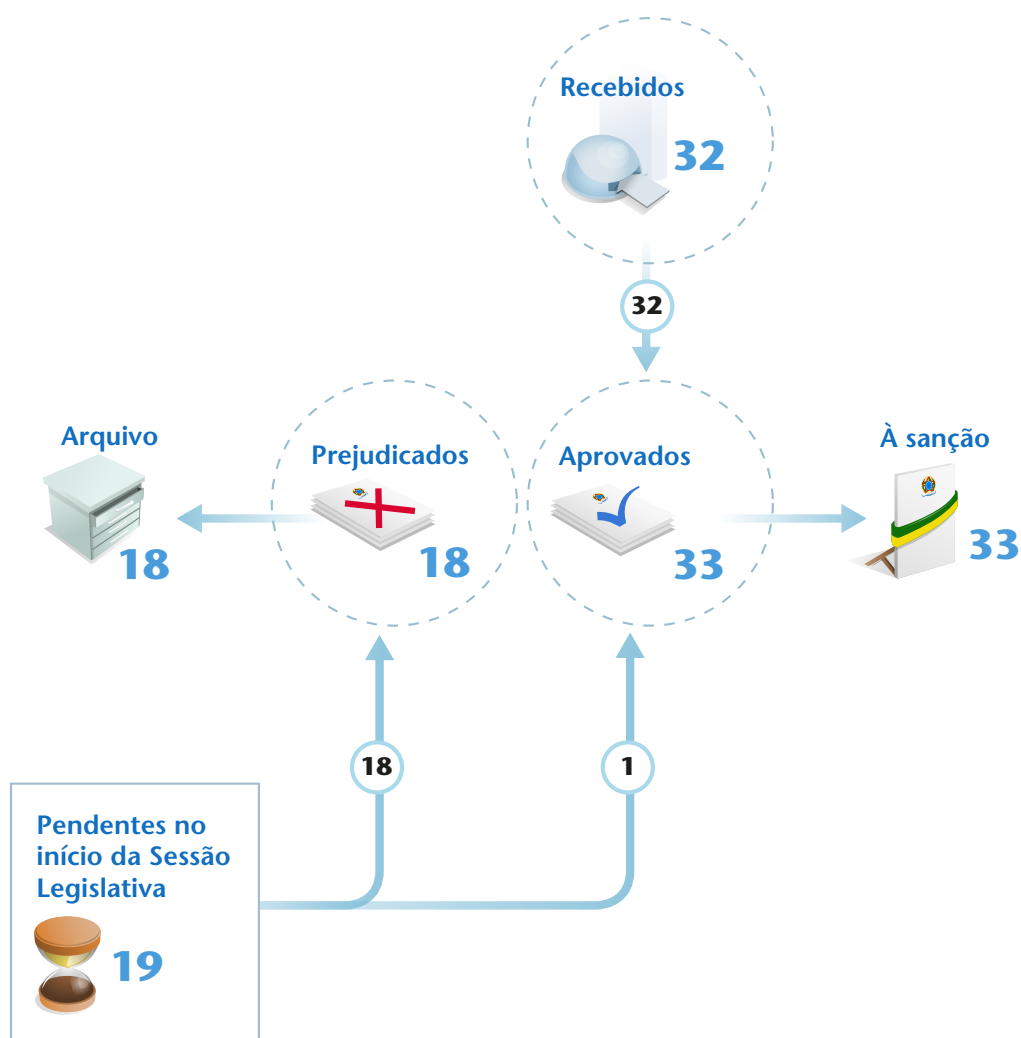
Quadro Geral de Matérias

DECISÃO	MATÉRIA						TOTAL
	PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL	MEDIDA PROVISÓRIA	VETO	REQUERIMENTO	
Aprovada pelo Plenário	33	0	3	0	0	3	39
Aprovada por Comissão em decisão terminativa	0	2	0	0	0	0	2
Mantida	0	0	0	0	55	0	55
Mantida parcialmente	0	0	0	0	1	0	1
Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	0	0	0	5	0	0	5
Prejudicada	18	1	4	0	19	24	66
Recebida	0	0	0	0	0	106	106
Rejeitada pelo Plenário	0	0	0	0	1	1	2
Retirada pelo autor	0	0	0	0	0	13	13
Revogada	0	0	0	1	0	0	1
Sem eficácia (art. 48, II e XI, do RISF)	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL	51	3	7	7	76	147	291

E.1 – Projetos e Medidas Provisórias

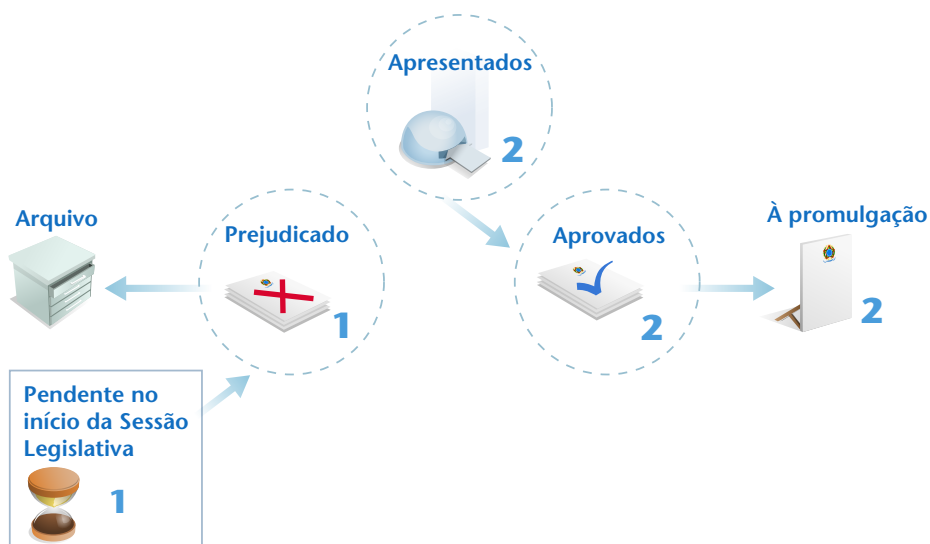
Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN)

São proposições de iniciativa do Presidente da República destinadas à matéria orçamentária como, por exemplo, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (CF, art 166, caput c/c RCCN, art. 102).



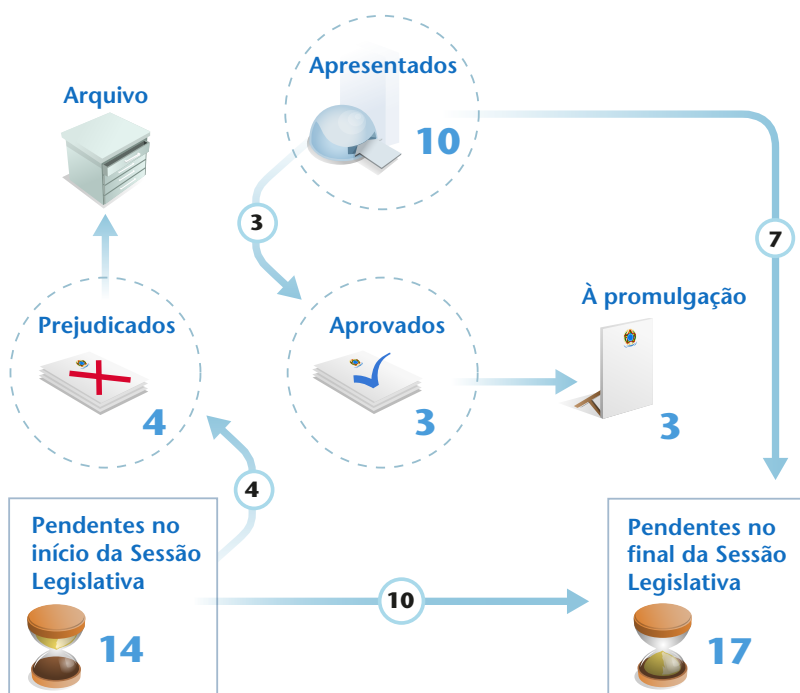
Projetos de Decreto Legislativo (PDN)

Resultam em atos legislativos acerca de questões de competência do Congresso Nacional, a respeito de informações relativas à fiscalização de obras e serviços (RCN nº 1, de 2006, arts. 124, I e 125).



Projetos de Resolução do Congresso Nacional (PRN)

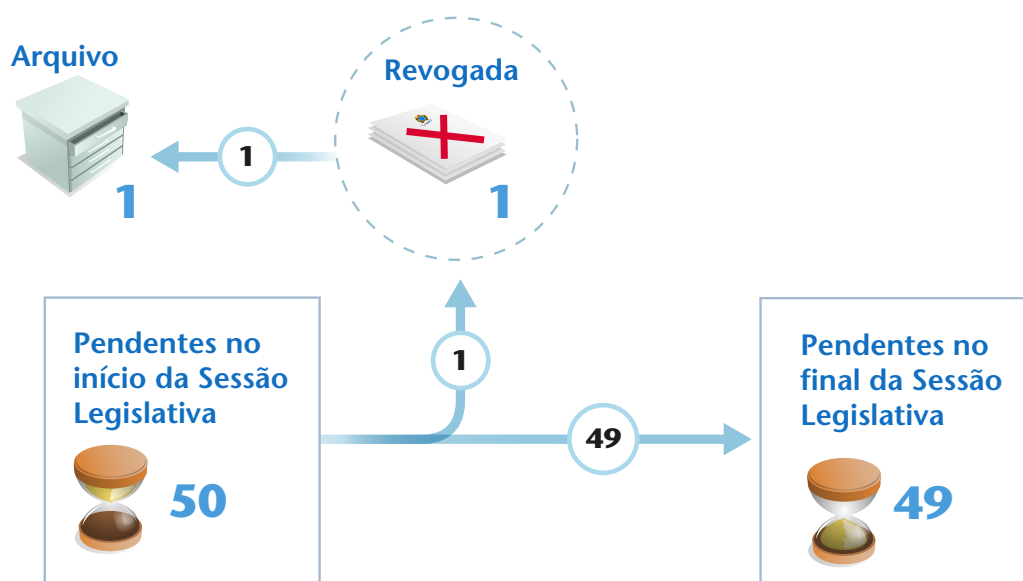
São proposições que, quando aprovadas, veiculam normas que disciplinam questões da competência privativa do Congresso Nacional, como as alterações do Regimento Comum e resoluções conexas (RCCN, art. 128, §1º).



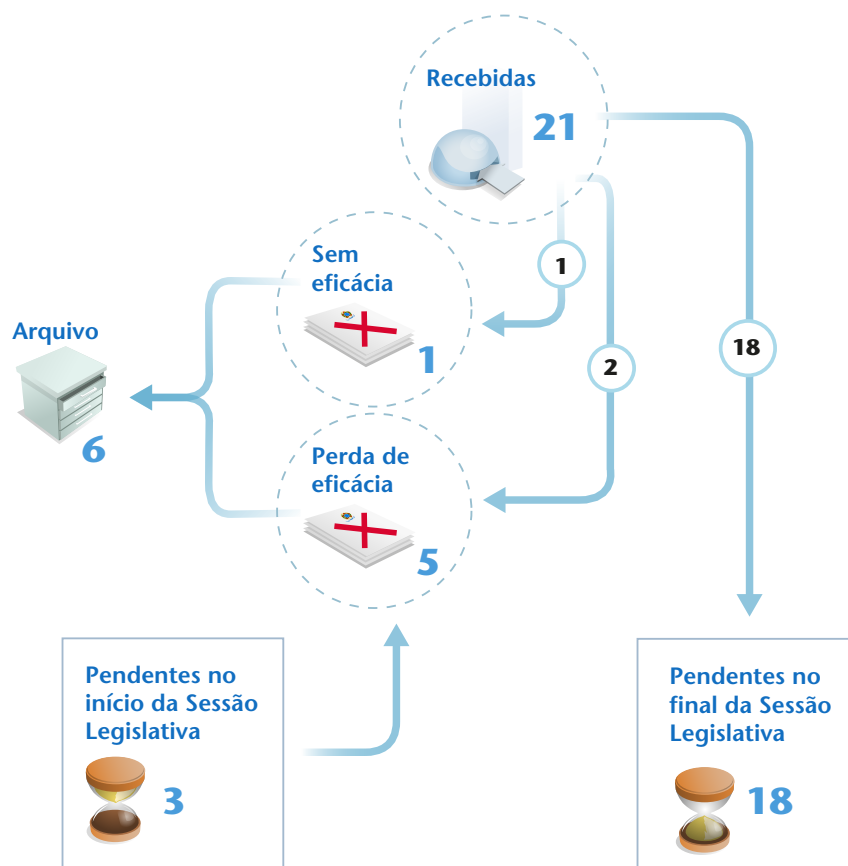
Medidas Provisórias (MPV)

Já descritas no item H da parte I deste Relatório. Convém ressaltar que, no Congresso Nacional, encontram-se as MPV editadas em data anterior à publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, e as posteriores à Emenda Constitucional que não iniciaram sua tramitação no Senado Federal até o dia 22/12/2015, seja por terem perdido eficácia em virtude do término do prazo para a sua votação ou por ainda estarem tramitando no âmbito da Câmara dos Deputados ou da Comissão Mista respectiva.

MPVs anteriores à EMC 32/2001



MPVs posteriores à EMC 32/2001



E.2 – Vetos e demais Matérias Legislativas

Vetos (VET)

O Presidente da República, ao discordar de projeto de lei aprovado pelo Legislativo Federal, pode vetá-lo total ou parcialmente – por julgá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público. O veto é posteriormente submetido à deliberação do CN em sessão conjunta (CF, art. 66, §1º, primeira parte).

Pendentes no início da Sessão Legislativa	234
Recebidos	64
Mantidos	55
Mantido parcialmente	1
Rejeitado pelo Plenário	1
Prejudicados	19
Total Apreciados	76
Pendentes no final da Sessão Legislativa	222

Requerimentos (RQN)

São matérias de iniciativa de Senadores ou Deputados utilizadas para diversos fins específicos, como, por exemplo, o encerramento de discussão de determinada matéria ou a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito.

Pendentes no início da Sessão Legislativa	4
Apresentados	143
Aprovado pelo Plenário	3
Recebidos (independem de deliberação)	106
Rejeitado pelo Plenário	1
Retirados pelo autor	13
Prejudicados	24
Total Apreciados	147
Pendentes no final da Sessão Legislativa	0

Avisos (AVN), Mensagens (MCN/MSG) e Ofícios (OFN)

São matérias originadas em órgãos externos ao Legislativo, submetidas ao conhecimento ou apreciação do Congresso Nacional, de acordo com sua natureza.

	AVN	MCN/MSG	OFN
Pendentes no Início da Sessão Legislativa	61	69	176
Recebidos	19	14	30
Conhecidos	62	38	136
Transformados em Projeto de Decreto Legislativo	2	0	0
Publicados	0	0	6
Prejudicados	2	0	0
Total Apreciados	66	38	142
Pendentes no final da Sessão legislativa	14	45	64

Listagem descritiva das Matérias Legislativas:



RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2015
SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL

NOTAS

Observações relativas às Matérias Legislativas

CORREÇÕES DE INFORMAÇÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DE 2014		
Matérias Legislativas	Situação publicada no RAP 2014	Situação corrigida para este Relatório
PEC 65/2005, 17, 58, 63, 68,70 e 92/2007; 8/2008, 9, 12, 20, 23 e 35/2009	Tramitando	Arquivada ao final da Legislatura
PLS 598/2007	Tramitando	Prejudicada
PLS 400/2008	Tramitando	Arquivada ao final da Legislatura (2010)
PLS 107, 108, 385 e 478/2003; 68 e 185/2004; 145/2005; 297 e 301/2006; 118, 208, 284, 285 327, 371, 374, 375, 437, 463, 465, 470, 481, 548, 581, 586, 635, 637 e 674/2007; 21, 43, 93, 301, 359 e 469/2008; 466 e 539/2009; 71, 246, 303, 326 e 333/2010; 16, 35, 269 e 524/2011; e 390/2012	Tramitando	Arquivada ao final da Legislatura
PLC 39 e 118/2007; 142/2008	Tramitando	Arquivada ao final da Legislatura
PDS 219/2001	Não constou	Tramitando
PDS 77/2007	Arquivada ao final da Legislatura	Tramitando
PRS 32, 34 e 56/2007; 96/2009	Tramitando	Arquivada ao final da Legislatura
RQS 1.608/2004	Tramitando	Tramitação encerrada
RQS 592/2006; 149/2008, 578, 579, 670, 681, 937 e 968/2010;; 1.582/2011, 801 e 828/2012; 21, 45, 117, 131, 377, 722, 1.166, 1.295, 1.385, 1.417/2013;; 115 e 727/2014	Tramitando	Prejudicado
RQS 1.152/2009	Tramitando	Deferido pela Mesa
RQS 15 a 17/213	Tramitando	Deferido pela Presidência
RQS 1.350/2013	Tramitando	Aprovado pelo Plenário
RQS 922/2014	Tramitando	Rejeitado pelo Plenário
OFS 17 e 18/2014	Tramitando	Publicado
OFS 51/2009	Decidido em ano anterior	Tramitando
PRN 1/1990	Tramitando	Arquivada ao final da Legislatura
OFN 12/2014	Tramitando	Publicado

MATÉRIAS DESARQUIVADAS EM 2015 (RISF, ART. 332, § 1º)

Tipo de matéria	Número da Matéria
PEC	24/2003; 13, 14, 22, 36, 37, 48, 49, 61, 67, 68, 70, 72, 80, 83, 98 e 104/2007; 10, 19, 36 e 45/2008; 5, 11, 12, 16, 18, 45, 50 e 52/2009; 3, 11, 18, 27, 28, 31, 33 e 34/2010; 66 e 73/2013
PLS	68, 233, 274 e 487/2003; 300/2004; 81, 182 e 420/2005; 17, 117 e 120/2006; 4, 16, 17, 47, 57, 62, 66, 68, 76, 82, 83, 84, 86, 89, 92, 94, 101, 102, 105, 129, 136, 144, 146, 147, 151, 178, 181, 182, 190, 205, 206, 210, 211, 226, 229, 230, 240, 246, 247, 261, 273, 276, 279, 280, 284, 285, 289, 299, 345, 365, 434, 444, 447, 465, 470, 495, 497, 511, 512, 513, 514, 522, 558, 565, 569, 577, 581, 584, 625, 658, 700, 721 e 722/2007; 1, 4, 9, 28, 42, 51, 94, 113, 120, 121, 170, 173, 174, 175, 176, 191, 209, 212, 214, 221, 234, 240, 257, 261, 262, 271, 273, 294, 319, 320, 321, 337, 339, 340, 376, 379, 410, 433, 455, 465, 475, 489 e 494/2008; 4, 7, 9, 29, 36, 40, 48, 65, 75, 91, 112, 124, 138, 151, 153, 177, 191, 209, 214, 219, 233, 236, 237, 238, 250, 258, 259, 265, 277, 286, 287, 311, 313, 314, 375, 388, 389, 390, 391, 392, 396, 399, 413, 429, 434, 463, 464, 466, 468, 472, 488, 494, 504, 518, 525, 532, 537, 561 e 568/2009; 2, 6, 24, 35, 46, 47, 53, 68, 69, 81, 87, 89, 93, 112, 125, 143, 146, 147, 148, 155, 158, 160, 180, 182, 184, 187, 194, 195, 201, 205, 210, 214, 221, 226, 230, 231, 237, 251, 258, 261, 263, 285, 289, 290, 294, 295, 297, 300, 308, 315 e 332/2010; 433/2011; 378/2012; 178 e 254/2013
ECD	55/2005
PLC	30/2007; 55, 83, 84, 85, 92, 107, 127 e 147/2008; 31, 85, 99, 130, 160, 169, 297 e 315/2009; 57, 69, 138, 147 e 148/2010
PDS	511/2009 e 106/2013
PRS	6, 10, 24, 30 e 84/2007; 41/2008 e 17/2009

Numerações não utilizadas: RQS 538 e 1410/2015;

Não estão disponíveis nos arquivos digitais: AVS 25/2008 e 70/2009. Estão apensados, respectivamente, aos AVS 200/2001 e 57/2009.

MATÉRIAS CITADAS PELO PRESIDENTE NO TEXTO DE APRESENTAÇÃO

Projeto aprovado	Identificação da matéria aprovada
Alteração do novo CPC	PLC 168/2015
Alteração no indexador das dívidas dos estados	PLC 99/2013; PLC 15/2015
Estatuto da Pessoa com Deficiência	PLS 6/2013; SCD 4/2015
Igualdade de condições no registro de filho no cartório entre pai e mãe	PLC 16/2013
Lei Antiterrorismo	PLC 101/2015
Lei da Biodiversidade	PLC 2/2015
Lei de Mediação	PLS 517/2011
Modernização do Código de Defesa do Consumidor	PLS 281/2012; PLS 283/2012
Pacto federativo - Obrigatoriedade da transferência dos recursos correspondentes aos encargos transferidos da União para os demais entes	PEC 128/2015
Participação dos advogados no inquérito policial	PLC 78/2015
Política Nacional de Mobilidade Urbana	RFF 9/2015
Programa de Combate ao Bullying	PLC 68/2013
Programa Nacional de Doenças Raras	PLS 530/2013
Reforma na Lei de Arbitragem	PLS 406/2013
Revisão da legislação sobre ciência e tecnologia	PEC 12/2014; PLC 77/2015
Revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente	PLS 333/2015
Utilização de depósitos judiciais pelo Executivo	PLC 15/2015

Siglas utilizadas neste Relatório

AMA	Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	CMCLP	Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Art.	Artigo referente a algum dispositivo normativo	CMCVM	Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher
ATN	Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara	CME	Conselho da Comenda do Mérito Esportivo
ATS	Ato do Presidente do Senado Federal	CMLRE	Comissão Mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais
AVN	Aviso ao Congresso Nacional	CMMC	Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas
AVS	Aviso ao Senado Federal	CMMPV	Comissão Mista Destinada a Proferir Parecer sobre Medida Provisória
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos	CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CAS	Comissão de Assuntos Sociais	COCN	Conselho da Ordem do Congresso Nacional
CCAI	Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência	CORREG	Corregedoria Parlamentar
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CCS	Conselho de Comunicação Social	CPIADJ	Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	CPIB	Comissão Parlamentar de Inquérito das Barragens
CD	Câmara dos Deputados	CPICARF	Comissão Parlamentar de Inquérito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CDBL	Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz	CPIDFDQ	Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol
CDGN	Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill	CPIDPRO	Comissão Parlamentar de Inquérito das Próteses
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	CPIFundos	Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão
CDHC	Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara	CPIHSBC	Comissão Parlamentar de Inquérito do HSBC
CDR	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CEAPF	Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo	CRCN	Comissão Representativa do Congresso Nacional
CECODELEI	Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código Eleitoral	CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CEDN	Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional	CSAN	Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento
CEDP	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	CSF	Comissão Senado do Futuro
CEPSF	Conselho de Estudos Políticos	CTAPMCMV	Comissão Temporária para Acompanhar o Programa Minha Casa Minha Vida
CERCBA	Comissão de Especialistas de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica	CTARCI	Comissão Temporária para Tratar das Agências Reguladoras Pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura
CEVEN	Comissão Externa para verificar "in loco" a situação na Venezuela	CTBHSF	Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CEVENEZ	Comissão Externa para verificar "in loco" a situação política, social e econômica da Venezuela	CTBR364	Comissão Temporária para Proceder a Diligências nas Obras de Restauração da BR-364
CF	Constituição Federal da República Federativa do Brasil promulgada em 1988	CTCONPR	Comissão Temporária para Acompanhar os Conflitos em Curitiba-PR
CI	Comissão de Serviços de Infraestrutura	CTCRSHDR	Comissão Temporária para Traçar Diagnóstico da Crise Hídrica
CJCPC	Comissão de Juristas Responsável por Analisar o PLC nº 168, de 2015	CTECA	Comissão Temporária para Avaliação da Aplicação do ECA nos Estados e Municípios
CJD	Comissão de Juristas da Desburocratização	CTG	Comissão de Transparência e Governança Pública
CJDB	Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro		
CMA	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle		
CMCLF	Comissão Mista Destinada à Consolidação da Legislação Federal		

CTGARIMPO	Comissão Temporária para Verificar "in loco" a Situação do Garimpo Irregular no Município de Pontes e Lacerda (MT)	PMA	Conselho do Prêmio Mérito Ambiental
CTPLS131	Comissão Especial para Análise do PLS nº 131, de 2015	PMB	Partido da Mulher Brasileira
CTPNB	Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
CTRCC	Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial	PP	Partido Progressista
CTREFORMA	Comissão da Reforma Política do Senado Federal	PPA	Plano Plurianual
DCD	Diário da Câmara dos Deputados	PPS	Partido Popular Socialista
DEM	Democratas	PR	Partido da República
DIV	Diversos	PRB	Partido Republicano Brasileiro
DJEM	Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes	PRN	Projeto de Resolução do Congresso Nacional
DMEDR	Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro	PROMUL	Procuradoria Especial da Mulher
DOU	Diário Oficial da União	PROPAR	Procuradoria Parlamentar
DSF	Diário do Senado Federal	PROS	Partido Republicano da Ordem Social
ECD	Emenda da Câmara a Projeto de Lei do Senado	PRS	Projeto de Resolução do Senado
EMC	Emenda à Constituição	PSB	Partido Socialista Brasileiro
FIPA	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas	PSC	Partido Social Cristão
IND	Indicação	PSD	Partido Social Democrático
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
LOA	Lei Orçamentária Anual	PSHB	Conselho do Prêmio Senado Federal de História do Brasil
MCN	Mensagem ao Congresso Nacional	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
MP	Ministério Público	PT	Partido dos Trabalhadores
MPU	Ministério Público da União	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
MPV	Medida Provisória	PV	Partido Verde
MSF	Mensagem ao Senado Federal	R.S	Recurso
MSG	Mensagem	RBPMER	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul
OFN	Ofício ao Congresso Nacional	RCCN	Regimento Comum do Congresso Nacional
OFS	Ofício ao Senado Federal	RCE	Requerimento da Comissão de Educação
OUIDSF	Ouvidoria do Senado Federal	RCN	Resolução do Congresso Nacional
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	REDE	Rede Sustentabilidade
PDN	Projeto de Decreto Legislativo (tramitando no Congresso Nacional)	REP	Representação
PDS	Projeto de Decreto Legislativo (tramitando no Senado Federal)	RISF	Regimento Interno do Senado Federal
PDT	Partido Democrático Trabalhista	RQN	Requerimento do Congresso Nacional
PEC	Proposta de Emenda à Constituição	RQS	Requerimento
PET	Petição	SCD	Substitutivo da Câmara a Projeto de Lei do Senado
PFS	Proposta de Fiscalização e Controle	SDD	Partido Solidariedade
PGR	Procurador-Geral da República	SF	Senado Federal
PJRM	Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico	STF	Supremo Tribunal Federal
PJS	Conselho do Projeto Jovem Senador	STJ	Superior Tribunal de Justiça
PLC	Projeto de Lei da Câmara	STM	Superior Tribunal Militar
PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional	SUG	Sugestão
PLS	Projeto de Lei do Senado	TCU	Tribunal de Contas da União
PLV	Projeto de Lei de Conversão	TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
		TRE	Tribunal Regional Eleitoral
		TRF	Tribunal Regional Federal
		TRT	Tribunal Regional do Trabalho
		TSE	Tribunal Superior Eleitoral
		TST	Tribunal Superior do Trabalho
		VET	Veto

Considerações sobre este Relatório da Presidência

As principais alterações ocorridas na versão impressa do Relatório da Presidência em 2015 são:

1. O sumário foi completamente reformulado para ficar mais sintético, com o agregamento de subitens em títulos, por temas. Para exemplificar, o item B, “Blocos Parlamentares, Partidos Políticos e Lideranças”, era composto, nos Relatórios passados, de 8 subitens; em 2015 há apenas 3, um para cada assunto;
2. Foi incluído um texto introdutório em cada um dos temas tratados, com ênfase às normas constitucionais, regimentais e legais que regem a atividade legislativa e o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional;
3. Na “Representação dos Estados e Distrito Federal” (Item A), houve a exclusão de tabelas em duplicidade, o aperfeiçoamento da linha do tempo e a inclusão de estatísticas apresentadas em gráficos e infográfico. Há ênfase no agrupamento das UFs nas 5 regiões geográficas, com as bandeiras dos estados e do Distrito Federal. O gráfico “Distribuição dos Senadores por bancadas Partidárias”, antes presente neste item, foi deslocado para o item B;
4. Os “Blocos Parlamentares, Partidos Políticos e Lideranças” (item B) estão agora representados em uma única tabela, para evitar duplicidades. Também houve a inclusão de tabela-resumo dos partidos e de fluxograma destes e dos blocos parlamentares;
5. No item “Sessões e Reuniões Plenárias” (item D), houve a conversão do texto a respeito do sobrestamento de pauta em tabela e a inclusão de gráfico e de tabela virtual em consulta dinâmica, com informações detalhadas, assim como o acesso às informações das sessões, por tipo, por meio de links no gráfico;
6. A “Participação dos Senadores” (item E), com as informações sobre uso da palavra,

proposições apresentadas e exercício da presidência, poderá ser consultada, de forma detalhada, por meio do uso de consultas dinâmicas, na versão digital do Relatório;

7. No Item F, “Comissões”, foi incluída uma descrição sobre suas competências e/ou objetivos, conforme a natureza permanente ou temporária de cada colegiado, bem como tabelas e gráficos, com a demonstração das atividades desenvolvidas no ano. Por outro lado, as composições inicial e final e o mapa de publicação de reuniões estão disponíveis para consulta apenas em meio virtual;
8. O item G, “Conselhos e Órgãos”, foi renomeado para “Órgãos”. Incluiu-se também uma descrição sobre as competências e/ou objetivos de cada colegiado, bem como o resultado das atividades desenvolvidas no ano. As composições inicial e final e o mapa de publicação de reuniões estão disponíveis para consulta apenas em meio virtual;
9. O trâmite das “Matérias Legislativas” (item H) e os números consolidados do ano, agora estão ilustrados por meio de diagramas que indicam o percurso das matérias nas Casas, decisões, destinos etc., com a lista completa, de forma detalhada, por meio do uso de consultas dinâmicas;
10. As alterações apresentadas nos itens 5 a 9 também ocorreram na parte II deste Relatório, “Congresso Nacional”;
11. Foram excluídos alguns itens cujo conteúdo é não pertinente ao RAP: “Situação Jurídica dos Partidos Políticos”; “O Senado Federal e os Órgãos do Poder Executivo”; “Grupos Parlamentares”; “Documentos recebidos nos termos do art. 409 do RISF”.

Estas alterações possibilitaram uma redução significativa no volume de páginas impressas, de 1.000 para aproximadamente 200, sem prejuízo das informações publicadas, haja vista a disponibilização da versão digital.

Além dos Diários do Senado e do Congresso e do Diário Oficial da União, os dados compilados neste Relatório foram extraídos, via ferramenta de *Business Intelligence*, dos seguintes sistemas de informação:

- ACCOR – Composição de colegiados;
- COMISS – Reuniões de Comissão;
- DISSE – Cadastro e pesquisa de pronunciamentos feitos pelos Senadores;
- MATE – Matérias Legislativas;
- ORDIA – Sessões Plenárias (Ordem do Dia);
- PARLAM – Dados de parlamentares.

Esta publicação foi impressa no mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, sendo Presidente do Senado Federal o Senador Renan Calheiros, no 190º aniversário do Senado Federal e no 127º aniversário da Proclamação da República